



I - Proposta de aplicação de resultados

No exercício económico de 2017, cujas contas agora se apresentam, a Câmara Municipal desempenhou as suas atribuições dentro dos princípios normais de gestão, encontrando-se o executivo a funcionar no cumprimento do quadro jurídico-legal que lhe dá corpo e em função, quer das suas próprias deliberações, quer das deliberações da Assembleia Municipal, observando no decurso da sua atividade os objetivos fixados nos documentos previsionais, designadamente as GOP – Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2017.

Do ponto de vista político, as deliberações foram enquadradas, para além de outras, pela lei nº 169/99 de 18/9 na redação que lhe foi dada pela lei nº 5/A-2002 de 11/1 e pelo regime jurídico das autarquias locais, instituído pela lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e ainda pelo regime financeiro das autarquias locais a que a lei n.º 73/2013 de 3 de setembro veio dar corpo.

Em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal os **Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017**, para que, nos termos da alínea l) do artigo 25.º da supra referida lei, possam ser apreciados e votados pela Assembleia Municipal.

A exploração do exercício de 2017 saldou-se por um resultado positivo de 506.758,14 €.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro, o município possuía ao seu serviço 310 trabalhadores.

INVESTIMENTO

No decurso do exercício o município pagou 2.046.535,60 € com aquisições de bens de capital.

FINANCIAMENTO

Em 2017 o município apresentou um grau de autonomia financeira de 36,0 %.

O município recorreu à banca tendo obtido receitas de empréstimos no valor de 3.064.676,75 € que correspondem aos seguintes empréstimos:

- **Empréstimo de Curto Prazo** no valor de 500.000 € (o qual foi totalmente pago em dezembro de 2017).

- Empréstimo para substituição da dívida do **PAEL** no valor de 2.297.216,75 €. Este empréstimo foi contratado ao Banco Santander TOTTA com a finalidade de liquidar a dívida junto da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

- Empréstimos contratados ao Banco BPI com a finalidade:

Empréstimo até 479.560 € - Tem como finalidade o financiamento de diversas obras participadas como é o caso do Cine Teatro, Ciclovias, Requalificação Espaços Verdes, Recuperação do Pavilhão Rui Andrade e Requalificação do Bairro Frederico Ulrich. Em 2017 foi utilizada uma tranche deste empréstimo no valor de 170.560 €

Empréstimo até 546.900 € - Tem como finalidade o financiamento da obra de ampliação do Cemitério Municipal e Requalificação da Estrada da Barroca. Em 2017 foi utilizada uma tranche deste empréstimo no valor de 96.900 €

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os proveitos no valor de 13.680.914,75 € apresentam uma redução de 1,23 % relativamente ao ano de 2016. Os custos totais foram de 13.174.156,61 € registando um aumento de 0,7 % face ao ano de 2017.

BALANÇO

Em 2017 o ativo líquido totaliza 57.390.833,37 €.

O imobilizado líquido é a área mais significativa, com 88,3 % do total do ativo.

Os fundos próprios representam 36,0 % e o passivo 64,0 %.

Destes, só 6,9 % se consideram exigíveis a curto prazo, visto que os restantes dizem respeito a empréstimos bancários a médio e longo prazos e a acréscimos e diferimentos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme visto anteriormente, o resultado do exercício saldou-se por um resultado líquido positivo no valor de 506.758,14 €.

Para a aplicação de resultados, o POCAL estipula o seguinte:

“2.7.3 - Resultado líquido do exercício

2.7.3.1 - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2 - No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 «Resultados transitados».

2.7.3.3 - Quando houver saldo positivo na conta 59 «Resultados transitados», o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;*
- b) Constituição ou reforço de reservas.*

2.7.3.4 - É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do ativo líquido.

2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas legais», no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.”

Propõe-se à Digníssima Assembleia, que o resultado líquido seja transferido para a conta 59 “resultados transitados”, e que o seu montante seja distribuído da seguinte forma:

1 – que 5%, no montante de 25.337,91 €, seja utilizado para reforçar a reserva legal, em cumprimento do ponto 2.7.3.5.

Entroncamento, 31 de março de 2018

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

II – Enquadramento, Organização, Participações e Financiamento de Investimentos

1.1. Nota introdutória

O ano de 2017 foi sem dúvida um ano de excelência para a economia portuguesa.

Prevê-se que os dados do crescimento fechem em 2,6%, suportado principalmente pelo aumento do investimento e das exportações. Este crescimento económico promoveu a criação de emprego, ajudando o desemprego a cair para os 8,5% no terceiro trimestre deste ano. Além disso, a dívida soberana regressou à categoria de investimento de qualidade por parte de duas grandes agências de "rating" e os juros da dívida a 10 anos caíram para um patamar inferior a 1,8% em finais de dezembro contra mais de 4% em inícios de 2017.

Os resultados foram evidentes, ou seja, o défice orçamental tem estado a diminuir, o que permitiu a Portugal sair do Procedimento por Défices Excessivos da Comissão Europeia e o pôs em vias de terminar o ano de 2017 abaixo de 1,4% do PIB.

Portugal também beneficiou de um contexto externo favorável em 2017. As baixas taxas de juro na Zona Euro e, em ocasiões importantes, o suporte fornecido pelo Banco Central Europeu com o seu programa de compra de ativos, ajudaram a moderar os custos de financiamento do governo.

Em suma, a economia portuguesa fez um percurso notável este ano, mas há ainda muitos desafios pela frente. A prossecução do processo de retoma económica e a obtenção de um crescimento sólido e sustentável irão implicar esforço e tempo.

Ao nível local destaca-se a redução da dívida face ao ano anterior (- 520.499,18 €), redução esta que tem vindo a verificar-se nos últimos anos (-2.449.480,60 face a 2014). De realçar ainda a redução do prazo médio de pagamento para os 49 dias.

O equilíbrio entre as receitas, despesas e a dívida permitiu ao Município ganhar as bases necessárias para aproveitar as oportunidades de financiamento que o novo quadro comunitário (Portugal 2020) veio trazer, tais como:

- Requalificação do Bairro Municipal da Rua General Humberto Delgado
- Recuperação do Pavilhão EB 2/3 Ruy Andrade
- Execução de Ciclovía – Freguesia S. João Batista
- Requalificação de Espaços Verdes
- Reabilitação do Mercado Municipal
- Remodelação do Cine teatro S. João

Para além destes investimentos destacamos outros não financiados tais como:

- Reabilitação da Rede de Abastecimento de Água na Urbanização do Olival
- Campos de Ténis – Alteração do Piso de Jogo para Relva Sintética
- Conservação da Rede Viária em Diversos Pontos da Cidade
- Requalificação do Arruamento Bonito / Limite do Concelho (Atalaia)
- Construção de Jardim Público na Rua José Saramago

1.2. Breve caracterização das principais variáveis macroeconómicas

Fonte www.ine.pt:

“Síntese económica de conjuntura - Dezembro de 2016” – INE – Instituto Nacional de Estatística.

“Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida - 4º Trimestre de 2016” – INE – Instituto Nacional de Estatística.”

Fonte www.bportugal.pt:

“Boletim Económico – Dezembro 2016 – Banco de Portugal”

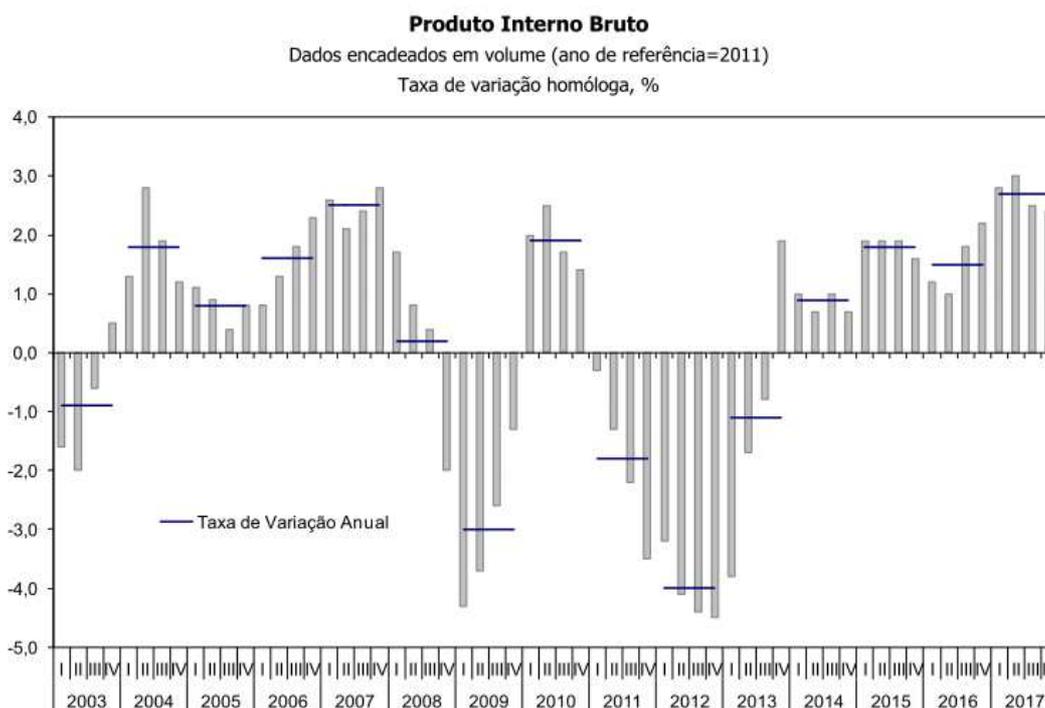
5

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), em termos homólogos, aumentou 2,4% em volume no 4º trimestre de 2017 (2,5% no trimestre anterior). O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu, em resultado do abrandamento do Investimento e do consumo privado. Em sentido oposto, o contributo da procura externa líquida foi positivo (no trimestre anterior tinha sido negativo), refletindo a aceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços e a desaceleração das Importações de Bens e Serviços.

Comparativamente com o 3º trimestre de 2017, o PIB aumentou 0,7% em termos reais, uma taxa superior em 0,2 pontos percentuais à registada no trimestre anterior. O contributo da procura externa líquida para a variação em cadeia do PIB passou de negativo a positivo, observando-se uma aceleração mais intensa das Exportações de Bens e Serviços que das Importações de Bens e Serviços. O contributo da procura interna diminuiu no 4º trimestre, devido sobretudo ao abrandamento do consumo privado.

Em 2017, o PIB aumentou 2,7% em volume, mais 1,2 p.p. que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016.

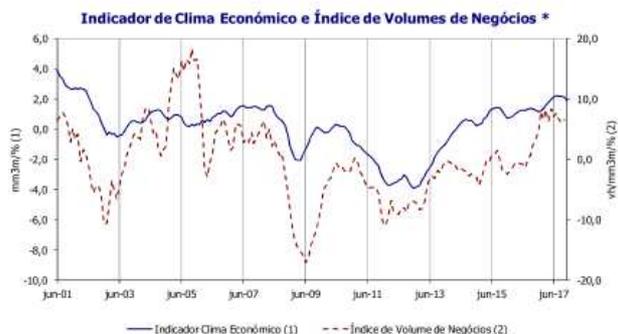




Atividade Económica e Oferta

O indicador de atividade económica aumentou em novembro, depois de ter estabilizado nos cinco meses anteriores, renovando o valor máximo desde maio de 2001. O indicador de clima, já disponível para dezembro, diminuiu no último mês, após ter registado o mesmo valor nos quatro meses precedentes.

Em termos homólogos, a informação proveniente dos Indicadores de Curto Prazo (ICP), aponta para um abrandamento da atividade económica entre outubro e novembro. No caso da indústria observou-se uma desaceleração do índice de produção, assim como do índice de volume de negócios devido, em grande parte, ao comportamento do sector da energia, especialmente em termos nominais. Nos casos da construção, em termos reais, e dos serviços, em termos nominais, registaram-se ligeiras desacelerações.



6

Consumo Privado

O indicador quantitativo do consumo privado estabilizou em novembro, verificando-se um contributo positivo mais expressivo da componente de consumo corrente e um contributo positivo menos intenso da componente de consumo duradouro.

O indicador de consumo duradouro, disponível até novembro, registou um crescimento homólogo menos acentuado. A informação sobre as vendas de automóveis ligeiros de passageiros, disponível até dezembro, apresentou uma taxa de crescimento homólogo de 4,4% (6,5% no mês anterior).

O indicador de consumo corrente acelerou ligeiramente em novembro, em resultado do contributo positivo mais intenso da componente alimentar.

O indicador qualitativo do consumo, baseado nas opiniões dos empresários do comércio a retalho, diminuiu em dezembro. O indicador de confiança dos Consumidores estabilizou em dezembro, após ter aumentado nos dois meses anteriores, mantendo-se num valor próximo do máximo da série atingido em julho de 2017. Não considerando médias móveis de três meses, o indicador diminuiu nos últimos dois meses.



De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (CNT), a capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 0,8% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2017, refletindo o aumento da despesa de consumo final e a diminuição do rendimento disponível. A taxa de poupança das Famílias diminuiu para 4,4% do rendimento disponível, menos 1,0 p.p. do que no trimestre anterior. A redução do rendimento disponível das famílias resultou principalmente do aumento em 8,4% dos impostos sobre o rendimento pagos pelas Famílias, que mais do que compensou o aumento de 0,9% das remunerações recebidas.

Investimento

O indicador relativo ao investimento em construção desacelerou em novembro, dando continuidade ao movimento descendente observado desde junho. As vendas de cimento produzido em território nacional, já disponíveis para dezembro, desaceleraram, contrariando a aceleração dos três meses anteriores. As vendas de varão para betão produzido em território nacional, também com informação disponível até dezembro, apresentaram um crescimento homólogo menos acentuado, prolongando a trajetória de desaceleração registada desde setembro. Por sua vez, o licenciamento para a construção de novas habitações desacelerou em outubro e novembro, após ter acelerado em setembro (taxas homólogas de 21,8%, 12,9% e 10,6% entre setembro e novembro, respetivamente). As apreciações dos empresários do setor da construção e obras públicas relativas à evolução da carteira de encomendas agravaram-se em dezembro, após terem estabilizado no mês anterior. O saldo das opiniões relativas à atividade corrente da empresa diminuiu no mês de referência, interrompendo a trajetória de recuperação registada desde junho de 2012.



O indicador de investimento em máquinas e equipamentos desacelerou em novembro, após ter acelerado em outubro. As expectativas dos empresários do comércio por grosso de bens de investimento relativas à atividade futura e a encomendas a fornecedores agravaram-se em dezembro.

Por sua vez, as opiniões sobre o volume de vendas e relativas à atividade corrente da empresa recuperaram no mês de referência.

O indicador de investimento em material de transporte acelerou em novembro, interrompendo a trajetória de abrandamento registada desde junho. As vendas de veículos comerciais ligeiros, já disponíveis para dezembro, desaceleraram no mês de referência, passando de uma taxa de 13,2% em outubro para 10,8% em dezembro. As vendas de veículos pesados também desaceleraram em dezembro, após a aceleração verificada no mês precedente, passando de uma taxa de variação homóloga de 12,0% em outubro, para 14,5% e 6,2% em novembro e dezembro respetivamente.



Mercado de Trabalho

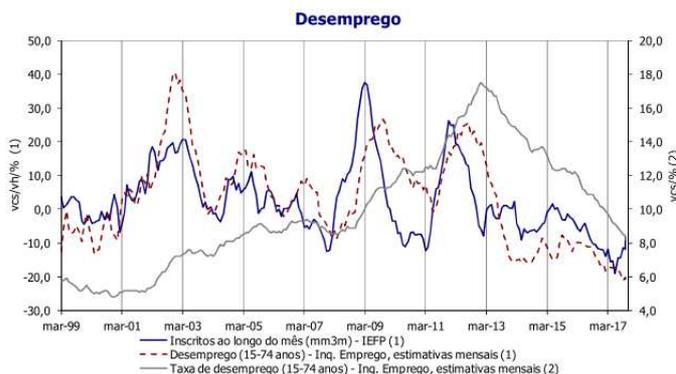
De acordo com as estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego, ajustada de sazonalidade, foi 8,2% em novembro, inferior em 0,2 p.p. face ao valor definitivo verificado no mês anterior (taxa de 8,7% há três meses e de 10,5% em novembro de 2016).

Em novembro, a população empregada (15 a 74 anos), também ajustada de sazonalidade, registou um crescimento homólogo de 3,5% (3,2% em outubro).

Em novembro, o indicador de emprego dos ICP apresentou uma variação homóloga de 3,7%, taxa superior em 0,2 p.p. à observada em outubro, atingindo o valor máximo da série.

O indicador qualitativo baseado nas expectativas dos empresários sobre a evolução do emprego diminuiu em dezembro, após ter atingido o valor máximo da série no mês anterior.

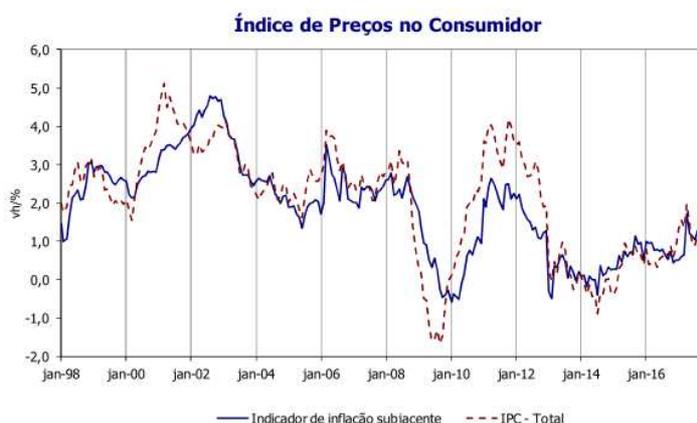
As remunerações médias mensais declaradas por trabalhador à Segurança Social registaram um crescimento homólogo de 2,3% em novembro, mais 0,9 p.p. que no mês anterior (2,1% em novembro de 2016).



8

Preços

Em dezembro de 2017, o IPC registou uma variação homóloga de 1,5%, taxa idêntica à observada em novembro. Nas classes com contribuições positivas para a variação homóloga do IPC salientam-se as de “Transportes” e de “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, com variações homólogas de 3,8% e 2,3%, respetivamente (3,6% e 2,4% em novembro). A classe com a contribuição negativa mais relevante foi a de “Vestuário e calçado”, com uma variação homóloga de -3,4% (-3,6% no mês anterior).



Projeções

O processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020) (Quadro 1.1).

No final do horizonte de projeção, o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As taxas de decréscimo projetadas são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e deverão traduzir-se num hiato do produto positivo nos próximos anos (Tema em destaque “Produto potencial: desafios e incertezas”). O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo do da média da área do euro ao longo do horizonte de projeção. Em termos do PIB per capita, a convergência real face à área do euro deverá continuar nos próximos anos de forma ligeira, em parte refletindo a redução da população em Portugal. Como tal, esta evolução será insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013 (Gráfico 1.1)

Quadro 1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2017-2020 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	BE dezembro 2017					BE outubro 2017	BE junho 2017		
		2016	2017 ^(p)	2018 ^(pp)	2019 ^(pp)	2020 ^(pp)	2017 ^(pp)	2017 ^(pp)	2018 ^(pp)	2019 ^(pp)
Produto Interno Bruto	100	1,5	2,6	2,3	1,9	1,7	2,5	2,5	2,0	1,8
Consumo Privado	66	2,1	2,2	2,1	1,8	1,7	1,9	2,3	1,7	1,7
Consumo Público	18	0,6	0,1	0,6	0,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	15	1,6	8,3	6,1	5,9	5,4	8,0	8,8	5,3	5,5
Procura Interna	99	1,6	2,7	2,5	2,2	2,1	2,5	2,6	2,2	2,1
Exportações	40	4,1	7,7	6,5	5,0	4,1	7,1	9,6	6,8	4,8
Importações	39	4,1	7,5	6,7	5,5	4,8	6,9	9,5	6,9	5,2
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) ^(a)										
Procura interna		0,7	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	0,8
Exportações		0,9	1,5	1,2	0,9	0,7	1,5	1,8	1,2	0,9
Emprego ^(b)		1,6	3,1	1,6	1,3	0,9	3,1	2,4	1,3	1,3
Taxa de desemprego (em % da população ativa)		11,1	8,9	7,8	6,7	6,1	9,0	9,4	8,2	7,0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,7	1,5	2,3	2,2	2,2	1,8	2,1	2,4	2,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		2,2	1,8	1,6	1,6	1,5	1,7	2,0	2,2	2,0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,6	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6	1,4	1,5

Fontes: Banco de Portugal e INE.

Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2013. Para mais informações, ver a caixa 2 deste Boletim, “O conteúdo importado da procura global em Portugal”. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

1.3. Organização do município

1.3.1 Assembleia municipal

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/assembleia-municipal/composicao>

A Assembleia Municipal do Entrancamento é composta por vinte e três elementos, sendo vinte e um eleitos por sufrágio direto e universal e dois por inerência, por serem os presidentes de juntas de freguesia.

Em termos da representação partidária, é a seguinte:

PS – 10 elementos

PSD – 6 elementos

BE – 3 elementos

CDU – 1 elemento

CDS – 1 elemento

Freguesias – 2 elementos (PS)

Presidente

Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes - PS

1ª Secretária

Lúcia Dias Abelha - PS

2ª Secretária

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves - PS



1.3.2. Câmara Municipal

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/presidente>

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/municipio/camara-municipal/executivo#>

A Câmara Municipal do Entroncamento é composta por sete elementos.

Para além do presidente do órgão, há seis vereadores, três em regime de permanência. Dos seis vereadores, três não têm tarefas atribuídas.

Presidente – Jorge Manuel Alves de Faria (PS)

Vereadores:

Vice-Presidente (PS) – Carlos Manuel Pires Rei Amaro

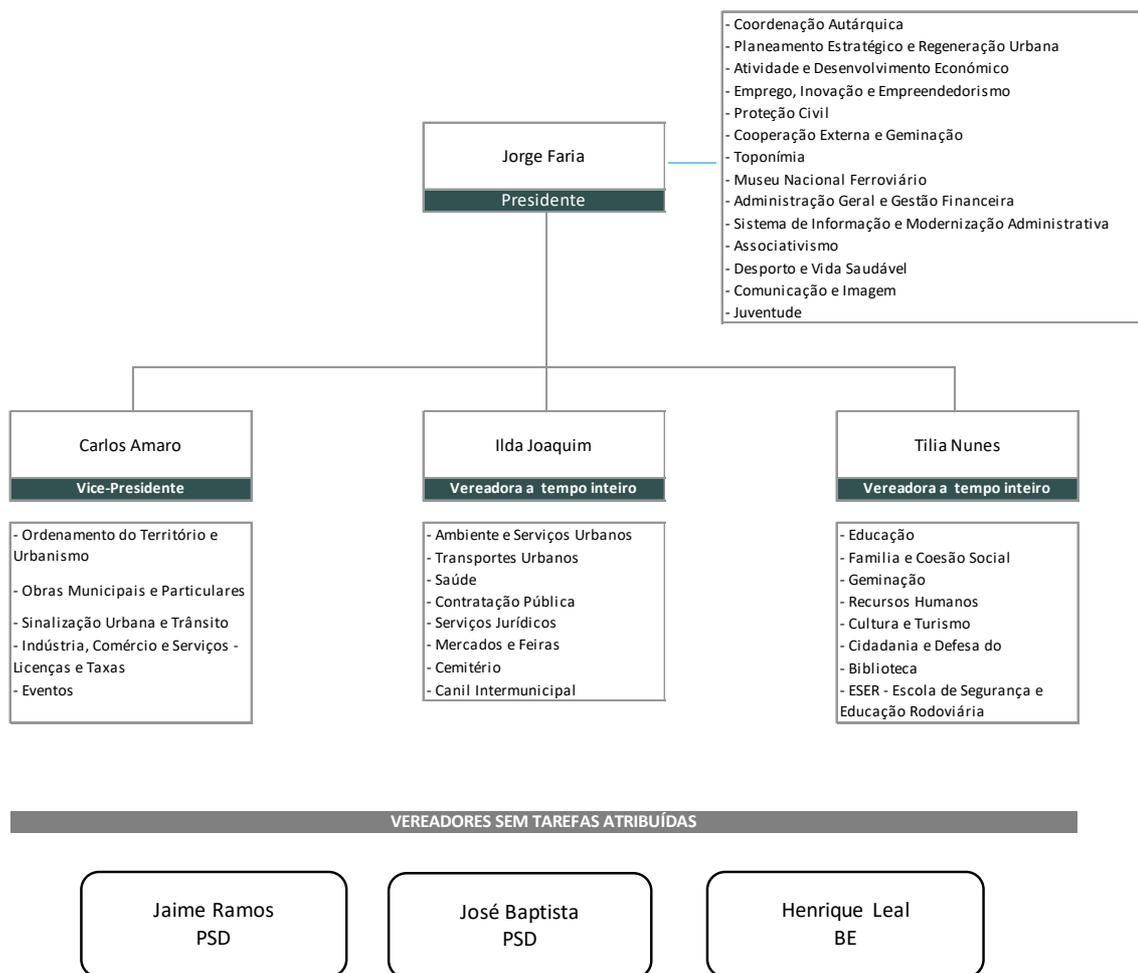
Vereador a Tempo Inteiro (PS) – Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim

Vereadora a Tempo Inteiro (PS) – Tília dos Santos Nunes

Vereadora (PSD) – Jaime Manuel Gonçalves Ramos

Vereador (PSD) – José Miguel Filipe Batista

Vereador (BE) – Henrique dos Reis Leal



1.4. Participações societárias e não societárias do município do Entroncamento

Entidades participadas	Modo de participação
Societárias	
TAGUSGÁS - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	Acções
Não societárias	
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	Quota mensal de associado
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Quota anual de associado
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Quota mensal de associado
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	Quota mensal de associado
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	Quota mensal de associado
Fundação Museu Nacional Ferroviário	Participação financeira inicial de 10.000 €.

1.5. Geminações

Nesta data, o município do Entroncamento, tem acordos de geminação com os municípios de Villiers-Sur-Marne (França), Mosteiros (ilha do Fogo – Cabo Verde) e Penafiel (Distrito do Porto).

Villiers-Sur-Marne

A geminação entre o Concelho do Entroncamento e Villiers-Sur-Marne surgiu de um intercâmbio populacional e cultural, concretizada no dia 3 de dezembro de 1989.

Penafiel

A geminação entre o nosso município e a cidade de Penafiel realizou-se no dia 17 de Novembro de 1991.

Mosteiros

O Município do Entroncamento está geminado com o Município de Mosteiros, na Ilha do Fogo em Cabo Verde, desde 22 de maio de 1997.

Para além das geminações acima referidas o município estabeleceu em 2014 uma rede de cooperação com a cidade de **Frieddberg (Baviera-Alemanha)**, localizada no distrito de Aichach-Friedberg no estado da Baviera. Esta rede visa sobretudo estreitar laços a nível cultural, económico, social, desportivo e educacional, pretendendo desenvolver ações e projetos no futuro.

1.6. Organização dos Serviços Municipais

A estrutura orgânica, a estrutura nuclear, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas do Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Entrancamento foram aprovadas pela Assembleia Municipal do Entrancamento na sua sessão de 26/04/2016.

Para a prossecução das suas atribuições legais, o município dispõe dos serviços que a seguir se discriminam, organizados da forma que se apresenta, com indicação das Unidades Orgânicas Flexíveis (UOF), refletidas no organograma seguinte, e Subunidades Orgânicas Flexíveis (SOF) e Áreas e Setores de Atividade:

A — Serviços de Apoio à Presidência:

- 1 — Gabinete de Apoio à Presidência
- 2 — Gabinete de Apoio à Vereação
- 3 — Serviço Municipal de Proteção Civil
- 4 — Serviço Municipal de Veterinária

B — Serviços de Apoio Geral

1 — Divisão de Administração Geral (DAG — UOF):

- 1.1 — Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos (SOF)
- 1.2 — Secção de Licenças e Taxas (SOF)
- 1.3 — Fiscalização Municipal
- 1.4 — Serviço de Águas, Saneamento e RSU
- 1.5 — Cultura, Turismo e Atividades Económicas
 - 1.5.1 — Cultura
 - 1.5.2 — Turismo
 - 1.5.3 — Atividades Económicas
- 1.6 — Desporto, Juventude e Tempos Livres
- 1.7 — Arquivo Municipal
- 1.8 — Biblioteca
- 1.9 — Serviço de Apoio Social e Psicológico
 - 1.9.1 — Habitação Social
 - 1.9.2 — Apoio Social e Psicológico
 - 1.9.3 — Saúde
- 1.10 — Tecnologias de Informação
- 1.11 — Comunicação, Imagem e Protocolo

2 — Divisão de Gestão Financeira (DGF — UOF):

- 2.1 — Secção de Pagamentos e Apoio Geral (SOF)
- 2.2 — Tesouraria (SOF)
- 2.3 — Contabilidade e Património
- 2.4 — Gabinete de Investimentos e Planeamento

2.5 — Aprovisionamento e Armazéns

2.6 — Mercados e Feiras

3 — Unidade de Inovação, Recursos Humanos e Educação (UIRE — UOF)

3.1 — Serviços Jurídicos e de Notariado

3.2 — Serviços Jurídicos

3.3 — Serviços de Notariado

3.4 — Recursos Humanos

3.5 — Educação

3.6 — ESER — Escola de Segurança e Ensino Rodoviário

C — Serviços Operativos:

1 — Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU — UOF):

1.1 — Núcleo Técnico

1.2 — Setor de Gestão de Viaturas

1.3 — Setor de Gestão da Rede Viária

1.4 — Setor de Higiene Urbana e RSU

1.5 — Setor de Manutenção de Equipamentos e Edifícios Municipais

1.6 — Setor de Transportes Urbanos e Estacionamento

1.7 — Setor de Ambiente

1.8 — Setor de Espaços Verdes

1.9 — Setor de Águas e Saneamento

1.10 — Setor de Cemitério

1.11 — Setor de Eletricidade

2 — Divisão de Gestão Urbanística e Obras (DGUO — UOF):

2.1 — Setor de Apoio Administrativo

2.2 — Núcleo Técnico

2.3 — Setor de Apoio Técnico

2.4 — Setor de Planeamento e Gestão do Território/SIG

2.5 — Setor de Gestão e Fiscalização de Obras

Responsáveis pelos diferentes serviços municipais em 31/12/2017:

Divisão de Administração Geral – Gilberto Martinho

Divisão de Gestão Financeira – Hugo Gonçalves

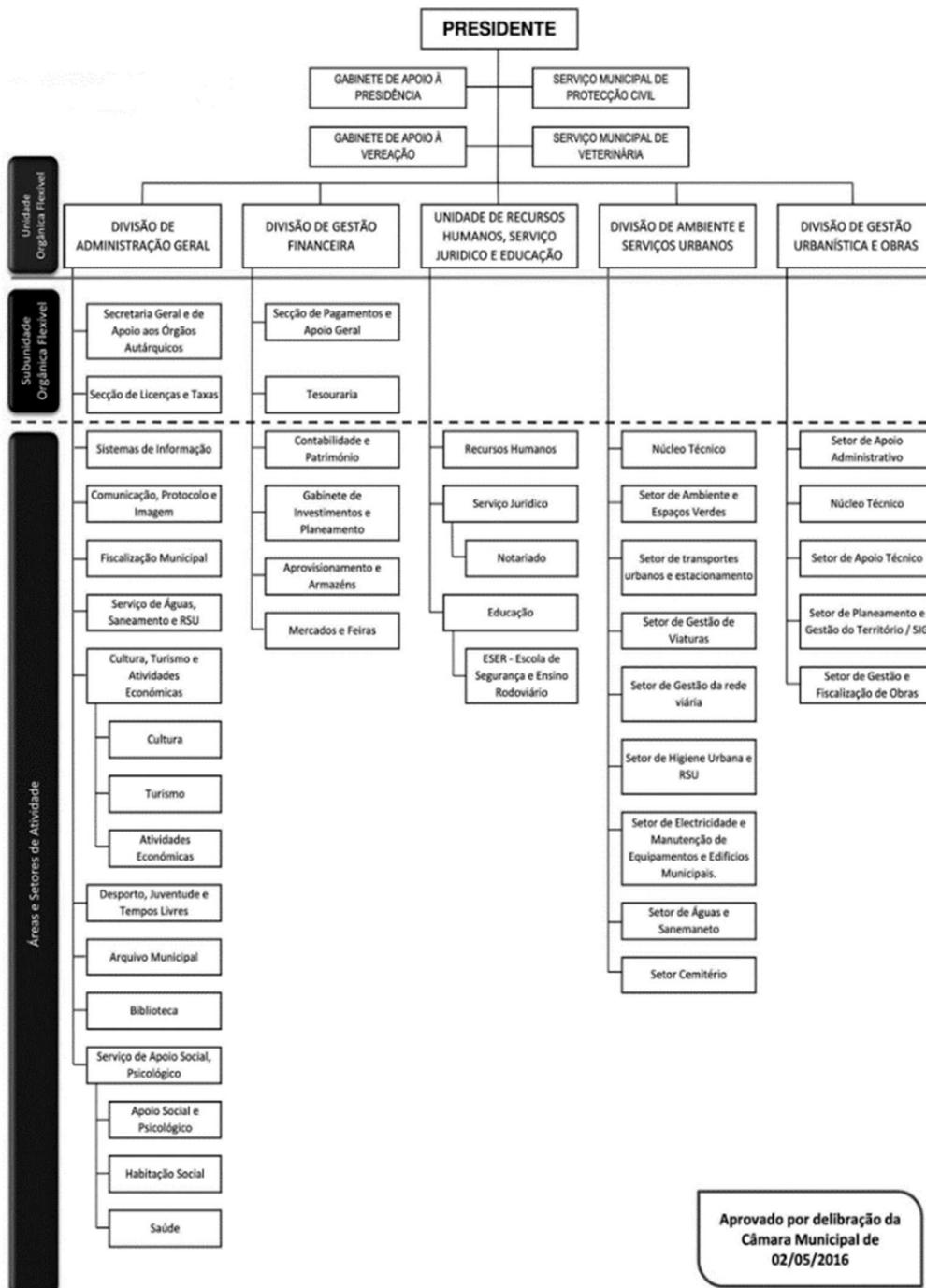
Divisão de Gestão Urbanística Obras – Francisco Gonçalves

Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos – Rafael Domingos

Unidade de Inovação, Recursos Humanos e Educação – Fátima Rosa



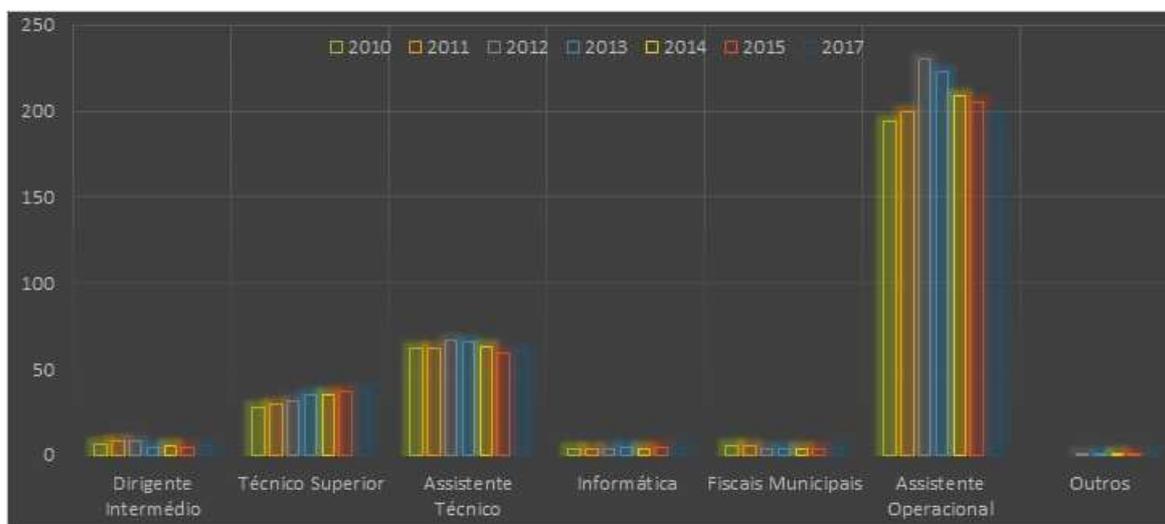
Organograma



Quadro de pessoal Distribuição por categorias

N.º DE TRABALHADORES, POR CATEGORIA E POR ANO

Anos	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Informática	Fiscais Municipais	Assistente Operacional	Outros	Total
2010	6	28	62	3	5	194	0	298
2011	8	29	62	3	5	200	0	307
2012	8	31	67	3	3	230	1	343
2013	4	35	66	4	3	223	1	336
2014	5	35	63	3	3	209	1	319
2015	4	37	59	4	3	205	1	313
2016	5	38	58	4	3	202	2	312
2017	5	38	61	4	3	197	2	310
% 2017	2%	12%	20%	1%	1%	64%	1%	100%



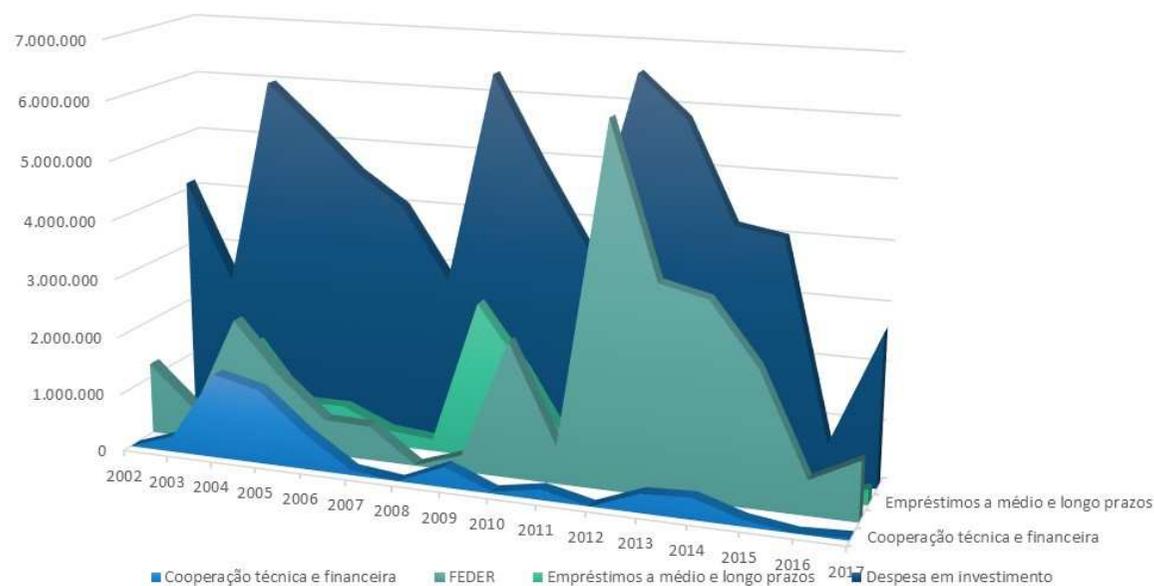


1.7. Financiamento de investimentos. Evolução.

O financiamento dos investimentos municipais foi feito com base nas receitas próprias, nas receitas de empréstimos e nas receitas originadas nos fundos comunitários e em contratos-programa celebradas com a administração central.

Em termos anuais, as receitas foram (valores em euros):

Receitas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Cooperação técnica e financeira	0	277.595	1.455.906	1.277.158	611.825	86.699	0	348.404	33.779	178.754	0	322.748	364.992	112.120	0	42.365	5.112.345
FEDER	1.238.287	511.230	2.178.488	1.292.609	605.824	586.780	12.113	284.628	2.314.205	648.149	6.068.303	3.521.760	3.333.164	2.308.184	591.830	1.015.211	26.510.765
Empréstimos a médio e longo prazos	0	0	1.581.962	598.222	601.310	270.250	204.455	2.663.481	1.595.000	310.000	0	3.181.878	0	243.734	11.686	267.460	11.529.438
Despesa em investimento	4.110.409	2.426.530	5.975.764	5.281.445	4.542.312	4.006.015	2.797.037	6.368.622	4.907.231	3.558.261	6.525.039	5.828.121	4.154.853	4.016.788	671.865	2.627.250	67.797.543





Receitas por projeto:

COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA (Contratos-programa) - Participações recebidas no período 2002 - 2017

Cooperação técnica e financeira	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Projeto																	
Museu Nacional Ferroviário - Redonda		90.310															90.310
Aquisição e remodelação de edifícios municipais		187.049		178.646		86.699		140.136		65.837							658.367
Direção-Geral de Viação - Parque estac. Rua MR Gameiro		236															236
Transportes urbanos			60.000	72.654													132.654
Transportes urbanos - 2ª. Fase								208.267	33.779	112.918							354.964
Requalificação da zona envolvente ao mercado diário			235.067	390.802	14.408												640.277
Piscina municipal			481.943	14.512	15.983												512.438
Pavilhão desportivo municipal			132.116	63.103													195.219
Museu Nacional Ferroviário			510.000														510.000
Arruamentos da zona envolvente ao Tribunal			36.781	44.597													81.378
Protocolo de modernização administrativa				28.784													28.784
Req espaços urbanos, desportivos e zonas verdes e de lazer				484.058	581.434												1.065.492
Nova Escola EB 2,3 Dr. Ruy d'Andrade												322.748	364.992	112.120	0	20.307	820.166
Recuperação Pavilhão Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade																22.059	22.059
Total Cooperação técnica e financeira (contratos-programa)	0	277.595	1.455.906	1.277.158	611.825	86.699	0	348.404	33.779	178.754	0	322.748	364.992	112.120	0	42.365	5.112.345



FEDER – Comparticipações recebidas no período 2002 – 2017

FEDER	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Rua D. Nuno Alvares Pereira											31.682	778					32.460
Bairro Frederico Ulrich										8.260	152.441	9.751			2.916		173.368
Remodelação da biblioteca municipal									559								559
Envolv. aos Campos Sint. e Baln. (Arr Exter à Piscina Mun. - 2.ª F.)									587.893								587.893
Parque do Bonito - Envolvente Campo Relvado e Bancada Poente									156.041								156.041
Parque do Bonito - Parque Radical							9.665		129.703						110.458		249.826
Requalificação urbana do Largo José Duarte Coelho									256.490								256.490
Remodelação Centro convívio 3ª idade									55.430								55.430
Parque verde do Bonito									446.867	1.167.312	52.109	8.513	11.812	76.860			1.763.473
Centro Escolar Norte e Acessibilidades										253.840	638.793	1.116.611	265.923	134.599			2.409.765
ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária										15.329					13.714		29.043
Gestão e monitorização da parceria										4.496	11.436		1.790				17.722
Médio Tejo Gestão em SIG										877	5.284	22.057					28.217
Posto de turismo - alterações											614						614
Rede aberta multi-serviços											146.648				22.239		168.887
Remodelação do Centro Cultural										8.128	2.782				-5.601		5.309
Remodelação do centro de convívio 3.ª idade										3.465				3.100			6.564
Remodelação do edifício da biblioteca - 1.º andar										39.788					2.147		41.935
Remodelação e ampliação EB1 e JI 2										2.108.082	213.948				57.934		2.379.963
Req. Parq.do Bonito - Const.equip. para animação e ativ. Econ.										602.938	49.973	21.683			40.530		715.124
Requalificação da praça da República										82.452							82.452
Requalificação do Jardim Parque J.P. Caldas										33.032	292.120				11.011		336.163
Requalificação urbana do Largo JD Coelho										29.006					21.594		50.600
Requalificação Zona Desportiva/Bonito										1.225.052							1.225.052
Escola Basica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade												1.695.631	2.084.621	490.393	-40.734	0	4.229.910
Médio Tejo Online													24.465	31.105			55.570
Requalificação Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal													37.216	263.785			301.000
Requalificação Urbana Rua Elias Garcia													17.999	449.051			467.049
Alargamento da Avenida das Forças Armadas														258.555	32.345		290.899
Cicloviás - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima														532.672	17.981		550.653
Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade - Recuperação Pavilhão (ITI)																436.078	436.078
Req. Bairro R. Gen. Humb. Delgado (Eficiência Energética) - PAICD																285.265	285.265
Cinetatro S. João - Remodelação e Modernização																46.667	46.667
Ciclovia - Freguesia S. João Batista (PMUS)																152.051	152.051
Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)																16.467	16.467
Requalificação dos Espaços Verdes																78.683	78.683
Total FEDER	1.238.287	511.230	2.178.488	1.292.609	605.824	586.780	12.113	284.628	2.314.205	648.149	6.068.303	3.521.760	3.333.164	2.308.184	591.830	1.015.211	27.152.430

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL AUTÁRQUICA

2.1. Modificações ao orçamento inicial

Relativamente a esta temática, o POCAL (ponto 8.3.1.), diz o seguinte:

“8.3.1.2. Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações.

8.3.1.3. O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se trata da aplicação de:

- a) Receitas legalmente consignadas;*
- b) Empréstimos contratados;*
- c) Nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.*

8.3.1.4. Na revisão do orçamento podem ser utilizadas as seguintes contrapartidas, para além das referidas no número anterior:

- a) Saldo apurado;*
- b) O excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento; Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.*

8.3.1.5. As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações. As alterações podem ainda incluir reforços ou inscrições de dotações de despesa por contrapartida do produto da contração de empréstimos ou de receitas legalmente consignadas.”

2.1.1. Na receita

Durante o exercício económico de 2017, foram efetuadas 2 alterações orçamentais e 2 revisões orçamentais. Nestas operações houve uma redução global da receita em 1.838.268,87 €.

As **alterações orçamentais** resultaram das seguintes situações:

Aplicação do ponto 8.3.1.3 e 8.3.1.5 do POCAL, ou seja, é possível fazer um aumento global do orçamento através de uma alteração orçamental desde que seja para aplicação de receitas legalmente consignadas, com é o caso dos fundos comunitários.

Apresenta-se de seguida o resumo dessas situações em 2017

Arrecadação do produto de empréstimos contratados.

DESCRIÇÃO	VALOR
Alteração Nº 1 de 16/01/2017	
Empréstimo PAEL (proc. Substituição de Dívida)	2.297.217,00
Alteração Nº 7 de 18/12/2017	
Empréstimo destinado à Req. Estrada da Barroca	-450.000,00

O valor da alteração orçamental nº 1 diz respeito à contratação de um empréstimo no Banco Santander TOTTA destinado à substituição do empréstimo do PAEL, liquidando assim a dívida junto da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O empréstimo obteve o Visto do Tribunal de Contas em 21/12/2016, contudo, o processo só ficou finalizado em janeiro de 2017.

Em relação à alteração orçamental nº 7 diz respeito à anulação da previsão de recebimento do empréstimo destinado à Requalificação da Estrada da Barroca. Tendo em conta que a obra não teve qualquer execução em 2017 a receita do empréstimo foi anulada.

Receitas provenientes de fundos comunitários

DESCRIÇÃO	VALOR
Alteração Nº 7 de 18/12/2017	
Req. Zona Env. Bairro - Hortas	-50.999,00
Requalificação dos Espaços Verdes	-215.127,10
Cine Teatro S. João	-578.963,33
Melhoria do Desempenho Energético	-399.782,00
Ciclovia - Freguesia S. João Batista	-155.397,90
Mercado Municipal	-228.847,30
Total	-1.629.116,63

A redução da receita introduzida pela alteração orçamental nº 7 teve por base as notas explicativas do **SATAPOCAL** que referem o seguinte:

Ponto II

(...) Se a diminuição ou anulação da receita não implicar a eliminação de projetos de investimento, já aprovados, considerando que uma redução da receita irá implicar uma redução também na despesa, a metodologia a adotar deverá passar por uma alteração orçamental (...)

22

No que diz respeito às **revisões orçamental** o movimento foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	VALOR
Revisão Orçamental nº 1 (28/04/2017)	
Aplicação Saldo de Gerência (rubrica 16.01.01)	515.000,00
Revisão Orçamental nº 2 (28/06/2017)	
Aplicação Saldo de Gerência (rubrica 16.01.01)	198.000,00
FEDER (rubrica 10.03.07.02)	104.582,00
Dividendos Emp. Privadas (rubrica 05.07.03)	2.560,00
Total	820.142,00

Foram utilizados 713.000 € referentes ao Saldo de Gerência apurado no ano anterior.

A inscrição na rubrica do FEDER serviu para a criação de uma rubrica de no PPI, cuja finalidade foi a aquisição de veículos elétricos.

A inscrição na rubrica 05.07.03 teve como finalidade registar a receita referente a dividendos da Tagusgás (os quais não foram previstos no orçamento inicial).

(vd. Quadro no ponto 8.3.1.1 – anexos ao balanço)



2.1.2. Na despesa

No decorrer do ano 2017 foram efetuadas 7 alterações orçamentais e 2 revisões orçamentais.

(vd. Quadro no ponto 8.3.1.2 – anexos ao balanço)

2.2. Resumo da execução orçamental

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Designação	Previsão / Dotação Corr.	Realizado	Desvio	
			Valor	%
Receitas				
Correntes	12.710.186,00	11.634.622,07	-1.075.563,93	91,54%
Capital	5.906.411,00	4.588.545,41	-1.317.865,59	77,69%
Total rec. Corr.+ cap.	18.616.597,00	16.223.167,48	-2.393.429,52	87,14%
Outras receitas	713.001,00	719.014,20	6.013,20	100,84%
Receitas	19.329.598,00	16.942.181,68	-2.387.416,32	87,65%
Despesas				
Correntes	11.643.408,00	10.392.495,86	-1.250.912,14	89,26%
Capital	7.686.190,00	5.853.455,13	-1.832.734,87	76,16%
Total de despesas	19.329.598,00	16.245.950,99	-3.083.647,01	84,05%

As previsões da receita e as dotações da despesa foram de 19.329.598 €.

O município arrecadou receitas correntes e de capital de 16.942.181,68 € e efetuou pagamentos de 16.245.950,99 €.

Verificação do princípio do equilíbrio orçamental (com base no ponto 3.3 do POCAL)

Receita corrente	11.634.622,07 €
Despesa corrente	10.392.495,86 €
Diferença	1.242.126,21 €

O município cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental, visto que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 1.242.126,21 €.

Verificação do princípio do equilíbrio orçamental (com base no art.º 40 da Lei Nº 73/2013-LFL)

Art.º 40 Nº 2 - A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Art.º 40 Nº 4 - Considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo nº de anos do contrato, independentemente do seu pagamento

Receita Corrente	11.634.622,07
Despesa Corrente	10.392.495,86
Amortização Média de Empréstimos	924.128,66
HÁ EQUILIBRIO	317.998

2.3. Orçamento da receita – execução e evolução.

No quadro seguinte faz-se a síntese do mapa anexo designado “Controlo Orçamental – receita”. Elementos pormenorizados, rubrica a rubrica, poderão ser vistos nesse mapa (ponto 9.1.1).

Rubricas	Receita 2017		Grau de execução		Desvio orçamental
	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Realizado - previsto	%	
01 Impostos directos	3.670.915,00	3.652.108,43	-18.806,57	99,49%	-0,51%
<i>IMI + CA</i>	2.554.931,00	2.370.377,05	-184.553,95	92,78%	-7,22%
<i>IUC + IMV</i>	401.808,00	449.811,40	48.003,40	111,95%	11,95%
<i>IMT + SISA</i>	600.545,00	626.254,33	25.709,33	104,28%	4,28%
<i>Derrama</i>	113.631,00	205.665,65	92.034,65	180,99%	80,99%
02 Impostos indirectos	814.779,00	362.886,28	-451.892,72	44,54%	-55,46%
04 Taxas, multas e outras penalidades	266.770,00	338.370,48	71.600,48	126,84%	26,84%
05 Rendimentos da propriedade	616.835,00	14.198,35	-602.636,65	2,30%	-97,70%
06 Transferências correntes	4.521.315,00	4.416.024,55	-105.290,45	97,67%	-2,33%
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	1.807.370,00	1.807.370,00	0,00	100,00%	0,00%
<i>Fundo Social Municipal</i>	274.907,00	274.907,00	0,00	100,00%	0,00%
<i>Participação Fixa no IRS</i>	1.101.863,00	1.101.863,00	0,00	100,00%	0,00%
<i>Outras Transferências</i>	1.337.175,00	1.231.884,55	-105.290,45	92,13%	-7,87%
07 Venda de bens e serviços correntes	2.802.352,00	2.812.107,07	9.755,07	100,35%	0,35%
08 Outras receitas correntes	17.220,00	38.926,91	21.706,91	226,06%	126,06%
Total de receita correntes	12.710.186,00	11.634.622,07	-1.075.563,93	91,54%	-8,46%
09 Venda de bens de investimento	237.659,00	21.035,85	-216.623,15	8,85%	-91,15%
10 Transferências de capital	1.869.250,00	1.374.324,69	-494.925,31	73,52%	-26,48%
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	200.816,00	200.819,00	3,00	100,00%	0,00%
<i>Outras</i>	1.668.434,00	1.173.505,69	-494.928,31	70,34%	-29,66%
12 Passivos financeiros	3.373.677,00	3.064.676,75	-309.000,25	-3.373.677,00	-3.064.676,75
13 Outras receitas de capital	425.825,00	128.508,12	-297.316,88	30,18%	-69,82%
Total de receitas de capital	5.906.411,00	4.588.545,41	-1.317.865,59	77,69%	-22,31%
Total de receitas correntes + capital	18.616.597,00	16.223.167,48	-2.393.429,52	87,14%	-12,86%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	1,00	6.014,20	6.013,20	601420,00%	601320,00%
16 Saldo da gerência anterior	713.000,00	713.000,00	0,00	100,00%	0,00%
Total de outras receitas	713.001,00	719.014,20	6.013,20	100,84%	0,84%
Total das receitas	19.329.598,00	16.942.181,68	-2.387.416,32	87,65%	-12,35%

Em termos orçamentais, o exercício terminou com um grau de execução da receita de 87,65 % o que representa um desvio global de 12,35 %.

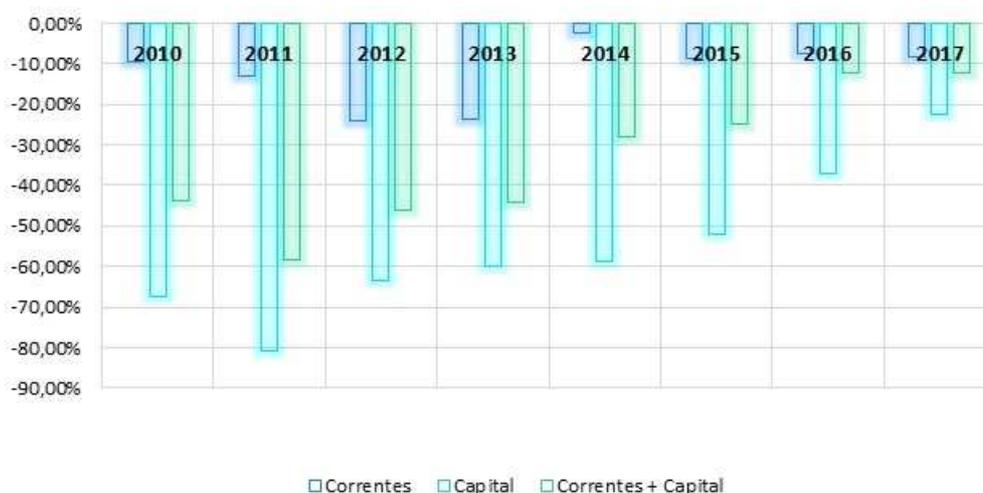
Estamos perante uma recuperação da performance orçamental do município, traduzido nos menores desvios dos últimos anos, conforme se pode ver no quadro seguinte.



Evolução dos desvios orçamentais na receita

Receitas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Correntes	-9,66%	-12,84%	-24,09%	-23,58%	-2,50%	-8,76%	-7,36%	-8,46%
Capital	-67,39%	-80,95%	-63,38%	-59,99%	-58,70%	-52,23%	-36,97%	-22,31%
Correntes + Capital	-43,90%	-58,19%	-46,27%	-44,08%	-27,97%	-24,71%	-12,07%	-12,35%

Desvios orçamentais na receita



Nas receitas correntes verificou-se um grau de execução orçamental de 91,54 %

Nas receitas de capital (quadro fl. anterior), o desvio situou nos 22,31 %, ou seja, o grau de execução foi de 77,69 %.

A principal razão localiza-se na **venda de bens de investimento**, com um desvio de -91,15 % e nas **transferências de capital**, mais concretamente na rubrica FEDER e contratos-programa, com um desvio global de 29,6 %.

O desvio global das previsões da receita ficou em 12,35 %, ou seja, o grau de execução situou-se em 87,65 %. Este desempenho permitiu o cumprimento do artigo 56.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, o qual coloca como teto máximo de desvios o valor de 15%.



No que respeita à importância das diversas rubricas no total arrecadado, verifica-se que as **receitas correntes** representam 71,7 % da receita, sendo de destacar as “**transferências correntes**” com 27,2 %, os “**impostos diretos**” com 22,5 %, e a “**venda de bens e serviços**” com 17,3 %.

Em **receitas de capital**, que assumiu um peso de 28,3 % das entradas, as rubricas que mais se destacaram foram “**passivos financeiros**” com 18,9 % e “**transferências de capital**” com 8,5 %.

PESO NO TOTAL DA RECEITA COBRADA	2017		2016		Evolução do peso
	Rubricas	Receita cobrada	Peso no total	Receita cobrada	
01 Impostos diretos	3.652.108,43	22,5%	3.484.676,10	27,4%	-4,9%
IMI + CA	2.370.377,05	14,6%	2.444.558,76	19,2%	-4,6%
IUC + IMV	449.811,40	2,8%	416.634,77	3,3%	-0,5%
IMT + SISA	626.254,33	3,9%	491.616,49	3,9%	0,0%
Derrama	205.665,65	1,3%	131.866,08	1,0%	0,2%
02 Impostos indiretos	362.886,28	2,2%	192.569,71	1,5%	0,7%
04 Taxas, multas e outras penalidades	338.370,48	2,1%	279.013,62	2,2%	-0,1%
05 Rendimentos da propriedade	14.198,35	0,1%	10.927,52	0,1%	0,0%
06 Transferências correntes	4.416.024,55	27,2%	4.384.373,48	34,5%	-7,3%
Fundo de Equilibrio Financeiro	1.807.370,00	11,1%	1.674.627,00	13,2%	-2,0%
Fundo Social Municipal	274.907,00	1,7%	274.907,00	2,2%	-0,5%
Participação Fixa no IRS	1.101.863,00	6,8%	1.154.679,00	9,1%	-2,3%
Outras Transferências	1.231.884,55	7,6%	1.280.160,48	10,1%	-2,5%
07 Venda de bens e serviços correntes	2.812.107,07	17,3%	2.736.448,60	21,5%	-4,2%
08 Outras receitas correntes	38.926,91	0,2%	94.787,33	0,7%	-0,5%
Total de receita correntes	11.634.622,07	71,7%	11.182.796,36	88,0%	-16,3%
09 Venda de bens de investimento	21.035,85	0,1%	24.582,60	0,2%	-0,1%
10 Transferências de capital	1.374.324,69	8,5%	888.821,71	7,0%	1,5%
Fundo de Equilibrio Financeiro	200.819,00	1,2%	186.070,00	1,5%	-0,2%
Outras	1.173.505,69	7,2%	702.751,71	5,5%	1,7%
12 Passivos financeiros	3.064.676,75	18,9%	511.686,13	4,0%	14,9%
13 Outras receitas de capital	128.508,12	0,8%	102.220,74	0,8%	0,0%
Total de receitas de capital	4.588.545,41	28,3%	1.527.311,18	12,0%	16,3%
Total de receitas correntes + capital	16.223.167,48	100,0%	12.710.107,54	100,0%	0,0%

Comparando com o ano anterior, assiste-se a uma redução do peso das receitas correntes no total das receitas em 16,3% e um aumento de igual percentagem nas receitas de capital.



Relativamente à evolução das receitas no período 2013 a 2017, a situação é a que consta no quadro da folha seguinte.

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2013	2014	2015	2016	2017
01 Impostos diretos	3.597.923,56	3.327.839,20	3.773.702,07	3.484.676,10	3.652.108,43
IMI + CA	2.404.378,99	2.628.546,04	2.539.678,99	2.444.558,76	2.370.377,05
IUC + IMV	454.689,72	433.547,02	414.969,10	416.634,77	449.811,40
IMT + SISA	608.478,09	143.163,44	702.838,07	491.616,49	626.254,33
Derrama	130.376,76	122.582,70	116.215,91	131.866,08	205.665,65
02 Impostos indiretos	108.081,78	63.630,25	133.956,93	192.569,71	362.886,28
04 Taxas, multas e outras penalidades	282.537,13	309.990,99	275.052,31	279.013,62	338.370,48
05 Rendimentos da propriedade	41.581,81	10.952,67	10.909,91	10.927,52	14.198,35
06 Transferências correntes	4.150.227,03	4.208.133,80	4.335.252,12	4.384.373,48	4.416.024,55
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.589.119,00	1.807.410,00	1.634.071,00	1.674.627,00	1.807.370,00
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	274.907,00	274.907,00	274.907,00
Participação Fixa no IRS	922.146,00	812.472,00	1.159.852,00	1.154.679,00	1.101.863,00
Outras Transferências	1.364.055,03	1.313.344,80	1.266.422,12	1.280.160,48	1.231.884,55
07 Venda de bens e serviços correntes	2.896.146,68	2.877.469,45	2.899.230,21	2.736.448,60	2.812.107,07
08 Outras receitas correntes	23.308,94	522.718,64	192.541,37	94.787,33	38.926,91
Total de receita correntes	11.099.806,93	11.320.735,00	11.620.644,92	11.182.796,36	11.634.622,07
09 Venda de bens de investimento	48.203,50	71.492,07	49.517,19	24.582,60	21.035,85
10 Transferências de capital	4.241.788,96	3.898.978,13	2.601.866,95	888.821,71	1.374.324,69
Fundo de Equilíbrio Financeiro	397.280,00	200.823,00	181.563,00	186.070,00	200.819,00
FEDER + Contr.-Programa	3.844.508,96	3.698.155,13	2.420.303,95	702.751,71	1.173.505,69
12 Passivos financeiros	3.181.877,53	0,00	682.047,70	511.686,13	3.064.676,75
13 Outras receitas de capital	12.082,81	4.629,41	200.126,94	102.220,74	128.508,12
Total de receitas de capital	7.483.952,80	3.975.099,61	3.533.558,78	1.527.311,18	4.588.545,41
Total de receitas correntes + capital	18.583.759,73	15.295.834,61	15.154.203,70	12.710.107,54	16.223.167,48

As **receitas correntes** sofreram um aumento face ao ano anterior (451.825,71 €), tendo sido o melhor registo dos ultimos 5 anos.

Já as **receitas de capital**, registaram um aumento de 3.061.234,23 € face ao ano anterior, fruto principalmente da rubrica passivos financeiros.

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2013	2014	2015	2016	2017
Receita correntes	1,00	1,02	1,05	1,01	1,05
Receitas de capital	1,00	0,53	0,47	0,20	0,61
Total	1,00	0,82	0,82	0,68	0,87



2.3.1 Receitas Correntes

No decurso do ano cobraram-se **11.634.622,07 €** de receitas correntes, o que representa um grau de execução de **91,54 %**. O desvio orçamental foi de **8,46 %**.

2.3.1.1. Impostos diretos

Faz-se neste ponto, uma breve análise das receitas arrecadadas com impostos diretos municipais nos termos do artigo 14º da Lei nº 73/2013 de 3/9 (RFAL), designadamente o imposto municipal sobre imóveis, o imposto único de circulação, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e a derrama e ainda os montantes arrecadados referentes a impostos abolidos (sisa).

Esta rubrica teve um desempenho relevante para a tesouraria municipal, tendo sido responsável por receitas de 3.652.108,43 €, apresentando um grau de execução de 99,49 % face ao previsto.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
IMI - Imposto Municipal S/ Imóveis	2.554.931,00	2.370.377,05	92,78%
IUC - Imposto único de circulação	401.808,00	449.811,40	111,95%
IMT - Imp. Municipal S/ Transmissões Onerosas Imóveis + Sisa	600.545,00	626.254,33	104,28%
Derrama	113.631,00	205.665,65	180,99%
TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS"	3.670.915,00	3.652.108,43	99,49%

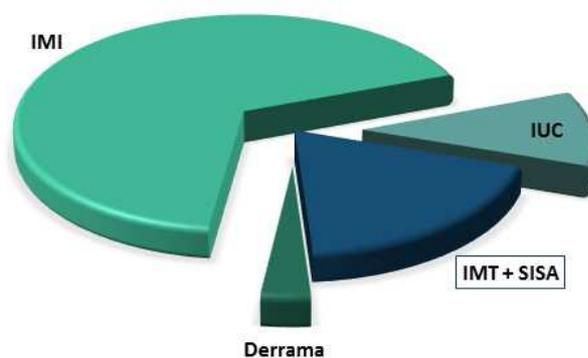
Apenas o IMI não excedeu as expectativas, ficando 184.553,95 € abaixo do previsto. Esta situação indicia que a cobrança não foi feita em muitos imóveis, isto porque, a previsão é feita com base nos dados disponíveis nas finanças, ou seja, a margem de erro é muito reduzida.

No que respeita ao peso dos diversos impostos:

Rubricas	R. cobrada líquida	Peso
IMI - Imposto Municipal S/ Imóveis	2.370.377,05	64,90%
IUC - Imposto único de circulação	449.811,40	12,32%
IMT - Imp. Municipal S/ Transmissões Onerosas Imóveis + Sisa	626.254,33	17,15%
Derrama	205.665,65	5,63%
Total	3.652.108,43	100,00%

Verifica-se que a maior parte da receita (64,90%) tem origem no IMI, sendo que o menor peso pertence à derrama, com 5,63 %.

29



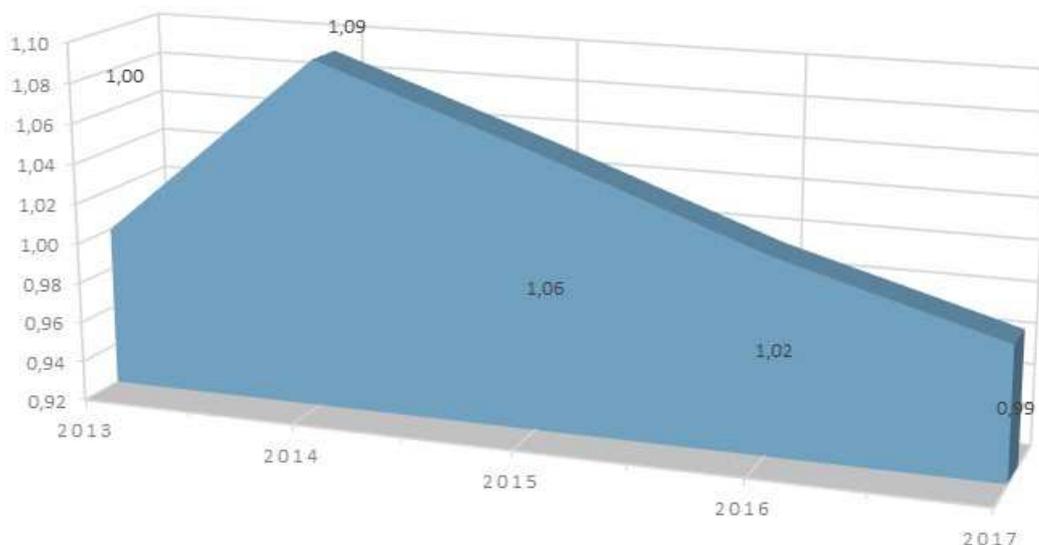
Veja-se de seguida a evolução destes impostos ao longo dos últimos 5 anos:



IMI - IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS

Designação	Ano 100: 2013					VAR 2017-2016
	2013	2014	2015	2016	2017	
Receita de IMI	2.404.378,99	2.628.546,04	2.539.678,99	2.444.558,76	2.370.377,05	-74.181,71
Evolução sobre ano 100	1,00	1,09	1,06	1,02	0,99	

Evolução sobre o ano 100



O IMI foi o imposto direto mais importante conduzindo a uma receita de 2.370.377,05 €, sendo fundamental para a sustentabilidade do funcionamento normal do município.

Face ao ano anterior verificou-se um decréscimo do valor do imposto cobrado. Esta redução está relacionada com a redução da taxa urbana para 0,35 e com situações de contribuintes que não procederam ao pagamento da taxa.

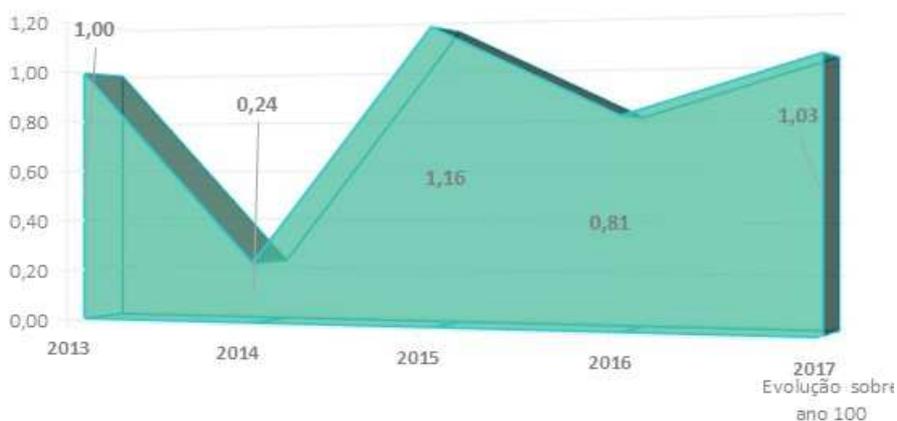
Do ponto de vista orçamental, como vimos antes, ficou 7,22 % abaixo das previsões.

HISTÓRICO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO			
Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2016	-	0,35000	0,80
2015	-	0,36000	0,80
2014	-	0,38000	0,80
2013	0,7000	0,39000	0,80



IMT - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES / SISA

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	VAR 2017-2016
Receita	608.478,09	143.163,44	702.838,07	491.616,49	626.254,33	134.637,84
Evolução sobre ano 100	1,00	0,24	1,16	0,81	1,03	



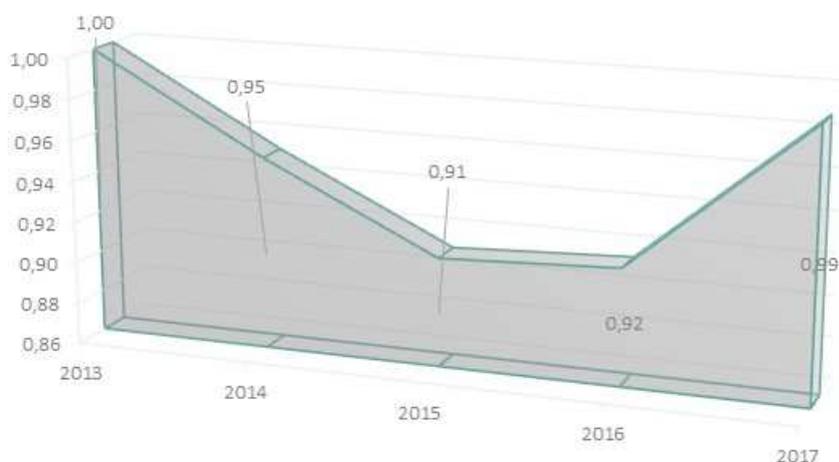
Verifica-se em 2017 um aumento face ao ano anterior (134.637,84 €). A rubrica excedeu as expectativas em 4,28 %.

Nos últimos anos têm-se verificado alguma recuperação neste tipo de receita, fruto da melhoria da conjuntura nacional.

O valor registado em 2015 deve-se ao facto de ter havido uma transação “pouco habitual” referente ao empreendimento junto ao E.leclerc que passou para a posse do banco que financiou o mesmo (cerca de 400 m €).

IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	VAR 2017-2016
Receita	454.689,72	433.547,02	414.969,10	416.634,77	449.811,40	33.176,63
Evolução sobre ano 100	1,00	0,95	0,91	0,92	0,99	



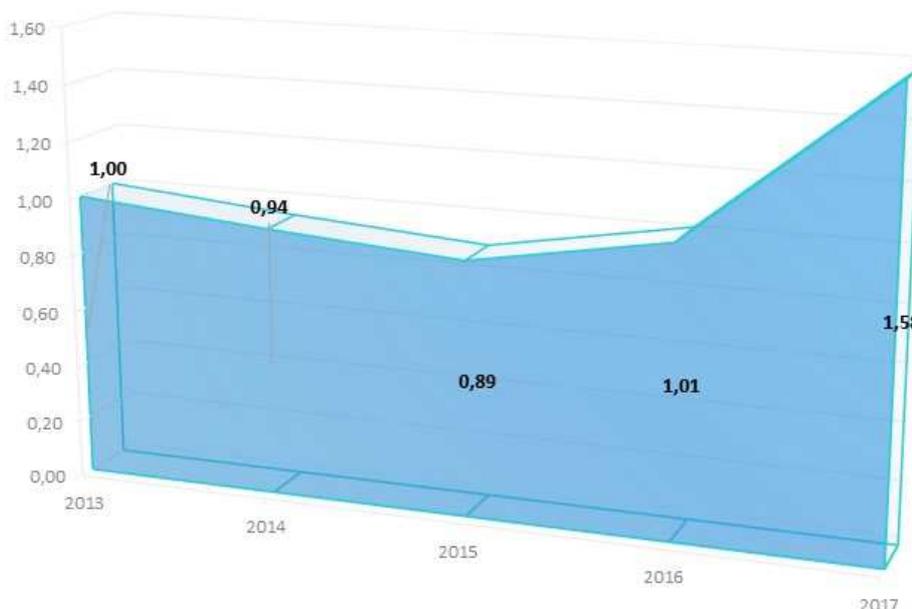
Face ao ano anterior o IUC registou um aumento de 33.176,63 €. Foi o melhor registo desde o ano de 2013.

No Orçamento de Estado para o ano de 2017 não se registaram alterações significativas nos valores face ao ano anterior, ou seja, para a generalidade da população, não houve alterações importantes ou dignas de registo.



DERRAMA

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	VAR 2017-2016
Receita	130.376,76	122.582,70	116.215,91	131.866,08	205.665,65	73.799,57
Evolução sobre ano 100	1,00	0,94	0,89	1,01	1,58	



A **derrama** é um imposto municipal que incide sobre os lucros das empresas sedeadas no concelho e é fixada anualmente pela Assembleia Municipal com o objetivo de apoiar o investimento municipal, geralmente em determinada área específica, tendo sido aplicada nos últimos anos uma taxa de 1,5%, incidente sobre o lucro tributável das empresas.

Analisando o gráfico, verificamos que nos últimos 2 anos tem havido uma recuperação na receita deste imposto. Esta melhoria está relacionada com a recuperação económica que temos estado a assistir nos últimos anos, uma vez que, influencia a performance das empresas do concelho.

De referir que relativamente ao imposto da derrama foram criados incentivos que se baseavam na criação líquida de postos de trabalho com as seguintes características:

- 1 - Redução de 1/3, para as empresas com criação líquida de postos de trabalho até 35 % (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior;
- 2 Redução de 2/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho entre 36% e 75% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior;
- 3) Redução de 3/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho superior a 75% sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.

Apesar destes incentivos não deu entrada no município qualquer pedido de redução da taxa da derrama em 2017.

2.3.1.2 Impostos indiretos

São classificadas nesta rubrica as receitas que recaem sobre o sector produtivo e as que revestem a forma de taxas mas que são pagas por empresas.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita	
Loteamentos e obras	568.763,00	313.367,05	55,10%	86,35%	92,50%
Mercados e feiras	1.805,00	22.296,90	1235,29%	6,14%	
Outros impostos indiretos	2,00	13.536,96	676848,00%	3,73%	
Ocupação da via pública	241.545,00	11.299,65	4,68%	3,11%	
Publicidade	2.664,00	2.385,72	89,55%	0,66%	
TOTAL DE IMPOSTOS INDIRETOS	814.779,00	362.886,28	44,54%	100,00%	

Importa, genericamente, explicar que as previsões são feitas com base nas regras previsionais do POCAL (ponto 3.3.), que estabelecem os procedimentos a seguir neste domínio: *a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração.*

Prevendo-se receber 814.779 €, foram cobrados impostos indiretos no valor de 362.886,28 €, o que representa um grau de execução orçamental de 44,54 %.

De referir que o principal desvio se deve à rubrica “**loteamentos e obras**” pelo facto de não se ter concretizado diversos loteamentos já aprovados com os seguintes intervenientes:

Requerente: Unimarket – Imobiliária Lda

Local: Avenida Villiers Sur Marne

Previsão de receita: 138.208,02 €

Requerente: Siuna

Local: Mário Viegas – Pinhal da Lameira

Previsão de receita: 82.589,41 €

Requerente: Nabão XXI

Local: Ferreira de Castro

Previsão de receita: 43.100,49 €

Requerente: Ibermarket – Gestão de Moveis.

Local: Rua 5 de Outubro

Previsão de receita: 19.099,05 €



Neste âmbito, observemos (ponto 2.3.1.4), o comportamento das rubricas de “loteamentos e obras” e “taxa de urbanização”.

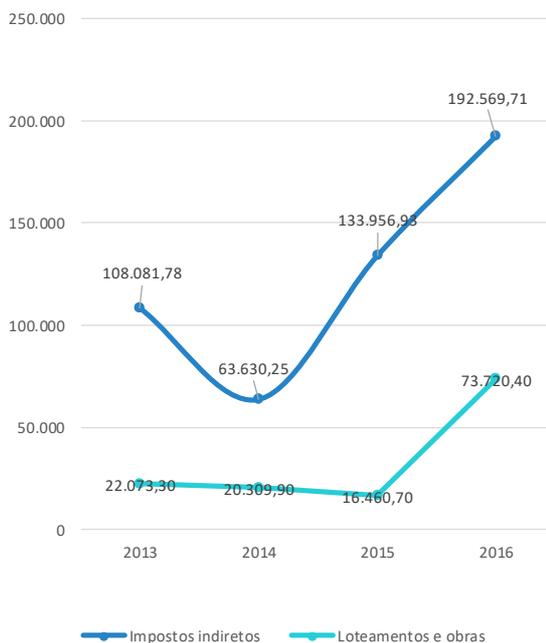
Na receita outros impostos indiretos estão incluídas receitas como, alvará de licença especial de ruído – espetáculos, certidões, fornecimento de avisos, fornecimento de livro de obra, fotocópias e cópias de processos, horários de funcionamento, inspeções a elevadores, pedido de informação, plantas, taxa de urbanização, vistorias, entre outras.

Analisando a evolução da rubrica **02 – Impostos indiretos** no período 2013-2017, conclui-se por um acréscimo face a 2016 no valor de 170.316,57 €.

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2013	2014	2015	2016	2017
Impostos indiretos					
Mercados e feiras	2.275,21	1.983,21	2.054,78	7.939,26	22.296,90
Loteamentos e obras	22.073,30	20.309,90	16.460,70	73.720,40	313.367,05
Ocupação da via pública	33.972,89	22.352,01	97.688,39	43.868,85	11.299,65
Publicidade	34.614,87	4.645,08	3.455,38	2.066,62	2.385,72
Outros	15.145,51	14.340,05	14.297,68	64.974,58	13.536,96
Total impostos indiretos	108.081,78	63.630,25	133.956,93	192.569,71	362.886,28

Verifica-se na rubrica “loteamentos e obras” um importante aumento face a anos anteriores, contudo, ainda longe dos valores registados no período antes da crise que afetou o setor imobiliário.

Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Impostos indiretos	108.081,78	63.630,25	133.956,93	192.569,71	362.886,28
Loteamentos e obras	22.073,30	20.309,90	16.460,70	73.720,40	313.367,05



2.3.1.3. Taxas, multas e outras penalidades

Este capítulo engloba os seguintes grupos:

Taxas;

Multas e outras penalidades.

No grupo das **Taxas** incluem-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e dos regulamentos municipais em vigor.

No grupo das **Multas e outras penalidades** englobam-se as receitas provenientes da aplicação de coimas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

A execução orçamental deste capítulo foi de 126,84 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita	
Mercados e feiras	187.364,00	152.099,64	81,18%	44,95%	81,98%
Juros de mora	26.000,00	125.290,34	481,89%	37,03%	
Outras	29.835,00	25.103,00	84,14%	7,42%	
Loteamentos e obras	18.100,00	17.831,63	98,52%	5,27%	
Ocupação da via pública	1.056,00	14.572,36	1379,96%	4,31%	
Multas e penalidades diversas	2.065,00	2.054,04	99,47%	0,61%	
Juros compensatórios	615,00	1.041,47	169,34%	0,31%	
Coimas e penalidades por contra-ordenações	1.655,00	378,00	22,84%	0,11%	
Caça, uso e porte de arma	80,00	0,00	0,00%	0,00%	
TOTAL DE "TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES"	266.770,00	338.370,48	126,84%	100,00%	

Verifica-se que existem 2 rubricas responsáveis por 81,98 % da receita cobrada.

- **Mercados e Feiras** diz respeito à receita cobrada aos feirantes do mercado diário e semanal. Com uma receita cobrada no valor 152.099,64 € atingiu um grau de execução de 81,18 % e representa 44,95 % das receitas cobradas.

- **Juros de mora** dizem respeito principalmente aos juros recebidos por atraso no pagamento, por parte dos contribuintes, dos impostos diretos (IMI, IUC, derrama, IMT).

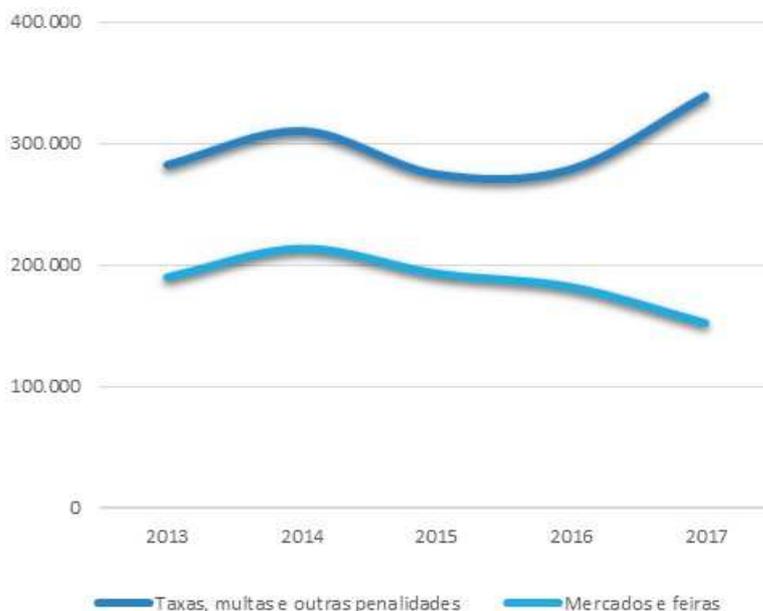
A receita em **Outras** compreende receitas com Taxa Urbanística, Cemitério, certidões, fotocópias, vistorias, entre outras.

Evolução da rubrica “04 – Taxas, multas e outras penalidades” no período 2013-2017

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2013	2014	2015	2016	2017
TAXAS					
Mercados e feiras	189.871,44	213.551,44	192.980,83	181.825,35	152.099,64
Loteamentos e obras	20.260,89	18.386,55	16.066,29	35.047,97	17.831,63
Ocupação da via pública	910,50	2.129,45	1.113,60	3.937,93	14.572,36
Caça, uso e porte de arma	182,79	142,34	128,99	0,00	0,00
Outras	42.334,21	31.571,39	36.715,63	25.237,94	25.103,00
Total "Taxas"	253.559,83	265.781,17	247.005,34	246.049,19	209.606,63
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES					
Juros de mora	805,62	31.989,47	23.024,33	29.774,69	125.290,34
Juros compensatórios	19.905,65	4.348,99	695,31	383,93	1.041,47
Coimas e penalidades por contra-ordenações	5.862,55	5.561,56	1.939,02	1.215,00	378,00
Multas e penalidades diversas	2.403,48	2.309,80	2.388,31	1.590,81	2.054,04
Total "Multas e outras penalidades"	28.977,30	44.209,82	28.046,97	32.964,43	128.763,85
Taxas, multas e outras penalidades	282.537,13	309.990,99	275.052,31	279.013,62	338.370,48

Face ao ano anterior, o ano de 2017 registou uma subida (+ 59.356,86 €), ficando acima de todos os anos em análise.

A redução registada na rubrica “Mercados e Feiras” está relacionada com o fecho do mercado e as isenções dadas no mês de dezembro de 2017 devido às obras de requalificação do Mercado. Apesar da redução manteve-se a rubrica com mais importância dentro deste capítulo (44,95 % do total).



2.3.1.4. Rubricas comuns

Conforme vimos nos pontos anteriores, existem rubricas, cuja natureza é a mesma, independentemente da entidade pagadora, empresas (02) ou particulares (04).

Vejamos os casos de:

- Loteamentos e obras;
- Ocupação da via pública;

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Loteamento e Obras (Impostos Indiretos)	568.763,00	313.367,05	55,10%
Loteamento e Obras (Taxas,)	18.100,00	17.831,63	98,52%
TOTAL "LOTEAMENTOS E OBRAS"	586.863,00	331.198,68	56,44%

Em **loteamentos e obras** o grau de execução (56,44 %) ficou aquém do esperado, principalmente na rubrica prevista para a atividade empresarial, cujos desvios já foram explicados anteriormente. Na atividade realizada por particulares atingiu um grau de execução de 98,52 %.

Ocupação da via pública registra as taxas relativas à ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo do domínio público municipal. O acentuado desvio no grupo **impostos indiretos**, resulta da existência de uma fatura emitida a uma empresa de construção relativa a ocupação de via pública e que ainda não foi paga.

Quanto à ocupação por particulares, o grau de execução ficou bastante acima do esperado.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Ocupação da Via Publica (Impostos Indiretos)	241.545,00	11.299,65	4,68%
Ocupação da Via Publica (Taxas,....)	1.056,00	14.572,36	1379,96%
TOTAL "OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA"	242.601,00	25.872,01	10,66%

2.3.1.5. Rendimentos de propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita
Terrenos - Rendas	7.917,00	11.233,25	141,89%	79,12%
Dividendos - Emp. Privadas	2.560,00	2.563,49	100,14%	18,05%
Participação Lucros Adm. Publica	402,00	401,61	99,90%	2,83%
Juros - Bancos e outras instituições	4.598,00	0,00	0,00%	0,00%
Bens do Dominio Publico - Rendas	601.358,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DE "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE"	616.835,00	14.198,35	2,30%	97,17%

O grau de execução desta rubrica foi de 2,30 %, registando um desvio de 602.636,65 €, o qual tem origem na rubrica “Bens do Domínio Publico – Rendas”.

O valor registado nesta rubrica diz respeito às rendas (devidas pela Águas do Vale do Tejo) das infraestruturas integradas nesta entidade na sequência dos contratos de fornecimento de água e de recolha de efluentes assinados em 27 de outubro de 2009. Na clausula 8ª e 9ª respetivamente refere que “Nos termos do numero I da clausula 10ª do contrato de concessão, o Município arrendará à Sociedade as infraestruturas a integrar referidas no Anexo 3 ao presente contrato”.

As infraestruturas em causa são:

Contrato de Abastecimento de Água

- Reservatório Apoiado do Casal do Grilo
- Reservatório Elevado das Vaginhas
- Reservatório Elevado do Alto da Sobreira
- Furo AC-5
- Furo AC-6

Contrato de Recolha de Efluentes

- Estação Elevatória do Centro de Convívio
- Estação Elevatória “Existente”
- ETAR “Zona Industrial”
- ETAR Entroncamento

Apesar das infraestruturas acima referidas estarem desde 2009 sobre a responsabilidade das Águas do Centro SA (atual Águas do Vale do Tejo), ficou por definir a “compensação” financeira do município em relação a este arrendamento.

O valor que o município teria direito fruto deste arrendamento seria determinado através de uma valorização destas infraestruturas, a ser efetuado pela entidade concessionária.

Este valor era calculado com base nos critérios estabelecidos no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro, ou seja, ao valor da despesa inicial é calculada a sua depreciação pelo tempo de funcionamento da infraestrutura e posteriormente é aplicado o coeficiente de atualização da inflação acumulada desde a data de entrada em funcionamento até ao ano de aquisição (2009).

Fruto desta avaliação a concessionária apresentou uma primeira proposta em 28/06/2013 (anexo 1) que atribuía a estas infraestruturas um valor global de **529.443,36 €**, sendo 135.471,52 € em relação ao abastecimento de água e 393.971,84 € referente ao saneamento.

Esta avaliação foi rejeitada foram iniciadas negociações de modo a chegar a um justo valor.

O resultado final das negociações foi uma avaliação final global de **901.232,35 €**, sendo 294.162,71 € referente ao abastecimento de água e 607.069,64 € referente ao saneamento.

Esta proposta foi aprovada na reunião de câmara de 21 de janeiro de 2016 e pela Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016.

Tendo em conta o valor da valorização (901.232,35 €) e que o arrendamento seria feito por 32 anos, o município tinha direito a uma renda anual no valor de 28.163,51 €.

Sendo assim, o valor inscrito em sede de orçamento corresponde ao seguinte:

Rendas vencidas (2009 a 2016)	225.308,09
Antecipação de rendas	376.049,91
Total	601.358,00

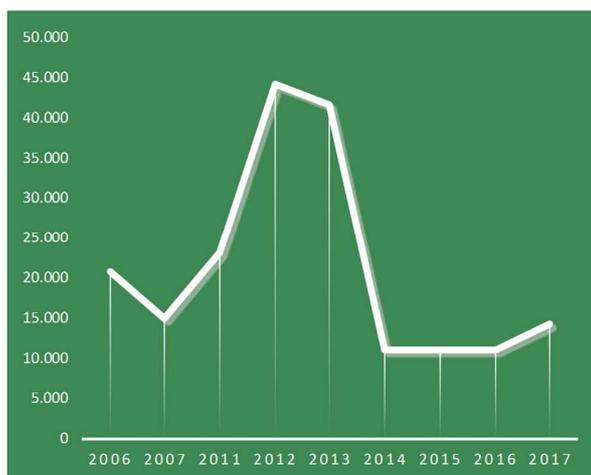
O processo teve alguns atrasos que levou à não execução do valor previsto, contudo, prevê-se a sua conclusão em 2018.

As **Rendas de terrenos** referem-se à receita pela colocação de torres de operadoras de telemóveis (NOS e MEO) em terrenos municipais.

A rubrica **Juros** não teve movimento porque o município não dispôs de excedentes que lhe permitissem efetuar aplicações financeiras.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

ANOS	RECEITA / PROV. (€)
2006	20.705,02
2007	14.946,00
2011	23.095,56
2012	44.091,21
2013	41.581,81
2014	10.952,67
2015	10.909,91
2016	10.927,52
2017	14.198,35



2.3.1.6. Transferências correntes

Classificam-se como **transferências correntes** os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

O município recebeu transferências:

- do Orçamento de Estado, ao abrigo do artigo 25º do RFAL;
- de sociedades privadas,
- e ainda a título de **outras transferências**.

Com uma receita de 4.416.024,55 € a rubrica **transferências correntes** teve um grau de execução orçamental de 97,67 %, ultrapassando ligeiramente as previsões orçamentais.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.807.370,00	1.807.370,00	100,00%
Participação fixa no IRS	1.101.863,00	1.101.863,00	100,00%
Outras	999.727,00	904.752,25	90,50%
Privadas	308.283,00	327.132,30	106,11%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	100,00%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	29.165,00	0,00	0,00%
TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES"	4.521.315,00	4.416.024,55	97,67%

A rubrica **Transferências – Privadas** tem origem na sua maior parte na renda paga pela EDP relativamente ao consumo de iluminação pública, no âmbito do contrato de concessão e ainda ao reembolso de seguros de acidentes de trabalho, por parte da companhia de seguros, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor
Renda de IP - EDP	288.369,37
Seguros - Reembolsos de seguros	38.762,93
Total	327.132,30

A rubrica “**Outras**” é composta pelas seguintes transferências:

Rubricas	Receita €
Centro de Emprego e Formação Profissional:	
Projetos CEI, CEI+, PAC	40.606,50
IEFP - GIP - Gabinete de Inserção Profissional	10.717,42
Ministério da Educação:	
DREL - acordo pré-escolar, enriq. curricular, refeições escolares, Conservação do P. Escolar	204.444,13
Transferência de competências (remunerações)	622.697,75
Instituto da Segurança Social	25.479,48
Ministério da Administração Interna	806,97
Total	904.752,25

43

As transferências do Orçamento de Estado (FEF+FSM+IRS) no seu conjunto (correntes + capital) foram dos seguintes montantes:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso no total
Fundo de Equilíbrio Financeiro				
- Receitas correntes	1.807.370,00	1.807.370,00	100,00%	53,39%
- Receitas de capital	200.816,00	200.819,00	100,00%	5,93%
FEF total	2.008.186,00	2.008.189,00	100,00%	59,33%
Participação fixa no IRS	1.101.863,00	1.101.863,00	100,00%	32,55%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	100,00%	8,12%
TOTAL	3.384.956,00	3.384.959,00	100,00%	100,00%

No que respeita à importância de cada uma destas rubricas no total das transferências, temos:

- FEF, com 59,33 %
- Participação fixa no IRS, com 32,55 %, e
- Fundo Social Municipal com 8,12 %.



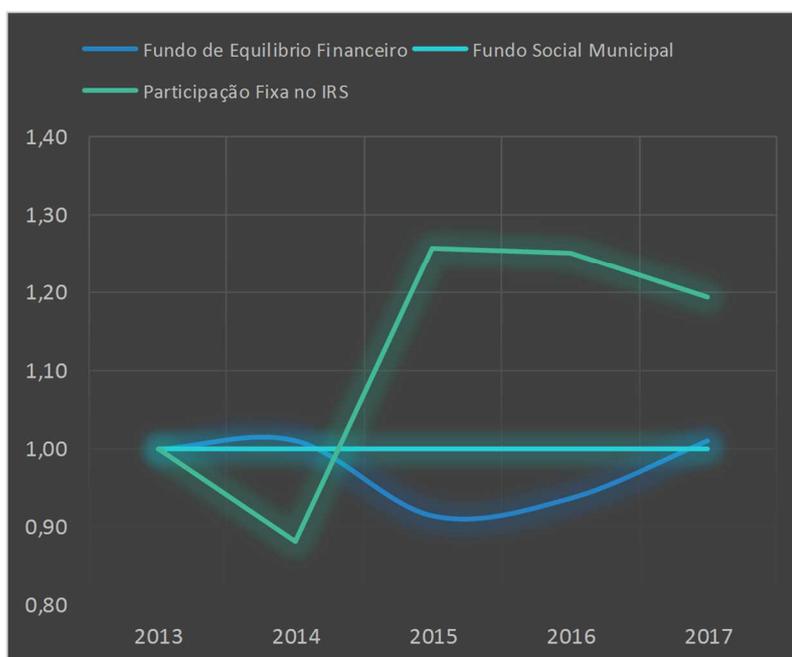
Evolução das transferências do Orçamento de Estado no período 2013-2017:

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.986.399	2.008.233	1.815.634	1.860.697	2.008.189
Fundo Social Municipal	274.907	274.907	274.907	274.907	274.907
Participação Fixa no IRS	922.146	812.472	1.159.852	1.154.679	1.101.863
Total de transferências	3.183.452	3.095.612	3.250.393	3.290.283	3.384.959

Verificou-se uma melhoria face aos últimos 4 anos que permite um maior equilíbrio na gestão financeira do município.

No Fundo Social Municipal tem-se verificado uma estabilização dos valores, enquanto o Fundo Social Municipal e a Participação no IRS têm variado ao longo dos anos, conforme demonstra gráfico abaixo.

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1,00	1,01	0,91	0,94	1,01
Fundo Social Municipal	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Participação Fixa no IRS	1,00	0,88	1,26	1,25	1,19



2.3.1.7. Vendas de bens e serviços correntes

Venda de bens e serviços correntes é uma área com algum significado nas receitas do município, tendo representado 21,50 % do total das receitas correntes.

Em 2017, registou receitas no valor de 2.812.107,07 €, o que significa um grau de execução orçamental de 100,35 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso no total cobrado	
Água	1.216.490,00	1.308.402,23	107,56%	46,53%	83,48%
Saneamento	651.400,00	579.760,73	89,00%	20,62%	
Resíduos sólidos	425.567,00	459.299,44	107,93%	16,33%	
Fornecimento de Refeições Escolares	118.673,00	118.150,59	99,56%	4,20%	
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	82.808,00	84.864,50	102,48%	3,02%	
Parques de estacionamento	94.926,00	62.457,00	65,80%	2,22%	
Outras rendas	48.298,00	58.704,40	121,55%	2,09%	
Serviços desportivos	85.857,00	50.174,83	58,44%	1,78%	
Rendas Habitações	43.818,00	39.812,95	90,86%	1,42%	
Prolongamento de Horários Escolares	21.061,00	16.988,90	80,67%	0,60%	
Serviços culturais	4.663,00	15.903,75	341,06%	0,57%	
Outros Desperdícios, resíduos e refugos	400,00	4.366,50	1091,63%	0,16%	
Produtos acabados e intermédios	4.205,00	4.096,21	97,41%	0,15%	
Trabalhos por conta de particulares	314,00	4.031,74	1283,99%	0,14%	
Outros Serviços	323,00	2.487,72	770,19%	0,09%	
Mercados e feiras	2.554,00	2.360,79	92,44%	0,08%	
Ligação de Ramais e Contratos de Água	811,00	190,04	23,43%	0,01%	
Livros e documentação técnica	127,00	54,75	43,11%	0,00%	
Outras mercadorias	55,00	0,00	0,00%	0,00%	
Fornecimento de Processos de Concursos	1,00	0,00	0,00%	0,00%	
Sucata	1,00	0,00	0,00%	0,00%	
Total Venda de bens e serviços correntes	2.802.352,00	2.812.107,07	100,35%	100,00%	

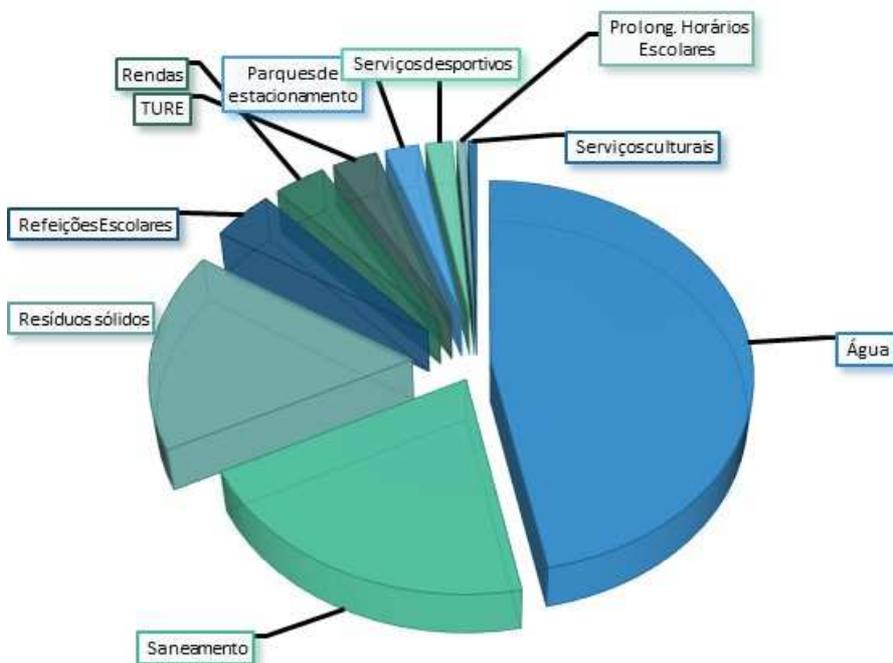
Existem 3 rubricas responsáveis por 83,48 % da receita total das “vendas de bens e serviços”, as quais, atingiram a previsão inicialmente feita.

Em termos absolutos, a **venda de água** foi a mais representativa das rubricas com uma receita de 1.308.592,27 €, seguida de **saneamento de águas residuais** com 579.760,73 € e em 3.º lugar gestão de **resíduos sólidos** com 459.299,44 €.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Água	1.216.490,00	1.308.402,23	107,56%
Ligação de ramais e contratos de água	811,00	190,04	23,43%
TOTAL DO SETOR "ÁGUAS"	1.217.301,00	1.308.592,27	107,50%
Saneamento	651.400,00	579.760,73	89,00%
Resíduos Sólidos	425.567,00	459.299,44	107,93%
TOTAL "ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS"	2.294.268,00	2.347.652,44	102,33%

Posição das rubricas mais importantes no agrupamento **Venda de bens e serviços correntes**:

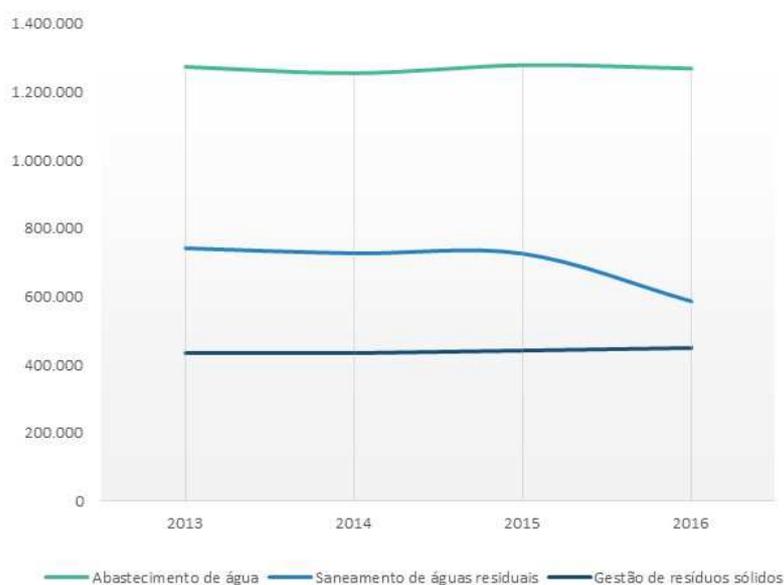
Rubricas	Receita
Água	1.308.402,23
Saneamento	579.760,73
Resíduos sólidos	459.299,44
Refeições Escolares	118.150,59
Rendas	98.517,35
TURE	84.864,50
Parques de estacionamento	62.457,00
Serviços desportivos	50.174,83
Prolong. Horários Escolares	16.988,90
Serviços culturais	15.903,75
Total	2.794.519,32





Analisa-se de seguida a evolução das 3 áreas mais representativas desta rubrica, ao longo do período 2013 – 2017.

Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Abastecimento de água	1.274.260,78	1.257.287,23	1.278.919,53	1.270.029,18	1.308.592,27
Saneamento de águas residuais	741.294,46	726.512,85	725.534,19	587.417,23	579.760,73
Gestão de resíduos sólidos	435.120,71	432.377,16	442.275,76	451.089,55	459.299,44



No setor da educação verifica-se os seguintes valores:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fornecimento de Refeições Escolares	118.673,00	118.150,59	99,56%
Prolongamento de Horários Escolares	21.061,00	16.988,90	80,67%
TOTAL DO SECTOR "ESCOLAS"	139.734,00	135.139,49	96,71%

O grau de execução ficou abaixo da previsão em 3,29 %.

Comparando com os últimos 5 anos temos:

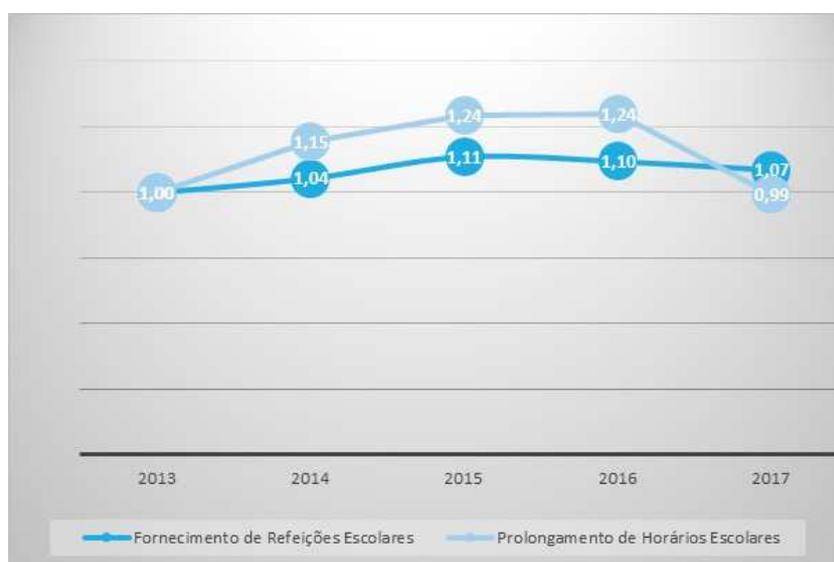
Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Fornecimento de Refeições Escolares	110.542,93	115.326,98	122.620,48	121.051,02	118.150,59
Prolongamento de Horários Escolares	17.102,09	19.727,64	21.151,32	21.185,11	16.988,90

A receita de **fornecimento de refeições escolares** ficou ligeiramente abaixo dos valores registados nos últimos 2 anos.

A receita com os **prolongamentos de horários escolares** registou os valores mais baixos dos anos em análise.

Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Fornecimento de Refeições Escolares	1,00	1,04	1,11	1,10	1,07
Prolongamento de Horários Escolares	1,00	1,15	1,24	1,24	0,99

48



A rubrica **rendas** apresenta no global uma receita de 98.517,35 € dividindo-se em:

- Habitação social: 39.812,95 €
- Outras rendas: 58.704,40 €

Em **outras rendas** o valor é composto pelas rendas cobradas nos seguintes equipamentos municipais:

- Café junto aos campos sintéticos: 1.247,52 €
- Café na Praça Salgueiro Maia: 5.797,66 €
- Antigas Piscinas Municipais: 11.365,18 €
- Restaurante do Parque do Bonito: 18.000,00 €
- Stands das Festas da Cidade: 16.388,50 €
- Espaço Municipal para Colocação de Painéis Fotovoltaicos: 5.095,76 €
- Direito de Superfície (Bombeiros): 179,56 €
- Outras rendas: 720,00 € (máquinas de vending)

A receita cobrada nos transportes urbanos **TURE** ficou em 84.864,50 €, o que se traduz num grau de execução de 102,48 %.

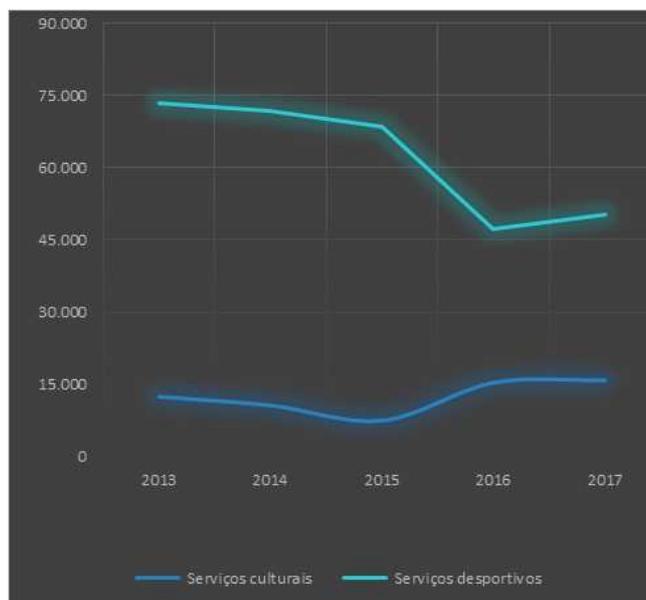
No setor de **desporto, cultura e tempos livres**, a situação foi a seguinte:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Serviços culturais	4.663,00	15.903,75	341,06%
Serviços desportivos	85.857,00	50.174,83	58,44%
TOTAL "CULTURA, DESPORTO E RECREIO"	90.520,00	66.078,58	73,00%

O nível de execução ficou 27,0 % abaixo das previsões, registando uma receita de 66.078,58 €.

A evolução deste tipo de receita face aos últimos 5 anos é a seguinte:

Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Serviços culturais	12.540,50	10.747,00	7.612,25	15.445,00	15.903,75
Serviços desportivos	73.503,49	71.781,80	68.588,76	47.392,11	50.174,83



Os **serviços desportivos** dizem respeito à receita que se cobra nas piscinas municipais, pavilhão municipal e campos sintéticos. A redução de receita face aos anos 2013-2015 pode-se explicar com o protocolo assinado entre o Município e o Clube Lazer Aventura e Competição (CLAC), o qual, permite a esta entidade a utilização das Piscinas Municipais e os Campos de Tenis de forma gratuita, à imagem do que é feito com outras entidades da terra.

A rubrica **serviços culturais** diz respeito à receita cobrada nos vários espetáculos culturais. A oscilação dos valores está relacionada com o nº e tipo de espetáculos em cada ano.

2.3.1.8. Outras receitas

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio.

O desempenho no ano de 2017 foi o seguinte:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Diversas	17.220,00	38.926,91	226,06%
TOTAL "OUTRAS RECEITA CORRENTES"	17.220,00	38.926,91	226,06%

Dos 38.926,91 € cobrados, os valores mais representativos referem-se aos seguintes movimentos:

- Patrocínio - Festas da Cidade do Entroncamento 2017 = 18.655,00 €

Principal patrocínio das Festas da Cidade dado pela Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA.

- Compensação de Encargos com Eletricidade = 12.941,51 €

Diz respeito aos custos de energia suportados pelo município referentes às instalações da ETAR principal e da ETAR do Centro de Convívio, as quais, são da responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

- Patrocínio – Feira de Abril = 2.500,00 €

Patrocínio dado pela entidade Diversões Simões, Lda.

2.3.2 Receitas de Capital

As receitas de capital são as que apresentam o maior desvio (22,31 %), tendo-se realizado apenas 77,69 % do previsto.

Rubricas	Receita		Grau de execução		Desvio orçamental
	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Realizado -previsto	%	
09 Venda de bens de investimento	237.659,00	21.035,85	-216.623,15	8,85%	-91,15%
10 Transferências de capital	1.869.250,00	1.374.324,69	-494.925,31	73,52%	-26,48%
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	<i>200.816,00</i>	<i>200.819,00</i>	<i>3,00</i>	<i>100,00%</i>	<i>0,00%</i>
<i>Outros</i>	<i>1.668.434,00</i>	<i>1.173.505,69</i>	<i>-494.928,31</i>	<i>70,34%</i>	<i>-29,66%</i>
12 Passivos financeiros	3.373.677,00	3.064.676,75	-309.000,25	-	-
13 Outras receitas de capital	425.825,00	128.508,12	-297.316,88	30,18%	-69,82%
Total de receitas de capital	5.906.411,00	4.588.545,41	-1.317.865,59	77,69%	-22,31%

Este desvio deve-se essencialmente às rubricas:

- Vendas de bens de investimento
- Transferências de capital – outras
- Outras receitas de capital

Passemos à análise pormenorizada destas rubricas.

2.3.2.1 Venda de bens de investimento

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Terrenos	237.656,00	21.035,85	8,85%
Equipamento de transporte	1,00	0,00	0,00%
Maquinaria e equipamento	1,00	0,00	0,00%
Total "Venda de bens de investimento"	237.659,00	21.035,85	8,85%

De uma dotação previsional de 237.659 € foram cobrados 21.035,85 €, o que significa um grau de execução orçamental de 8,85 %.

O valor registado nesta rubrica refere-se à alienação de parcelas de terreno no cemitério.

O desvio deve-se ao facto de não se ter concretizado a alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m²).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008. No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000 €.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no **projeto 03.008 2014/22-7 – Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário** uma dotação de 171.168 €, referente a fatura emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente a este terreno.

Caso esta situação ficasse resolvida a execução da rubrica "**terrenos**" ficava na ordem dos 84,59 %.

2.3.2.2 Transferências de capital

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Em particular, dizem respeito às transferências financeiras que têm origem no Orçamento de Estado e às transferências da União Europeia, a título de participação em projetos de investimento apoiados, designadamente pelo FEDER.

53

2.3.2.2.1. Transferências do Orçamento de Estado

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	200.816,00	200.819,00	100,00%

As “receitas de capital” provenientes do Orçamento de Estado tiveram um grau de execução de 100,00 %, cuja apreciação foi realizada no ponto 2.3.1.6.

2.3.2.2.2. Transferências – FEDER e Cooperação Técnica e Financeira

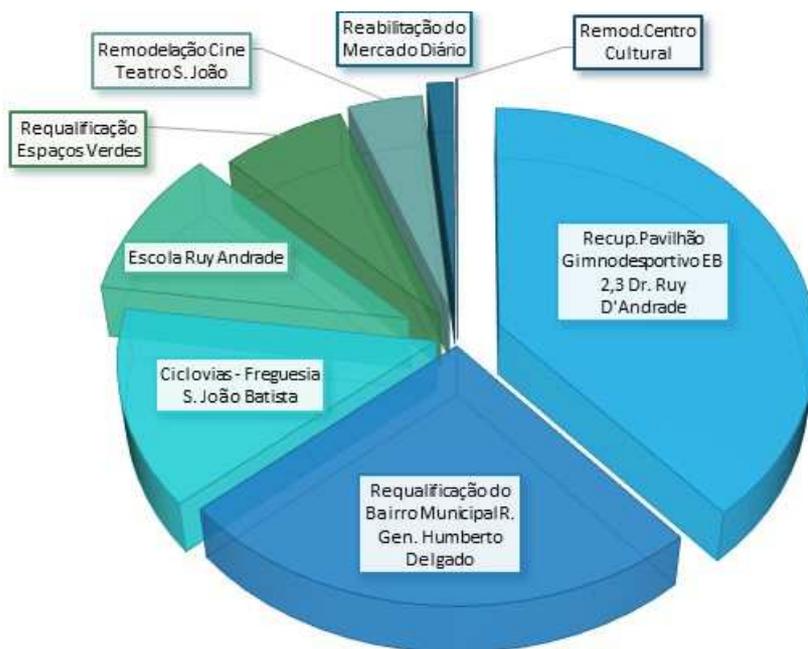
O Município recebeu participações de fundos comunitários o valor de 1.131.140,36 € e de contratos programa assinados com o Estado 42.365,33 €

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
FEDER	1.599.029,00	1.131.140,36	70,74%
Cooperação Técnica e Financeira	69.405,00	42.365,33	61,04%
Total	1.668.434,00	1.173.505,69	70,34%

No que se refere a comparticipações FEDER, recebeu verbas para os seguintes projetos:

FEDER/QREN

Projeto	Comparticipação	%
Recup.Pavilhão Gimnodesportivo EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade	436.077,56	38,6%
Requalificação do Bairro Municipal R. Gen. Humberto Delgado	285.264,63	25,2%
Ciclovias - Freguesia S. João Batista	152.038,41	13,4%
Escola Ruy Andrade	115.070,19	10,2%
Requalificação Espaços Verdes	78.683,32	7,0%
Remodelação Cine Teatro S. João	46.667,47	4,1%
Reabilitação do Mercado Diário	16.466,63	1,5%
Remod.Centro Cultural	872,15	0,1%
Total	1.131.140,36	100,0%



2.3.2.3 Passivos financeiros

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Passivos financeiros	3.373.677,00	3.064.676,75	90,84%
Total "Passivos financeiros"	3.373.677,00	3.064.676,75	90,84%

A receita cobrada em “passivos financeiros” diz respeito a:

- Empréstimo contratado ao Banco Santander TOTTA

Valor = 2.297.216,75 €

Finalidade: Operação de substituição de dívida em empréstimo PAEL junto da Direção Geral do Tesouro e Finanças

- Empréstimos contratados ao Banco BPI

Valor = 96.900 €

Finalidade: Obras no Cemitério Municipal e Requalificação da Estrada da Barroca

Este valor diz respeito à tranche recebida em 2017 (o valor do empréstimo é de **546.900 €**).

Valor = 170.560 €

Finalidade: Obras no Cine Teatro S. João, Ciclovias – Freg. S. J. Batista, Req. Espaços Verdes, Recuperação do Pavilhão Ruy Andrade e Requalificação do Bairro Municipal da R. General Humberto Delgado

Este valor diz respeito à tranche recebida em 2017 (o valor do empréstimo é de **479.560 €**).

- Empréstimo de Curto Prazo

Este empréstimo foi no valor de 500.000 € e serviu de apoio à tesouraria municipal.

O empréstimo foi totalmente pago no mês de dezembro.



2.3.2.4. Outras receitas de capital

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Outras receitas de capital	425.825,00	128.508,12	30,18%
Total "Outras Receitas de Capital"	425.825,00	128.508,12	30,18%

O valor cobrado diz respeito aos seguintes acionamentos de garantias bancárias:

Banco Millennium BCP

Garantia Bancária do Alv. Loteamento 1/2007 (Saldanha Norte): 58.397,34 €

Caixa Geral de Depósitos

Garantia Bancária da Escola do Bonito: 37.624,15 €

Novo Banco

Garantia Bancária da Escola Dr. Ruy Andrade: 30.986,63 €

2.4 Orçamento da despesa – execução

Vejamos o mapa resumo das despesas, por classificação económica.

Análise mais detalhada, poderá ser encontrada no mapa anexo “Controlo Orçamental – Despesa” (ponto 9.1.2).

2017						
CI	Designação	Despesa		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realizado - orçament.	%	
01	Despesas com o pessoal	5.309.453,00	5.199.479,36	-109.973,64	97,93%	-2,07%
02	Aquisição de bens e serviços	5.411.573,00	4.507.780,84	-903.792,16	83,30%	-16,70%
03	Juros e outros encargos	148.290,00	126.662,71	-21.627,29	85,42%	-14,58%
04	Transferências correntes	447.309,00	334.234,40	-113.074,60	74,72%	-25,28%
06	Outras despesas correntes	326.783,00	224.338,55	-102.444,45	68,65%	-31,35%
Total de despesas correntes		11.643.408,00	10.392.495,86	-1.250.912,14	89,26%	-10,74%
07	Aquisição de bens de capital	3.855.012,00	2.046.535,60	-1.808.476,40	53,09%	-46,91%
08	Transferências de capital	31.195,00	7.473,95	-23.721,05	23,96%	-76,04%
09	Ativos Financeiros	70.908,00	70.908,00	0,00	100,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	3.729.075,00	3.728.537,58	-537,42	99,99%	-0,01%
Total de despesas de capital		7.686.190,00	5.853.455,13	-1.832.734,87	76,16%	-23,84%
Total de despesas		19.329.598,00	16.245.950,99	-3.083.647,01	84,05%	-15,95%

2016						
Total de despesas		14.485.723,00	12.073.511,17	-2.412.211,83	83,35%	-16,65%

Foi prevista em sede de orçamento e posteriormente corrigida através de modificações orçamentais, uma despesa de 19.329.598,00 €, da qual se realizou 16.245.950,99 €, culminando num grau de execução de 84,05%.

O desvio mais significativo em valor absoluto, aconteceu na rubrica de **aquisição de bens de capital** (1.808.476,40 €), fruto das obras que foram previstas e não chegaram a ser executadas na sua totalidade devido a atrasos na comparticipação financeira assegurada.

Na rubrica de despesas correntes **aquisição de bens e serviços** destaca-se também o diferencial de 903.792,16 € face ao previsto.

Quanto à situação dos compromissos, pagamentos e da dívida orçamental que transita, temos:

2017						
Cl	Designação	Dotação	Compromisso	Facturado	Pago	Dívida
01	Despesas com o pessoal	5.309.453,00	5.212.046,05	5.209.425,07	5.199.479,36	9.945,71
02	Aquisição de bens e serviços	5.411.573,00	5.133.961,21	4.988.639,71	4.507.780,84	480.858,87
03	Juros e outros encargos	148.290,00	133.753,67	126.820,76	126.662,71	158,05
04	Transferências correntes	447.309,00	367.963,20	350.874,02	334.234,40	16.639,62
06	Outras despesas correntes	326.783,00	225.378,20	224.708,06	224.338,55	369,51
Total de despesas correntes		11.643.408,00	11.073.102,33	10.900.467,62	10.392.495,86	507.971,76
07	Aquisição de bens de capital	3.855.012,00	2.832.732,79	2.451.663,80	2.046.535,60	405.128,20
08	Transferências de capital	31.195,00	8.469,59	8.469,59	7.473,95	995,64
09	Ativos Financeiros	70.908,00	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00
10	Passivos financeiros	3.729.075,00	3.728.541,58	3.728.537,58	3.728.537,58	0,00
Total de despesas de capital		7.686.190,00	6.640.651,96	6.259.578,97	5.853.455,13	406.123,84
Total de despesas		19.329.598,00	17.713.754,29	17.160.046,59	16.245.950,99	914.095,60
2016						
Total de despesas		14.485.723,00	13.190.583,92	12.742.564,01	12.073.511,17	669.052,84

Compromissos

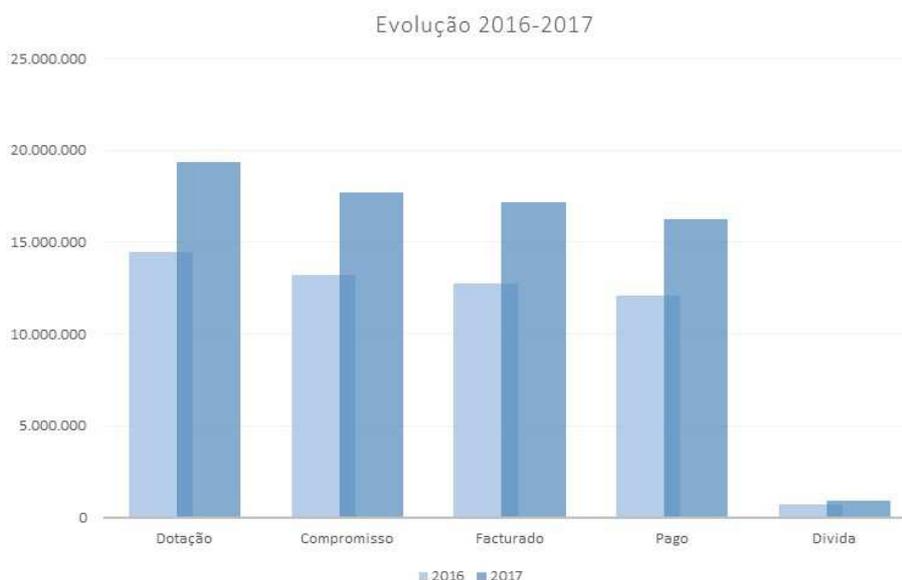
No decorrer do ano de 2017 o Município assumiu compromissos de 17.713.754,29 € dos quais 62,51 % correspondem a despesas correntes e 37,49 % a despesas de capital.

Nas despesas correntes, as rubricas que mais se destacam são **despesas de pessoal** e **aquisições de bens e serviços**, as quais constituem a base do funcionamento do município.

Os compromissos assumidos foram superiores aos de 2016, como resultado do início do novo quadro comunitário Portugal 2020.



Anos	Dotação	Compromisso	Facturado	Pago	Divida
2016	14.485.723,00	13.190.583,92	12.742.564,01	12.073.511,17	669.052,84
2017	19.329.598,00	17.713.754,29	17.160.046,59	16.245.950,99	914.095,60
Diferenças	4.843.875,00	4.523.170,37	4.417.482,58	4.172.439,82	245.042,76



Pagamentos

O município efetuou ao longo do ano de 2017 pagamentos no valor de 16.245.950,99 €, sendo 63,97 % referentes a despesas correntes e 36,03 % referentes a despesas de capital.

O valor dos pagamentos foram superiores ao do ano anterior, visto que os compromissos também foram menores.

Divida orçamental

No final do exercício económico de 2017, o município registava uma divida orçamental de 914.095,60 € contra 669.052,84 € verificados em 2016, o que significa um aumento de 245.042,76 €.

Este aumento deve-se às obras comparticipadas em curso, tais como:

Empreitada	Divida
Pavilhão Ruy Andrade	42.396,56
Req. Espaços Verdes	74.293,57
Ciclovia S. J. Batista	114.076,84
Mercado Municipal	22.710,54
Total	253.477,51

Deste valor 85 % estão assegurados por fundos comunitários.

Evolução da despesa paga no período 2013-2017

A despesa global do município assumiu, neste período, os seguintes valores:

CI	Designação	2013	2014	2015	2016	2017
01	Despesas com o pessoal	5.583.273,78	5.176.435,04	5.005.663,77	5.040.273,55	5.199.479,36
02	Aquisição de bens e serviços	6.078.954,43	4.572.739,14	4.159.856,06	4.219.037,97	4.507.780,84
03	Juros e outros encargos	390.288,22	276.529,91	250.844,13	178.667,22	126.662,71
04	Transferências correntes	563.115,60	338.428,14	301.443,59	299.854,04	334.234,40
06	Outras despesas correntes	226.764,97	117.749,93	138.450,91	152.927,80	224.338,55
Total de despesas correntes		12.842.397,00	10.481.882,16	9.856.258,46	9.890.760,58	10.392.495,86
07	Aquisição de bens de capital	5.828.121,19	4.154.853,07	4.016.788,36	670.177,87	2.046.535,60
08	Transferências de capital	93.707,97	0,00	9.536,22	22.419,56	7.473,95
09	Ativos Financeiros	0,00	0,00	70.908,00	70.908,00	70.908,00
10	Passivos financeiros	1.125.779,40	1.061.927,40	1.332.383,03	1.419.245,16	3.728.537,58
Total de despesas de capital		7.047.608,56	5.216.780,47	5.429.615,61	2.182.750,59	5.853.455,13
Total de despesas		19.890.005,56	15.698.662,63	15.285.874,07	12.073.511,17	16.245.950,99

Definindo 2013 como o ano base, vejamos a evolução das diversas rubricas:

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas com o pessoal	1,00	0,93	0,90	0,90	0,93
Aquisição de bens e serviços	1,00	0,75	0,68	0,69	0,74
Juros e outros encargos	1,00	0,71	0,64	0,46	0,32
Transferências correntes	1,00	0,60	0,54	0,53	0,59
Outras despesas correntes	1,00	0,52	0,61	0,67	0,99
Total de despesas correntes	1,00	0,82	0,77	0,77	0,81
Aquisição de bens de capital	1,00	0,71	0,69	0,11	0,35
Transferências de capital	1,00	0,00	0,10	0,24	0,08
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	1,00	0,94	1,18	1,26	3,31
Total de despesas de capital	1,00	0,74	0,77	0,31	0,83
Total de despesas	1,00	0,79	0,77	0,61	0,82

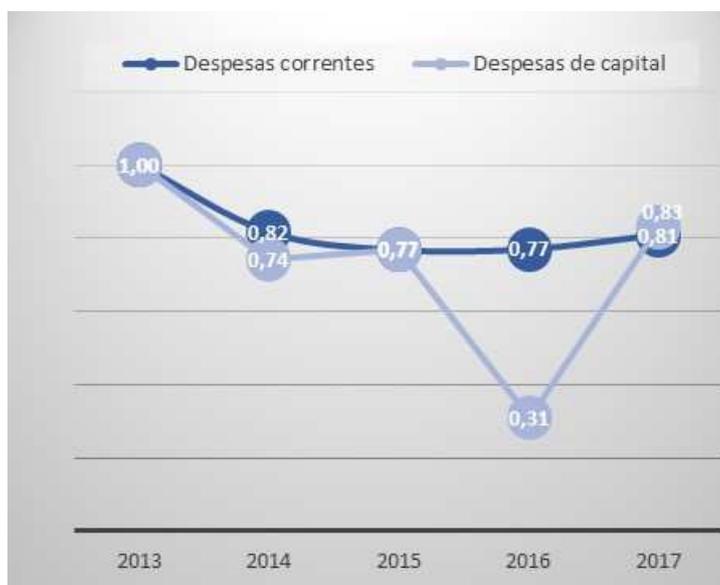
Despesas correntes e despesas de capital

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas correntes	1,00	0,82	0,77	0,77	0,81
Despesas de capital	1,00	0,74	0,77	0,31	0,83

A despesa corrente teve um ligeiro aumento face a 2016 e 2015 e ficou bastante abaixo relativamente aos valores de 2013.

Em relação às despesas de capital, devido ao arranque do novo quadro comunitário, verificou-se o aumento mais acentuado desde 2014.

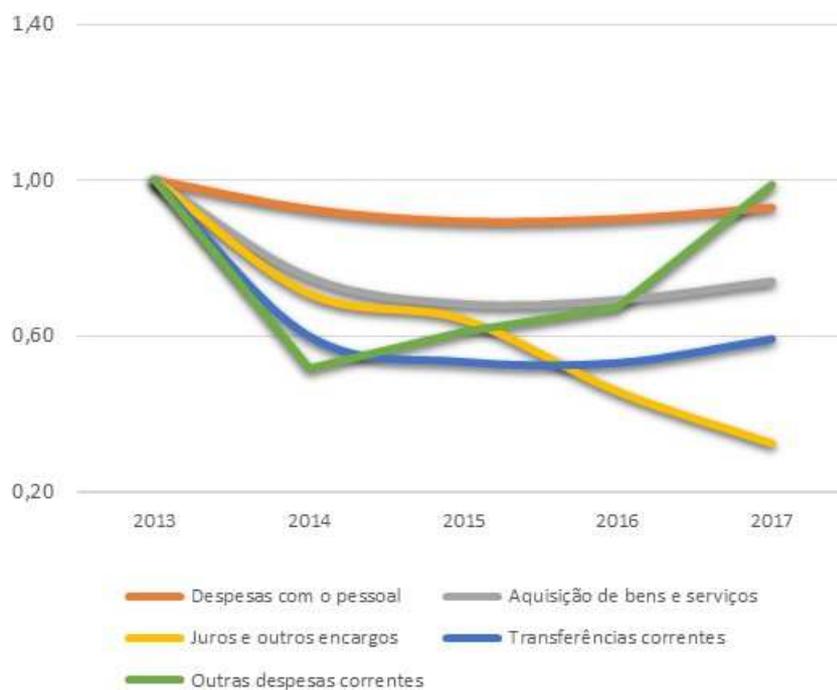
As despesas de capital, tendo em conta que dependem dos projetos financiados, não apresentam um comportamento uniforme ao longo dos anos, podendo existir alguns picos de despesa consoante o evoluir das obras.



Principais rubricas de “despesas correntes”

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas com o pessoal	1,00	0,93	0,90	0,90	0,93
Aquisição de bens e serviços	1,00	0,75	0,68	0,69	0,74
Juros e outros encargos	1,00	0,71	0,64	0,46	0,32
Transferências correntes	1,00	0,60	0,54	0,53	0,59
Outras despesas correntes	1,00	0,52	0,61	0,67	0,99

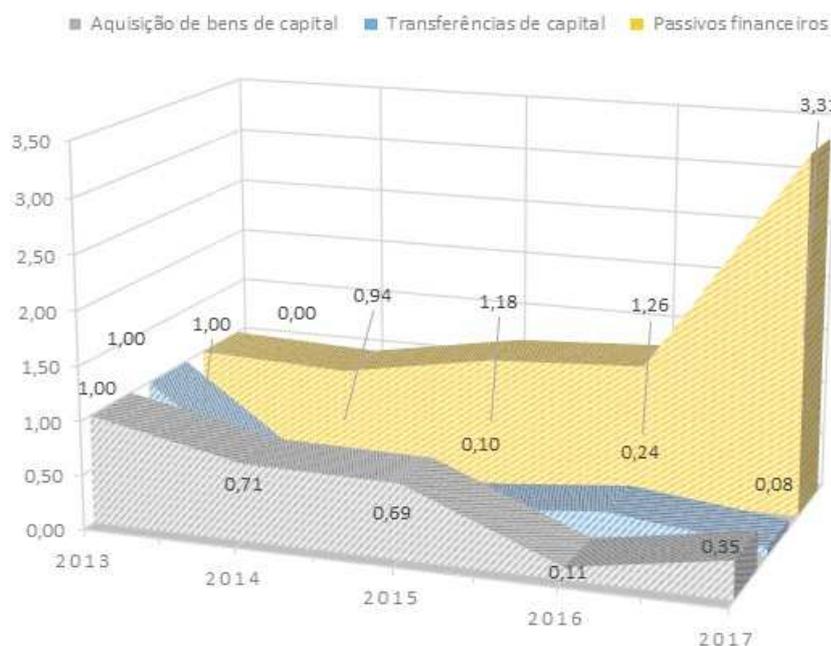
À exceção das despesas com pessoal e das despesas correntes todas as rubricas foram inferiores ao ano base, o que reflete a contenção feita ao nível da despesa.





Principais rubricas de “despesas de capital”

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2013	2014	2015	2016	2017
Aquisição de bens de capital	1,00	0,71	0,69	0,11	0,35
Transferências de capital	1,00	0,00	0,10	0,24	0,08
Passivos financeiros	1,00	0,94	1,18	1,26	3,31



A rubrica “**passivos financeiros**” traduz os encargos do município com amortizações de empréstimos e depende do cumprimento das condições contratuais estabelecidas. Em 31/12/2017, estavam contratados empréstimos no valor de 7.331.006,56 €.

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Saldo 31/12	10.613.511,57	9.552.793,70	8.900.342,55	7.994.867,39	7.331.006,56
Evolução	0,00	-1.060.717,87	-652.451,15	-905.475,16	-663.860,83

Face ao ano anterior a dívida dos empréstimos de médio e longo prazo decresceu em 663.860,83 €.

A rubrica “transferências de capital” é utilizada para registar, por exemplo, apoios financeiros a entidades, geralmente associativas, destinados a aquisição de bens de investimento (ex: viaturas, ...).

A **rubrica ativos financeiros**, registou uma despesa no valor de 70.908 €. Este valor diz respeito à participação do município no capital do Fundo Apoio Municipal (FAM). O capital subscrito é no valor de 496.358,86 €, tendo já sido realizados 212.724 € e está em dívida 283.634,86 €. A subscrição do capital é obrigatória tendo sido legislada pela Lei nº 53/2014.

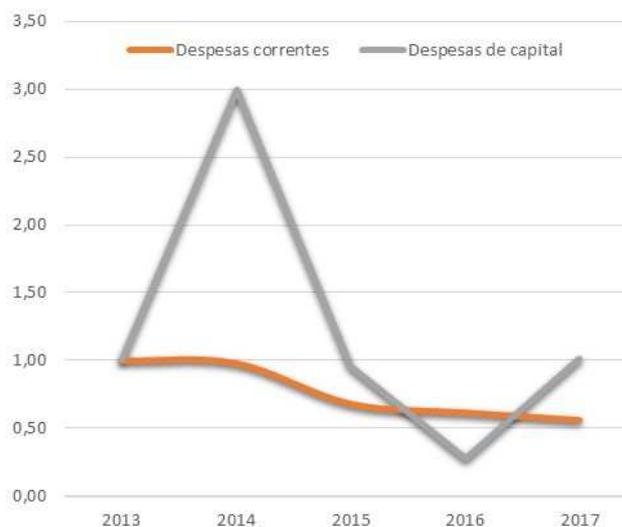
Evolução da dívida orçamental - Dívida por rubricas

CI	Designação	2013	2014	2015	2016	2017
01	Despesas com o pessoal	33.984,67	8.194,15	22.938,09	29.753,53	9.945,71
02	Aquisição de bens e serviços	817.440,44	813.078,67	554.152,12	511.024,76	480.858,87
03	Juros e outros encargos	6.506,07	36.855,54	6.676,28	1.416,39	158,05
04	Transferências correntes	45.122,07	29.919,96	33.499,71	15.769,85	16.639,62
06	Outras despesas correntes	5.771,16	2.405,81	19,67	691,50	369,51
Total de despesas correntes		908.824,41	890.454,13	617.285,87	558.656,03	507.971,76
07	Aquisição de bens de capital	399.747,57	1.198.122,67	346.507,25	109.378,69	405.128,20
08	Transferências de capital	0,00	0,00	22.419,56	1.018,12	995,64
10	Passivos financeiros	0,00	0,00	13.770,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital		399.747,57	1.198.122,67	382.696,81	110.396,81	406.123,84
Total de despesas		1.308.571,98	2.088.576,80	999.982,68	669.052,84	914.095,60

A dívida a fornecedores correntes registou um decréscimo assinalável, de tal modo que a redução face a 2013 é de 44,11 % (400.852,65 €).

Nas despesas de capital, verifica-se um aumento face ao ano anterior originada pelo arranque do novo quadro comunitário.

Face ao ano anterior registou um aumento de 245.042,76 €.





2.4.1. Despesas correntes

Esta área da despesa foi dotada com 11.643.408,00 €.

No decorrer do exercício foram feitos pagamentos no valor de 10.392.495,86 €, o que representa um grau de execução de 89,26 % (vd. mapa do ponto 2.4.).

Vejamos o comportamento das principais componentes:

2.4.1.1 Pessoal

CI	Designação	Despesa do ano		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realiz.-orçament.	%	
01	Despesas com o pessoal	5.309.453,00	5.199.479,36	-109.973,64	97,93%	-2,07%

As despesas com o pessoal, com um grau de execução orçamental de 97,93 %, ficaram abaixo do previsto em 2,07 %.

Em 2017 foram efetuados pagamentos no valor de 5.199.479,36 €.

Designação	Compromisso	Pago	Dívida
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	160.713,41	160.713,41	0,00
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2.743.465,60	2.743.465,60	0,00
Pessoal em regime de tarefa ou avença	46.027,72	45.231,72	0,00
Representação	31.251,24	31.251,24	0,00
Subsídio de refeição	296.061,77	296.061,77	0,00
Subsídio de férias e de Natal	514.379,10	514.379,10	0,00
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	121.565,63	121.565,63	0,00
Total de "remunerações certas e permanentes"	3.913.464,47	3.912.668,47	0,00
Horas extraordinárias	2.174,90	2.079,90	0,00
Ajudas de custo	936,13	845,13	0,00
Abono para falhas	24.731,61	24.571,70	0,00
Subsídio de turno	73.205,46	73.160,67	0,00
Outros suplementos e prémios	20.586,20	15.710,44	3.982,91
Outros abonos em numerário ou espécie	5.576,46	5.576,46	0,00
Total de "abonos variáveis ou eventuais"	127.210,76	121.944,30	3.982,91
Encargos com a saúde	200.713,84	194.751,04	5.962,80
Outros encargos com a saúde	30.303,77	30.303,77	0,00
Subsídio familiar a criança e jovens	15.916,34	15.550,98	0,00
Outras prestações familiares	6.943,59	6.771,29	0,00
Caixa Geral de Aposentações	537.061,46	537.061,46	0,00
Regime Geral	86.380,28	86.380,28	0,00
Segurança social-Regime geral	227.093,92	227.093,92	0,00
Seguros	66.957,62	66.953,85	0,00
Total "Segurança Social"	1.171.370,82	1.164.866,59	5.962,80
Total	5.212.046,05	5.199.479,36	9.945,71



O município assumiu compromissos no valor de 5.212.046,05 €, tendo pago 5.199.479,36 €, estando por isso em dívida 9.945,71 €, dos quais se referem a dívida à ADSE e senhas de presença, a pagar oportunamente.

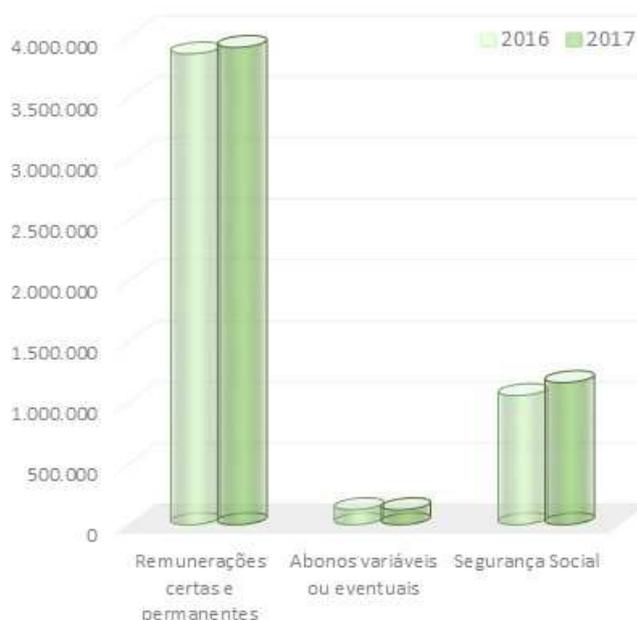
Evolução 2016 – 2017:

Comparando com o ano anterior, em 2017 o município suportou mais 10,07 % de encargos com o pessoal (+ 159.205,81 €).

Este aumento justifica-se com o aumento do salário mínimo nacional, aumentos dos encargos com despesas de saúde e aumento do seguro de AT como iremos ver mais à frente.

Designação	2016	2017	Variação
Despesas com o pessoal	5.040.273,55	5.199.479,36	3,16%

Designação	2016	2017	Variação
Remunerações certas e permanentes	3.859.212,30	3.912.668,47	1,39%
Abonos variáveis ou eventuais	122.739,16	121.944,30	-0,65%
Segurança Social	1.058.322,09	1.164.866,59	10,07%



“Remunerações Certas e Permanentes” e “Segurança Social” registaram um aumento de 1,39 % e 10,07 % respetivamente e “Abonos Variáveis” registou uma ligeira redução de 0,65 %.

Analisando mais pormenorizadamente as subrubricas em que se decompõem as 3 áreas citadas, temos:

Designação	2016	2017	Variação
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	153.001,44	160.713,41	5,04%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2.772.240,09	2.743.465,60	-1,04%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	46.117,72	45.231,72	-1,92%
Representação	30.500,37	31.251,24	2,46%
Subsídio de refeição	276.708,81	296.061,77	6,99%
Subsídio de férias e de Natal	510.608,56	514.379,10	0,74%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	70.035,31	121.565,63	73,58%
Total de "remunerações certas e permanentes"	3.859.212,30	3.912.668,47	1,39%
Horas extraordinárias	4.666,35	2.079,90	-55,43%
Ajudas de custo	779,87	845,13	8,37%
Abono para falhas	24.427,74	24.571,70	0,59%
Subsídio de turno	73.772,16	73.160,67	-0,83%
Outros suplementos e prémios	19.093,04	15.710,44	-17,72%
Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	5.576,46	-
Total de "abonos variáveis ou eventuais"	122.739,16	121.944,30	-0,65%
Encargos com a saúde	128.141,95	194.751,04	51,98%
Outros encargos com a saúde	35.234,37	30.303,77	-13,99%
Subsídio familiar a criança e jovens	16.816,62	15.550,98	-7,53%
Outras prestações familiares	7.147,24	6.771,29	-5,26%
Seg. Social - Caixa Geral de Aposentações	537.454,61	537.061,46	-0,07%
Seg. Social - Regime Geral	82.063,00	86.380,28	5,26%
Segurança social - Regime geral	220.373,01	227.093,92	3,05%
Seguros	31.091,29	66.953,85	115,35%
Total "Segurança Social"	1.058.322,09	1.164.866,59	10,07%

No que se refere a **remunerações certas e permanentes**, assistiu-se a um crescimento de 1,39 %, que passaram de 3.859.212,30 € para 3.912.668,47 € (+ 53.456,17 €).

No grupo **abonos variáveis ou eventuais** assistiu-se a uma ligeira redução de 0,65 % (-794,86 €).

No que se refere ao grupo **Segurança Social** verifica-se um aumento 10,07 %, destacando-se:

- Aumento de 51,98 % na subrubrica **encargos com a saúde**. Engloba o pagamento feito ao Serviço Nacional de Saúde (89.085,33 € - valor imposto pelo art.º 145 do OE de 2017), e pelos encargos com a ADSE;

- A **Caixa Geral de Aposentações** e **Segurança Social** situaram-se praticamente ao mesmo nível, embora com um aumento nas rubricas da Segurança Social – Regime Geral.

- As despesas com **seguros** foram aumentadas em 115,35 % devido ao elevado nº de processos de AT no ano anterior, o que veio influenciar o prémio de seguro do concurso feito para 2017.

2.4.1.2 Aquisição de bens e serviços

Neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer ainda com a aquisição de serviços.

É neste âmbito que se encontra a quase totalidade dos fornecedores correntes da autarquia, habitualmente em grande número e responsáveis por fornecimentos de valores não muito elevados, em contraponto com os fornecedores de imobilizado/investimento, normalmente em reduzido número e com faturas elevadas.

68

CI	Designação	Despesa 2017		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realiz.-orçament.	%	
02	Aquisição de bens e serviços	5.411.573,00	4.507.780,84	-903.792,16	83,30%	-16,70%

Nesta rubrica o município fez pagamentos de 4.507.780,84 €, o que se traduziu num grau de execução de 83,30 % e conseqüentemente num desvio de 16,70 %.

Este grupo agrega as denominadas “despesas gerais de funcionamento” que se apresentam no quadro seguinte:



Designação	Compromisso	Pago	Dívida
Gasolina	5.719,47	4.504,76	558,14
Gasóleo	122.584,33	112.340,19	7.510,06
Gás	100.219,57	81.274,50	9.986,38
Outros combustíveis e lubrificantes	7.538,65	5.816,50	1.722,15
Limpeza e higiene	30.635,13	25.435,18	4.516,34
Alimentação-Refeições confeccionadas	194.944,14	160.292,54	30.020,46
Vestuário e artigos pessoais	4.559,48	4.375,01	184,47
Material de escritório	14.807,85	12.045,08	1.727,91
Material de transporte-Peças	34.489,04	27.706,36	4.670,09
Outro material-Peças	21.623,48	17.691,76	3.645,47
Prémios, condecorações e ofertas	53.113,26	35.198,28	17.891,13
Água	1.163.172,16	1.085.422,58	75.770,09
Electricidade	570.434,59	469.298,93	88.425,22
Ferramentas e utensílios	1.830,95	1.531,20	244,77
Material de educação, cultura e recreio	54.454,27	51.009,83	24,60
Outros bens	144.318,82	114.120,22	24.098,01
Total de "Aquisição de Bens"	2.524.445,19	2.208.062,92	270.995,29
Encargos das instalações	455.053,69	396.439,59	33.998,92
Limpeza e higiene	41.200,35	36.045,15	781,54
Conservação de bens	78.952,71	58.344,90	12.523,82
Locação de edifícios	28.028,28	28.028,28	0,00
Comunicações	94.537,36	89.962,19	2.420,91
Transportes	9.365,63	8.303,55	212,93
Representação dos serviços	2.180,95	2.155,24	0,00
Seguros	51.506,93	51.482,79	0,00
Deslocações e estadas	2.515,82	2.515,82	0,00
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	86.876,73	59.700,57	14.616,48
Formação	5.395,98	4.466,92	408,12
Publicidade	14.488,84	11.592,19	2.527,65
Vigilância e segurança	36.750,80	33.608,45	3.142,35
Assistência técnica	22.738,22	17.935,90	4.799,77
Outros trabalhos especializados	185.610,08	155.189,04	18.381,65
Serviços de saúde	13.253,83	13.253,83	0,00
Encargos de cobrança de receitas	84.519,57	84.519,57	0,00
Outros serviços	1.396.540,25	1.246.173,94	116.049,44
Total de "Aquisição de Serviços"	2.609.516,02	2.299.717,92	209.863,58

Conteúdo das principais rubricas

Água – diz respeito ao valor pago às Águas do Vale do Tejo pela aquisição de água que é distribuída aos municípios.

Eletricidade – trata-se dos encargos com a iluminação pública pagos ao longo do ano de 2017.

Encargo das instalações – refere-se à energia elétrica consumida nas instalações municipais.

Alimentação – Refeições confeccionadas – Encargos suportados pelo município com alimentação de crianças das escolas.

Publicidade – regista a publicação de avisos e anúncios no Diário da República e em outros jornais, mas também encargos com divulgação cultural (folhetos, panfletos, desdobráveis, cartazes, etc.).

Seguros – referentes a edifícios, instalações, viaturas. Não incluem seguros de Acidentes de Trabalho, que se classificam nas rubricas de custos com o pessoal.

Limpeza e higiene – diz respeito à aquisição de materiais de limpeza para as diversas instalações municipais.

Quanto às rubricas de “**Outros**”:

Em “**Outros bens**” incluem-se todas as despesas relativas a bens que não se enquadram em qualquer uma das restantes. Por exemplo: peças para máquinas e equipamentos, tintas, produtos químicos, azulejos, verniz, lixas, etc.

“**Outros serviços**” - inclui, por definição, todas as despesas relativas a serviços que não se enquadram nas restantes rubricas.

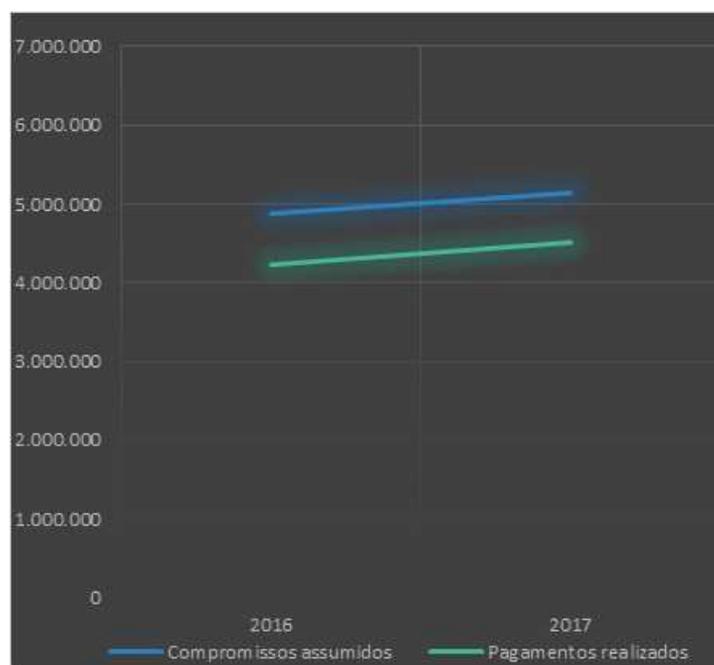
Do valor pago (1.246.173,94 €) destaca-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	VALOR
Tratamento de Águas Residuais	565.496,64
Tratamento de Resíduos Sólidos	314.824,74
Festas da Cidade	124.174,50
Atividades Culturais	71.894,56
Serviço de Cópias	22.463,70
Iluminação de Natal	7.970,40
Dia Municipal do Idoso	6.253,31
Recolha de Resíduos	6.222,73
Total	1.119.300,58
% no total pago	90%



Analisando o grupo **aquisição de bens e serviços** verificamos que houve um ligeiro aumento dos compromissos e consequentemente dos pagamentos realizados.

Aquisição de bens e serviços	2016	2017	Variação
Compromissos assumidos	4.877.923,05	5.133.961,21	5,25%
Pagamentos realizados	4.219.037,97	4.507.780,84	6,84%



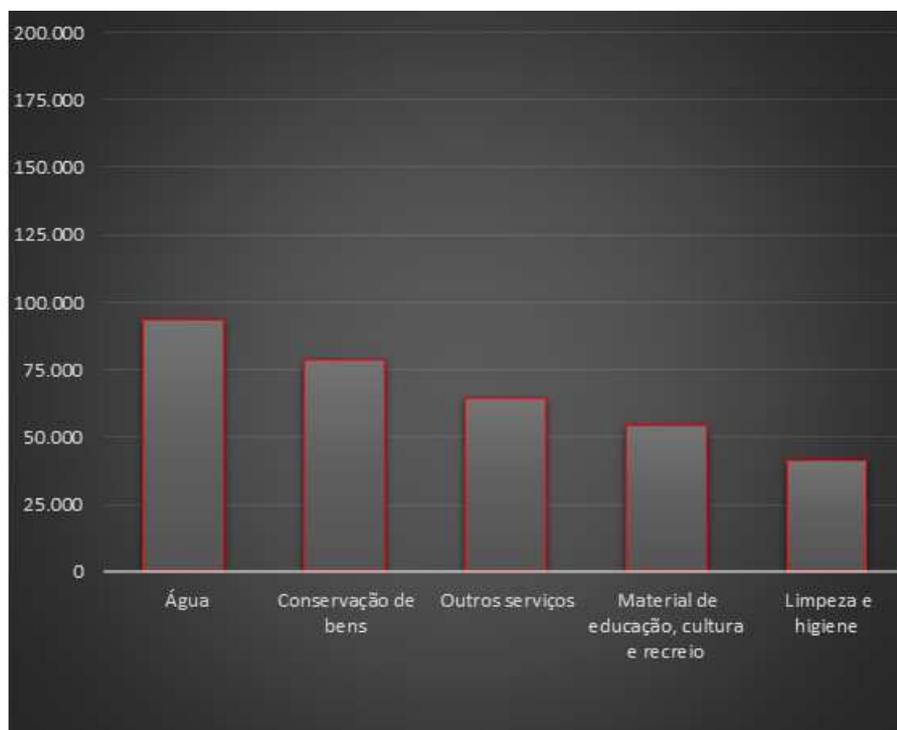
Importância das principais rubricas de bens e serviços, segundo o valor dos compromissos assumidos:

	Designação	2017	Peso no total
Bens	Água	1.163.172,16	22,66%
	Electricidade	570.434,59	11,11%
	Alimentação-Refeições confeccionadas	194.944,14	3,80%
	Outros bens	144.318,82	2,81%
	Gasóleo	122.584,33	2,39%
Serviços	Outros serviços	1.396.540,25	27,20%
	Encargos das instalações	455.053,69	8,86%
	Outros trabalhos especializados	185.610,08	3,62%
	Comunicações	94.537,36	1,84%
	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	86.876,73	1,69%
Sub-total		4.414.072,15	85,98%
Restantes bens e serviços		719.889,06	14,02%
Total de aquisição de bens		5.133.961,21	100,00%

Vejamos de seguida os principais aumentos e as principais reduções nos compromissos assumidos pelo município neste âmbito:

Principais aumentos nos compromissos assumidos:

Designação	2016	2017	Aumento	Varição
Água	1.069.490,28	1.163.172,16	93.681,88	8,76%
Material de educação, cultura e recreio	0,00	54.454,27	54.454,27	-
Outros serviços	1.331.942,10	1.396.540,25	64.598,15	4,85%
Conservação de bens	624,82	78.952,71	78.327,89	12536,07%
Limpeza e higiene	0,00	41.200,35	41.200,35	-



O principal aumento verificou-se na rubrica “**Água**” onde é contabilizada os consumos da água da rede. O aumento verificado está relacionado com o consumo e alteração de tarifários.

“**Conservação de Bens**” está relacionado com as aquisições de serviços para manutenção de:

- Parque Verde do Bonito e Ciclovía
- Urbanização do Casal Saldanha Norte
- Corte de ervas em passeios em diversos arruamentos
- Desmatação em várias zonas do concelho



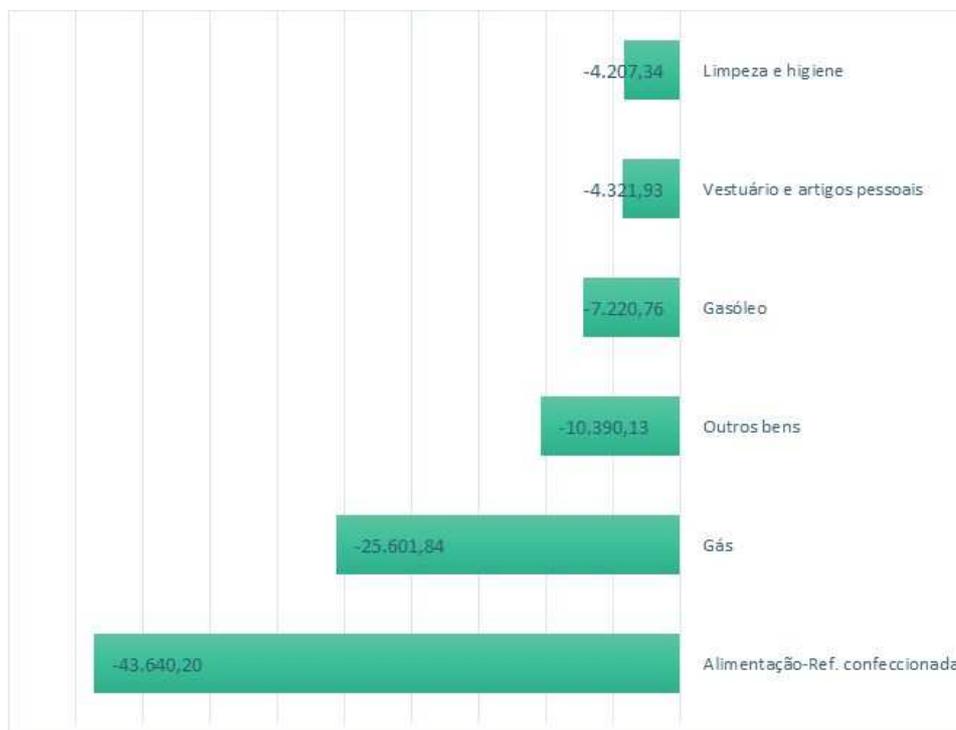
“Outros serviços” diz respeito a despesas com saneamento e RSU.

“Material de Educação, Cultura e Recreio” diz respeito ao “Projeto Estudar na Cidade” que consiste na oferta dos livros de fichas ao 1º ciclo e ao apoio escolar ao 2º e 3º ciclo no valor de 30 € por aluno, o qual pode ser utilizado na compra de livros e material escolar.

“Limpeza e Higiene” diz respeito às aquisições de serviços para limpeza do mercado e piscinas municipais.

Principais diminuições de compromissos assumidos:

Designação	2016	2017	Diminuição	Variação
Alimentação-Refeições confeccionadas	238.584,34	194.944,14	-43.640,20	-18,29%
Outros bens	154.708,95	144.318,82	-10.390,13	-6,72%
Gasóleo	129.805,09	122.584,33	-7.220,76	-5,56%
Gás	125.821,41	100.219,57	-25.601,84	-20,35%
Vestuário e artigos pessoais	8.881,41	4.559,48	-4.321,93	-48,66%
Limpeza e higiene	34.842,47	30.635,13	-4.207,34	-12,08%



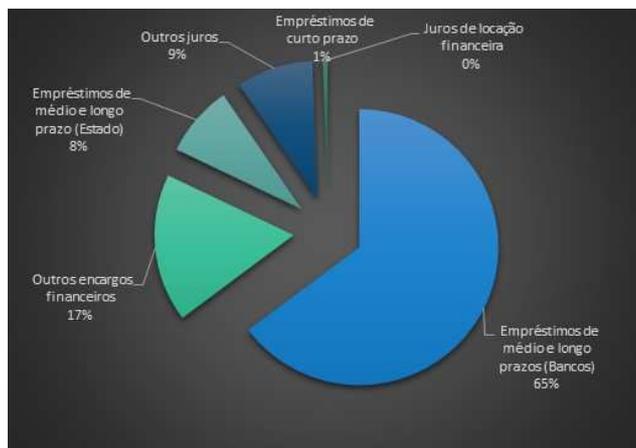


2.4.1.3 Juros e outros encargos

Durante o ano de 2017 foram efetuados pagamentos de juros e outros encargos financeiros no valor de 126.662,71 €, existindo em dívida 158,05 € cujo pagamento irá ocorrer no mês de janeiro de 2018.

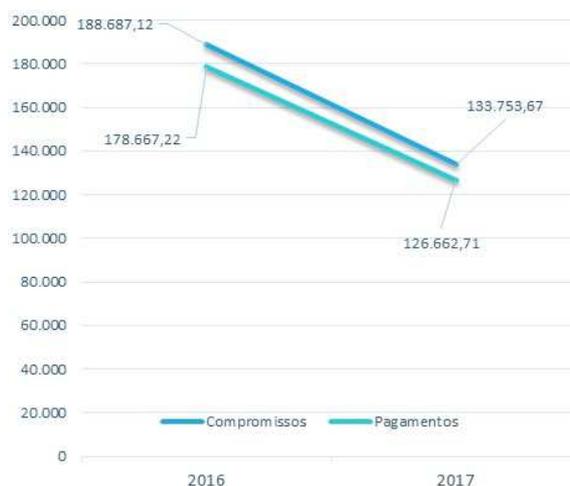
Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Empréstimos de médio e longo prazos (Bancos)	91.650,00	86.600,54	84.689,14	0,00
Outros encargos financeiros	26.075,00	23.237,81	20.478,49	0,00
Empréstimos de médio e longo prazo (Estado)	11.630,00	11.178,28	11.178,28	0,00
Outros juros	17.235,00	11.962,59	9.542,35	158,05
Empréstimos de curto prazo	1.500,00	774,45	774,45	0,00
Juros de locação financeira	200,00	0,00	0,00	0,00
Total "Juros e Outros Encargos"	148.290,00	133.753,67	126.662,71	158,05

Os compromissos assumidos tiveram a seguinte repartição:



Relativamente à evolução dos compromissos e dos pagamentos nos anos de 2016 e 2017, foi a seguinte:

Designação	2016	2017	Varição
Compromissos	188.687,12	133.753,67	-29,11%
Pagamentos	178.667,22	126.662,71	-29,11%





Análise mais detalhada:

“Juros de empréstimos bancários de médio e longo prazo” – refere-se aos juros suportados com empréstimos contratados, tendo-se pago 105.167,63 € (referente a juros pagos a Instituições Financeiras e Estado).

(vd. a este respeito o ponto “8.3.6.1 - mapa dos empréstimos”)

Relativamente ao ano anterior, pagou-se menos 17,56 % de juros com empréstimos, ou seja, menos 22.405,45 €. Esta redução está relacionada com a operação de substituição de dívida do PAEL.

Designação	2016	2017	Variação
Juros de empréstimos de médio e longo prazos	127.573,08	105.167,63	-17,56%

“Outros juros” – diz respeito a juros debitados por fornecedores. Verificou-se um decréscimo de 36,26 %, ou seja, 5.427,65 €.

Este decréscimo resulta principalmente da gestão de tesouraria feita com o auxílio do empréstimo de CP contratado para o ano de 2017.

Designação	2016	2017	Variação
Outros juros	14.970,00	9.542,35	-36,26%

“Outros encargos financeiros” – inclui diversos encargos com instituições financeiras, como por exemplo TPA – Terminais de Pagamento Automático, despesas de empréstimos (não juros) e ainda juros de mora por negociação de dívidas com fornecedores.

Designação	2016	2017	Variação
Outros encargos financeiros	33.111,28	20.478,49	-38,15%

Relativamente ao ano anterior, houve um decréscimo nos pagamentos de 38,15 %, resultado da negociação feita com os bancos para a redução destes encargos.

2.4.1.4 Transferências correntes

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local.

Ver mapas no ponto 8.3.4.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Divida
Instituições sem fins lucrativos	112.298,00	106.052,77	97.365,27	250,00
Programas Ocupacionais	100.770,00	73.751,52	73.751,52	0,00
Freguesias	75.880,00	59.815,21	49.013,98	2.255,53
Associações de municípios	80.916,00	60.006,12	45.872,03	14.134,09
Municípios	33.315,00	30.911,18	30.805,20	0,00
Outros	29.250,00	27.000,00	27.000,00	0,00
Outras	14.879,00	10.426,40	10.426,40	0,00
Privadas	1,00	0,00	0,00	0,00
Total "transferências correntes"	447.309,00	367.963,20	334.234,40	16.639,62

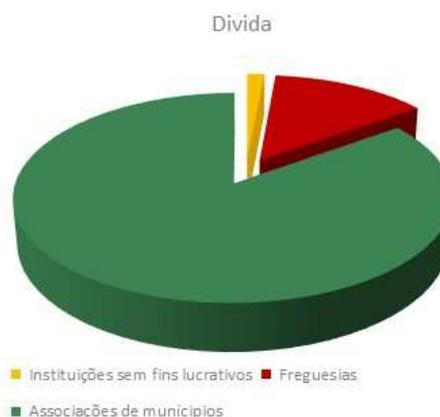
Na rubrica **transferências correntes** foram efetuados pagamentos no valor de 334.234,40 €, estando em divida no final do exercício 16.639,62 €.

As transferências para instituições sem fins lucrativos abrangem as coletividades (desportivas, culturais, ...), cujo detalhe poderá ser visto no ponto 2.5.

“**Freguesias**” refere-se aos contratos de execução assinados com a Freguesia N. Sra. Fátima e S. João Batista.

“**Associação de Municípios**” refere-se a quotizações e projetos à CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo).

“**Municípios**” diz respeito ao Canil Intermunicipal (gestão do Município de Torres Novas).



Face ao ano anterior, os compromissos tiveram um aumento de 13,21 % e os pagamentos 11,47 %.

Designação	2016	2017	Varição
Compromissos	325.027,14	367.963,20	13,21%
Pagamentos	299.854,04	334.234,40	11,47%

2.4.1.5 Subsídios

Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

O município do Entroncamento não possui participações em empresas como as tipificadas, pelo que o movimento é nulo.

77

2.4.1.6. Outras despesas correntes

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Outras restituições	177.517,00	173.870,62	173.841,77	28,85
Restituições de impostos ou taxas cobradas	40.000,00	36.644,61	36.644,61	0,00
Outras	109.266,00	14.862,97	13.852,17	340,66
IVA pago	0,00	0,00	0,00	0,00
Total " Outras despesas correntes"	326.783,00	225.378,20	224.338,55	369,51

As despesas registadas em 2017 dizem respeito a:

- **Restituições:** Refere-se às restituições de IMI e IMT feitos às finanças por reclamações de contribuintes (num processo que é gerido pelo fisco), a pagamentos em duplicado feitos por parte de alguns contribuintes de faturação de água (ao balcão e por Multibanco), a restituições de publicidade e ocupação da via pública por via da isenção concedida aos agentes económicos.

As principais restituições foram:

Agência para o Desenvolvimento e Coesão = 170.278,23 € (devolução de fundos comunitários por cortes nas candidaturas da Escola do Bonito).

ATA – Autoridade Tributária e Aduaneira = 36.583,11 € (referente a restituições de impostos diretos).

- Outras

O valor pago refere-se a despesas de condomínio, emolumentos notariais, emissão de certidões, inscrição em seminários/congressos, quotizações diversas e um grande número de despesas diversificadas não enquadráveis nas rubricas anteriores.



2.4.2. Despesas de capital

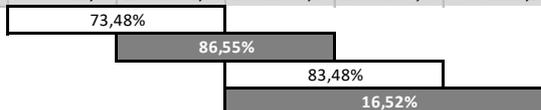
2.4.2.1 Aquisição de bens de capital

As despesas de capital agrupam as despesas de investimento feitas pelo município.

Da verba prevista para investimento, o município comprometeu 73,48 %, dos quais 86,55 % foram faturados pelos fornecedores. Destes, o município pagou **2.046.535,60 €** (83,48%). No final do ano encontravam-se em dívida **405.128,20 €** (16,52 %).

Análise pormenorizada no ponto 2.6. Avaliação da execução do PPI.

CI	Designação	Dotação	Compromisso	Faturado	Pago	Dívida	Execução
070101	Terrenos	11.260,00	6.260,00	5.500,00	5.500,00	0,00	48,85%
070102	Habitacões	345.101,00	309.541,49	303.208,23	292.615,31	10.592,92	84,79%
07010301	Instalações de serviços	4.662,00	2.895,38	854,85	854,85	0,00	18,34%
07010302	Instalações desportivas e recreativas	141.037,00	73.161,52	33.791,18	33.791,18	0,00	23,96%
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	72.653,00	50.140,38	42.083,04	19.372,50	22.710,54	26,66%
07010305	Escolas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07010307	Outros	11.045,00	10.194,36	10.194,36	10.194,36	0,00	92,30%
07010405	Parques e jardins	16.467,00	13.146,24	9.225,25	9.225,25	0,00	56,02%
07010406	Instalações desportivas e recreativas	114.070,00	107.383,06	99.176,75	78.873,48	20.303,27	69,14%
07010409	Sinalização e trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07010412	Cemitérios	4.717,00	4.169,58	4.169,57	4.169,57	0,00	88,39%
07010413	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070106	Material de transporte	11.521,00	9.963,39	9.963,39	7.321,12	2.642,27	63,55%
070107	Equipamento de informática	77.530,50	44.539,23	43.726,20	39.705,30	4.020,90	51,21%
070108	Software informático	84.494,00	41.854,43	35.583,89	12.068,75	23.515,14	14,28%
070109	Equipamento administrativo	14.469,00	6.390,91	6.390,91	5.353,32	1.037,59	37,00%
070110	Equipamento básico	291.750,00	257.650,70	255.779,69	250.649,64	5.130,05	85,91%
070111	Ferramentas e utensílios	18.461,00	12.239,68	11.699,71	7.933,15	3.766,56	42,97%
070113	Investimentos incorpóreos	73.507,00	50.107,00	30.012,00	30.012,00	0,00	40,83%
070115	Outros investimentos	6.302,00	3.161,47	3.161,47	2.451,23	710,24	38,90%
Total de "Investimentos"		1.299.046,50	1.002.798,82	904.520,49	810.091,01	94.429,48	62,36%
070203	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070204	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070205	Material de transporte	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070206	Material de informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070207	Maquinaria e equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070209	Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total "Locação Financeira"		1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07030201	Instalações de serviços	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07030205	Escolas	708.183,00	691.748,35	673.984,87	628.104,53	45.880,34	88,69%
07030207	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.085.722,00	704.592,05	541.752,48	377.026,49	164.725,99	34,73%
07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	85.183,00	81.397,32	11.901,57	4.317,10	7.584,47	5,07%
07030303	Estações de tratamento de águas residuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07030304	Iluminação pública	20.442,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07030305	Parques e jardins	592.397,00	293.136,33	265.708,87	191.415,30	74.293,57	32,31%
07030307	Captação e distribuição de água	6.947,00	4.574,57	4.574,57	3.102,26	1.472,31	44,66%
07030309	Sinalização e trânsito	39.479,00	37.172,03	31.907,63	15.165,59	16.742,04	38,41%
07030310	Infraestruturas p/ distribuição energia eléctrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07030312	Cemitérios	17.609,50	17.313,32	17.313,32	17.313,32	0,00	98,32%
07030313	Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total "Bens do Domínio Público"		2.555.964,50	1.829.933,97	1.547.143,31	1.236.444,59	310.698,72	48,37%
Total de "Aquisição de Bens de Capital"		3.855.012,00	2.832.732,79	2.451.663,80	2.046.535,60	405.128,20	53,09%



2.4.2.2 Transferências de capital

As transferências que se integram neste agrupamento económico revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença de, aqui, se destinarem a financiar despesas de capital das unidades receptoras.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida	Execução
Associações de municípios	22.773,00	6.469,59	5.473,95	995,64	24,04%
Instituições sem fins lucrativos	8.419,00	2.000,00	2.000,00	0,00	23,76%
Outras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Privadas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Municípios	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total de " Transferências de capital"	31.195,00	8.469,59	7.473,95	995,64	27,15%

Em 2017 foram efetuados pagamentos no valor de 7.473,95 €.

“**Associação de Municípios**” diz respeito a projetos desenvolvidos pela CIMT. Foram feitos pagamentos no valor de 5.473,95 €. O pagamento diz respeito ao projeto “Microsoft Enterprise Agreement” e “Unidades Móveis de Saúde”.

“**Instituições sem fins lucrativos**” diz respeito aos apoios na aquisição de viaturas dadas à União de Futebol do Entroncamento (1.000 €) e à Academia Cultural e Recreativa de Dança do Entroncamento (1.000 €)

2.4.2.3. Ativos financeiros

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Unidades de participação	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00
Total de "Ativos Financeiros"	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00

O valor pago de 70.908 € diz respeito à realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme é referido no documento abaixo.

80

Foram pagas 2 prestações (junho e dezembro) no valor de 35.454 € cada.



Exmo(a). Senhor(a)
 Presidente da Câmara Municipal de
 ENTRONCAMENTO
 LG. JOSÉ DUARTE COELHO
 2330-078 ENTRONCAMENTO

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

206. /FAM/2015

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL.

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) iniciou funções em novembro de 2014, com a finalidade de contribuir para a prevenção e a recuperação de situações de rutura financeira municipal, através de mecanismos de reequilíbrio orçamental, reestruturação da dívida e assistência financeira.

Neste sentido e de acordo com o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que define a forma de realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, por parte de cada município e do Estado, esta ocorrerá no prazo máximo de sete anos, em duas prestações anuais, a realizar nos meses de junho e dezembro, com início em 2015.

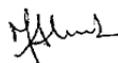
Assim sendo e no âmbito do disposto no n.º 4 do art.º 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, vimos por este meio informar que a **primeira tranche** da contribuição para realização do capital social do FAM, do Município a que V. Exa. Preside, no montante de **€35.454**, deverá ser efetuada através de transferência bancária, para o NIB 0781 0112 9112 0000 063 86 (IGCP).

Mais se informa, que o FAM tem o seguinte Número de identificação de Pessoa Coletiva (NIPC): 513 319 182.

Aproveita-se por fim, para disponibilizar os serviços da Direção Executiva, no âmbito das suas atribuições, para todos e quaisquer contributos ou esclarecimentos que o Município entenda necessários.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente



(Miguel Almeida)

2.4.2.4. Passivos financeiros

Este agrupamento económico compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos.

No ano de 2017 foi paga a importância de 3.728.537,58 € referente à amortização dos empréstimos bancários que o município detém junto da banca.

Designação	Pago
De Curto Prazo	500.000,00
BPI - Apoio à Tesouraria Municipal	500.000,00
De Médio e Longo Prazo	2.978.230,82
Caixa Geral de Depósitos	407.826,11
Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.373,96
Financiamento P/Diversos Investimentos	131.188,44
Zona Industrial	23.743,62
Saneamento Financeiro	53.286,24
Jardim-de-infância Norte	14.598,60
Financ. Div. Invest.	171.635,25
Novo Banco	122.508,00
Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00
Saneamento Básico	10.248,00
Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00
Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00
Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00
Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00
Banco BPI	113.201,56
Recinto Multiusos	38.927,01
Escola António Gedeão	74.274,55
Banco Santander TOTTA	229.721,68
PAEL	229.721,68
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	20.585,08
Escola do Bonito	20.585,08
Direcção-Geral do Tesouro	2.334.695,15
PREDE	37.478,40
PAEL	2.297.216,75
Total	3.728.537,58

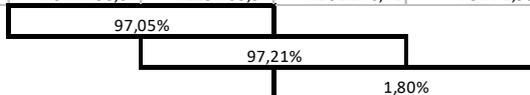
Os valores pagos constam do mapa anexo 8.3.6.1 – Empréstimos que segue em anexo ao presente Relatório.



2.5. Avaliação da execução das AMR

O mapa de execução das **Atividades Mais Relevantes** encontra-se em anexo, ponto 9.2.2.

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	COMPROMISSO	PAGO	DIVIDA	GRAU DE EXECUÇÃO
Comunicação	23.849,00	16.562,56	12.771,10	2.255,43	53,55%
Proteção Civil e Ordem Publica	29.251,00	27.000,00	27.000,00	0,00	92,30%
Total do Objetivo 1 - Funções Gerais	53.100,00	43.562,56	39.771,10	2.255,43	74,90%
Ensino não Superior - Atividades Diversas	288.224,00	281.237,56	239.213,30	34.711,89	83,00%
Serviços Auxiliares Educação	10.579,00	8.315,00	8.315,00	0,00	78,60%
Projeto "Estudar na Cidade"	56.702,00	54.454,27	51.057,83	-23,40	90,05%
Manifestações Culturais	228.635,00	220.455,91	208.858,41	2.068,30	91,35%
Entidades com Atividades Culturais - Apoios Pontuais	3.350,00	1.300,00	1.300,00	0,00	38,81%
Entidades com Atividades Culturais - Apoios Permanentes	10.506,00	9.130,00	8.450,00	0,00	80,43%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Pontuais	12.650,00	11.455,02	11.455,02	0,00	90,55%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Permanentes	68.631,00	63.630,00	57.083,75	0,00	83,17%
Outras Atividades Cívicas /Religiosas	17.057,00	14.695,00	13.233,75	250,00	77,59%
Manifestações Desportivas	9.053,00	5.086,17	3.575,06	319,80	39,49%
Biblioteca - Atividades Diversas	1.500,00	450,00	450,00	0,00	30,00%
Museu Nacional Ferroviário	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Saúde	1.000,00	475,00	475,00	0,00	47,50%
Centro de Convívio - diversas atividades	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ação social - atividades a desenvolver	84.933,07	70.535,95	53.336,55	15.426,82	62,80%
Ação social	8.522,00	7.842,75	7.842,75	0,00	92,03%
Geminação	1.500,00	1.485,99	450,99	935,00	30,07%
Freguesias	50.680,00	34.937,59	24.136,36	2.255,53	47,63%
Total do Objetivo 2 - Funções Sociais	856.024,07	785.486,21	689.233,77	55.943,94	80,52%
Turismo - atividades diversas	4.300,00	426,18	426,18	0,00	9,91%
Comércio - atividades diversas	6.650,00	6.138,90	5.671,10	442,80	85,28%
Total do Objetivo 3 - Funções Económicas	10.950,00	6.565,08	6.097,28	442,80	55,68%
Empréstimos bancários	3.332.355,00	3.326.320,40	3.324.405,00	0,00	99,76%
CIMT - comunidade intermunicipal médio tejo	94.864,00	57.769,29	42.639,56	15.129,73	44,95%
CIMT - projetos intermunicipais	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Juventude - atividades diversas	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total do Objetivo 4 - Outras Funções	3.427.724,00	3.384.089,69	3.367.044,56	15.129,73	98,23%
Total das AMR	4.347.798,07	4.219.703,54	4.102.146,71	73.771,90	94,35%



Foram efetuadas previsões em sede de orçamento para Atividades Mais Relevantes no valor de 4.347.798,07 €.

No decurso do ano foram comprometidos 4.219.703,54 € (97,05 %) e pagos 4.102.146,71 €, o que se traduziu num grau de execução de 97,21 %.



Dos pagamentos efetuados, a maior parte (81,04 %) foi destinada ao serviço da dívida (amortização de empréstimos e pagamento de juros). O valor elevado na rubrica “Empréstimos Bancários” deve-se ao processo de substituição de dívida do PAEL. Com este processo foi feito o pagamento do empréstimo à Direção Geral do Tesouro e Finanças, através de um empréstimo contraído junto do Banco Santander TOTTA.

DESCRIÇÃO	PAGO	PESO NO TOTAL
Empréstimos bancários	3.324.405,00	81,04%
Ensino não Superior - Atividades Diversas	239.213,30	5,83%
Manifestações Culturais	208.858,41	5,09%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Permanentes	57.083,75	1,39%
Ação social - atividades a desenvolver	53.336,55	1,30%
Projeto "Estudar na Cidade"	51.057,83	1,24%
CIMT - comunidade intermunicipal médio tejo	42.639,56	1,04%
Proteção Civil e Ordem Publica	27.000,00	0,66%
Freguesias	24.136,36	0,59%
Outras Atividades Cívicas /Religiosas	13.233,75	0,32%
Comunicação	12.771,10	0,31%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Pontuais	11.455,02	0,28%
Entidades com Atividades Culturais - Apoios Permanentes	8.450,00	0,21%
Serviços Auxiliares Educação	8.315,00	0,20%
Ação social	7.842,75	0,19%
Comércio - atividades diversas	5.671,10	0,14%
Manifestações Desportivas	3.575,06	0,09%
Entidades com Atividades Culturais - Apoios Pontuais	1.300,00	0,03%
Saúde	475,00	0,01%
Geminação	450,99	0,01%
Biblioteca - Atividades Diversas	450,00	0,01%
Turismo - atividades diversas	426,18	0,01%
Museu Nacional Ferroviário	0,00	0,00%
Centro de Convívio - diversas atividades	0,00	0,00%
CIMT - projetos intermunicipais	0,00	0,00%
Juventude - atividades diversas	0,00	0,00%
TOTAL DAS AMR	4.102.146,71	100,00%

Quanto às atividades propriamente ditas, passemos à análise setorial dos respetivos pagamentos:

Cultura

Designação	Parcial	Pago Total	%
Promovidas pelo Município		208.858,41	95,54%
Festas da Cidade	124.174,50		56,80%
Aniversário do Concelho	1.440,00		0,66%
Iluminação de Natal	7.355,40		3,36%
Comemorações do 25 de abril	2.089,50		0,96%
Outras atividades culturais	73.799,01		33,76%
Atividades Infantis	0,00		0,00%
Atividades Juvenis	0,00		0,00%
Apoios Financeiros e Entidades		9.750,00	4,46%
Apoios a diversas associações de carácter cultural	9.750,00		4,46%
Total de "Manifestações Culturais"		218.608,41	100,00%

Da despesa feita nesta área, 208.858,41 € (95,54 %) foram gastos em atividades realizadas pelo município e 9.750,00 € (4,46%) foram destinados a apoios a entidades.

Relativamente às primeiras, sobressaem as “Festas da Cidade” com uma despesa de 124.174,50 € (56,80 % do total da despesa).

A despesa realizada em “Apoios Financeiros a Entidades” diz respeito a:

- Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento = 4.620 €
- Academia Cultural e Recreativa de Dança do Entroncamento = 2.770 €
- Orfeão do Entroncamento = 1.710 €
- Outonos da Vida = 460 €
- Entroncartes = 190 €



Desporto

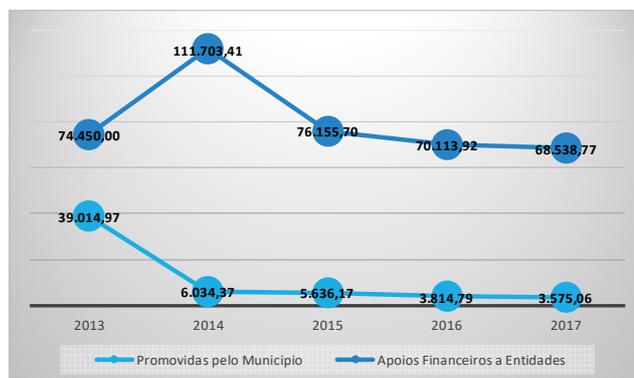
Designação	Parcial	Pago Total	%
Promovidas pelo Município		3.575,06	4,96%
Férias Desportivas (Pascoa e Verão) - Aquisição Serviços	2.082,58		
Férias Desportivas (Pascoa e Verão) - Aquisição Bens	1.492,48		
Apoios Financeiros a Entidades		68.538,77	95,04%
Apoios Pontuais - Desp. Corrente		10.455,02	14,50%
Casa do Pessoal do Município do Entroncamento	239,62		
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	1.500,00		
Clube de Lazer Aventura e Competição (CLAC)	1.845,00		
Clube Amador de Pesca do Entroncamento (CAPE)	500,00		
Nucleo Sportinguista do Entroncamento	6.120,40		
Associação de Futebol de Santarém	250,00		
Apoios Pontuais - Desp. Capital		1.000,00	1,39%
União de Futebol do Entroncamento	1.000,00		
Apoios Permanentes		57.083,75	79,16%
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	14.737,50		
Clube de Lazer Aventura e Competição (CLAC)	14.737,50		
Centro Recreativo do Casal do Grilo	2.730,00		
Corpo Nacional de Escutas - 542	1.665,00		
Assoc. Escuteiros de Portugal - Grupo 84	1.665,00		
Grupo Recreativo 1º Outubro 1911	2.400,00		
Nucleo Sportinguista do Entroncamento	873,75		
União de Futebol do Entroncamento	13.455,00		
Nucleo de Andebol do Entroncamento	1.400,00		
Casa do Benfica do Entroncamento	3.420,00		
Total "Manifestações Desportivas"		72.113,83	100,00%

A atividade desportiva é maioritariamente desenvolvida pelos clubes e associações, daí que, ao invés das atividades culturais, no desporto as participações assumam valores superiores aos encargos suportados diretamente pela autarquia.

Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Promovidas pelo Município	39.014,97	6.034,37	5.636,17	3.814,79	3.575,06
Apoios Financeiros a Entidades	74.450,00	111.703,41	76.155,70	70.113,92	68.538,77

No total, o município suportou despesas no valor de 72.113,83 €, dos quais 95,04 % foram encaminhados para o associativismo.

Face aos anos anteriores o cenário é o seguinte:



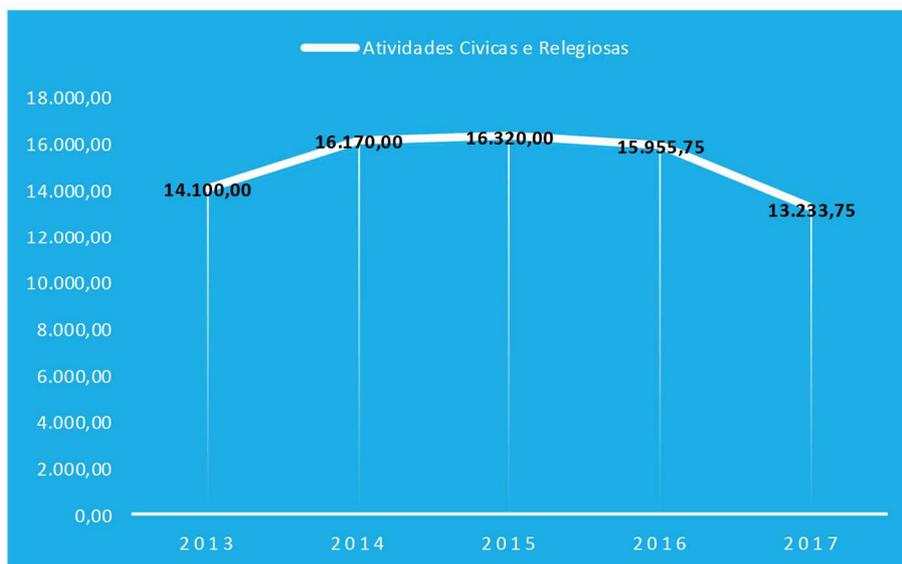


Atividades cívicas e religiosas

Designação	Parcial	Pago Total	%
Apoio a Entidades com Atividades Cívicas/Religiosas (Desp. Correntes)		13.233,75	100,00%
Liga dos Combatentes	480,00		3,63%
Fabrica da Igreja Paroquial da Sagrada Familia	5.893,50		44,53%
Associação Voluntariado e Ação Social	680,25		5,14%
Conferencia de N. Sra. Fátima	5.430,00		41,03%
Conferencia S. João Batista	500,00		3,78%
Otonos da Vida	250,00		1,89%
Total de "OUTRAS ATIVIDADES CIVICAS /RELIGIOSAS"		13.233,75	100,00%

Os apoios às atividades cívicas e religiosas registaram pagamentos de 13.233,75 €. O valor pago refere-se aos apoios deliberados para cada uma destas entidades.

Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Atividades Cívicas e Relegiosas	14.100,00	16.170,00	16.320,00	15.955,75	13.233,75



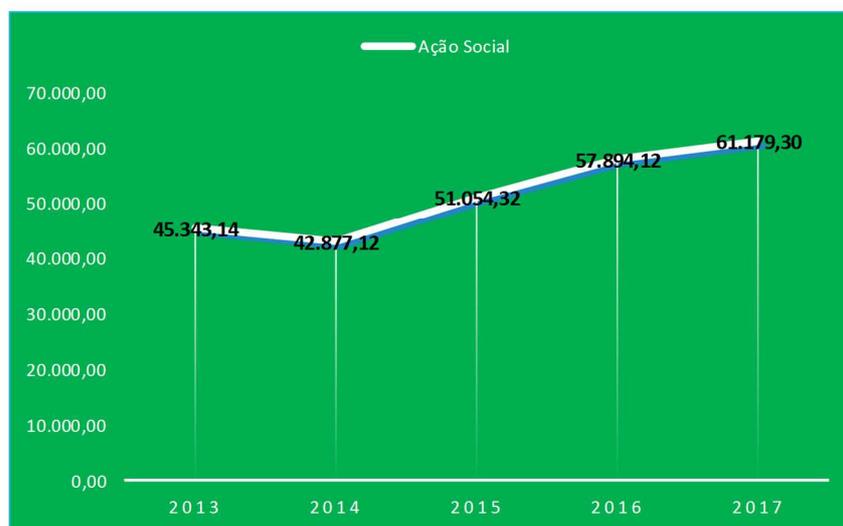
Ação social

Designação	Parcial	Pago Total	%
Promovidas pelo Município		53.336,55	87,18%
Cartão Entroncamento Solidário (Apoio às Famílias)	19.013,56		31,08%
Projeto "Viver + Ativo"	14.750,18		24,11%
Festa da Flor (Campanha Nacional-Florir Portugal)	6.460,07		10,56%
Dia Municipal do Idoso (Almoço)	6.253,31		10,22%
Protocolo com a DECO - Santarém	3.321,00		5,43%
Cabazes de Natal - Oferta	2.387,88		3,90%
Projeto Reviver - Atividades Diversas	600,00		0,98%
Projeto Reviver - Aquisição de Bens	350,55		0,57%
Dia Municipal do Idoso - Animação	200,00		0,33%
Apoios Financeiros a Entidades		7.842,75	12,82%
Apoio ao CERE	7.842,75		12,82%
Total "Ação Social"		61.179,30	100,00%

As atividades levadas a cabo diretamente pelo município originaram despesas de 61.179,30 € ao que acresce o apoio pago ao CERE no valor de 7.842,75 €.

Fazendo uma retrospectiva relativa aos anos anteriores, assiste-se a um acréscimo dos pagamentos, após a quebra verificada em 2013.

Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Ação Social	45.343,14	42.877,12	51.054,32	57.894,12	61.179,30



Freguesias

Designação	Pago	%
Freguesia N.S.F. - Contrato de Execução	14.678,30	60,81%
Freguesia S.J.B. - Contrato de Execução	9.458,06	39,19%
Total "Freguesias"	24.136,36	100,00%

88

No âmbito dos protocolos estabelecidos com as freguesias, o município suportou despesas de 24.136,36 €.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT)

Em relação aos projetos da CIMT a execução foi a seguinte:

Designação	Pago	%
CIMT - Quotização	33.837,21	79,36%
Unidades Móveis de Saúde (capital)	4.455,83	10,45%
Melhoria da Mobilidade - Transporte a Pedido	2.039,36	4,78%
Modernização Administrativa (capital)	1.018,12	2,39%
Estratégia 2020 - Plano Estratégico	927,26	2,17%
Projeto Afirmação Territorial Médio Tejo (corrente)	269,00	0,63%
Educação de Excelência (corrente)	92,78	0,22%
Total "CIMT"	42.639,56	100,00%

Registaram-se pagamentos no valor de 42.639,56 € onde se destaca a quotização paga.



2.6. Avaliação da execução do PPI. Integração dos investimentos executados por objetivo e programa.

O investimento municipal encontra-se relacionado no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e o seu nível de realização é dado pelo mapa “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos” em anexo, ponto 9.2.1.

No mapa apresenta-se o PPI resumido por programas dentro do próprio objetivo.

Obj	Designação	Financ. Definido	Compromisso	Faturado	Pago	Dívida	Grau de execução
01	Prog. 1 - Administração Geral (Edif. e Instalações Municipais)	15.706,00	13.089,74	11.049,21	11.049,21	0,00	70,35%
	Prog. 2 - Equipamentos e Serviços	173.122,00	91.172,67	84.089,10	57.512,00	26.577,10	33,22%
	Prog. 3 - Seg. Ordem Pública	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 01 - Funções Gerais	188.829,00	104.262,41	95.138,31	68.561,21	26.577,10	36,31%
02	Prog. 1 - Educação	733.245,50	697.061,86	679.298,38	630.741,93	48.556,45	86,02%
	Prog. 4 - Saneamento	87.983,00	81.397,32	11.901,57	9.544,60	2.356,97	10,85%
	Prog. 5 - Águas	15.447,00	10.367,97	10.367,97	8.494,58	1.873,39	54,99%
	Prog. 6 - Resíduos Sólidos	246.282,00	237.566,73	235.695,72	233.931,73	1.763,99	94,99%
	Prog. 7 - Habitação Social	345.102,00	309.541,49	303.208,23	292.615,31	10.592,92	84,79%
	Prog. 8 - Cemitério Municipal	23.326,50	21.482,90	21.482,89	21.482,89	0,00	92,10%
	Prog. 9 - Espaços Verdes	617.902,00	312.958,70	284.991,27	207.797,68	77.193,59	33,63%
	Prog. 10 - Cultura	151.039,00	81.609,32	42.238,98	42.238,98	0,00	27,97%
	Prog. 14 - Desporto e vida saudável	124.366,00	115.097,30	102.970,00	81.956,49	21.013,51	65,90%
	Prog. 20 - Projeto "10 Mil Vidas"	2.900,00	2.565,00	2.565,00	0,00	2.565,00	0,00%
Total do Objetivo 02 - Funções Sociais	2.347.593,00	1.869.648,59	1.694.720,01	1.528.804,19	165.915,82	65,12%	
03	Prog. 6 - Indústria e Energia	20.445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Prog. 7 - Ordenamento do Território	73.507,00	50.107,00	30.012,00	30.012,00	0,00	40,83%
	Prog. 8 - Transportes Rodoviários	641.064,00	296.619,39	231.238,34	206.661,65	24.576,69	32,24%
	Prog. 9 - Ord. De Trânsito e Sinalização	508.920,00	461.768,06	358.285,14	198.351,55	159.933,59	38,97%
	Prog. 13 - Comércio	73.654,00	50.230,05	42.172,71	19.372,50	22.800,21	26,30%
	Prog. 14 - Turismo	1.000,00	97,29	97,29	0,00	97,29	0,00%
Total do Objetivo 03 - Funções Económicas	1.318.590,00	858.821,79	661.805,48	454.397,70	207.407,78	34,46%	
Total do PPI	3.855.012,00	2.832.732,79	2.451.663,80	2.051.763,10	399.900,70	53,22%	

73,48%

86,55%

83,69%

O PPI teve um índice de execução de 53,22 %.

Os compromissos assumidos representaram 73,48 % das dotações, tendo sido pagos 83,69 % desses mesmos compromissos.

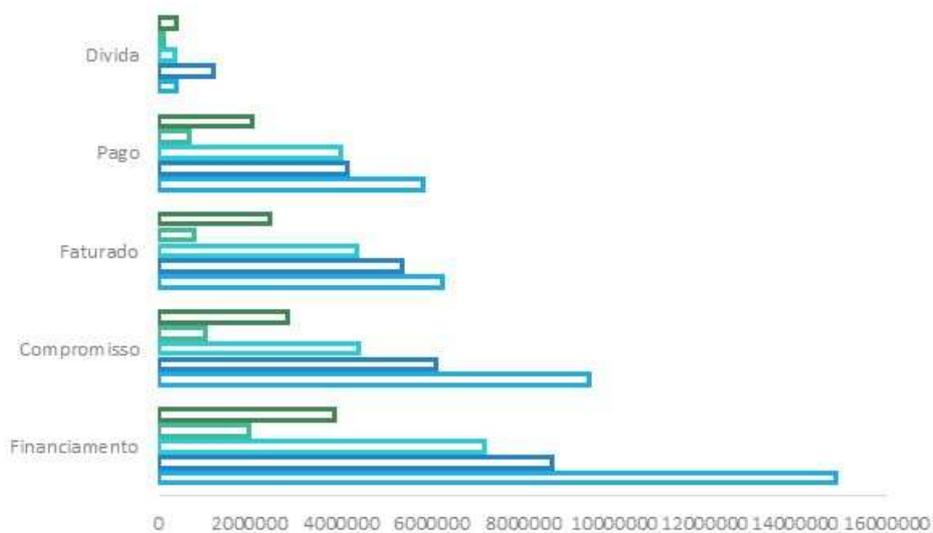
O fraco grau de execução está relacionado com o atraso no arranque do novo quadro comunitário.



Evolução face aos anos anteriores:

Ano	Financiamento definido	Compromisso	Faturado	Pago	Dívida	Grau de execução
2013	14.893.751,00	9.460.541,77	6.227.868,76	5.828.121,19	399.747,57	39,13%
2014	8.649.860,00	6.088.901,74	5.352.975,74	4.154.853,07	1.198.122,67	48,03%
2015	7.144.277,00	4.391.311,94	4.363.295,61	4.016.788,36	346.507,25	56,22%
2016	1.984.759,00	1.036.447,72	779.556,56	671.865,24	107.691,32	33,85%
2017	3.855.012,00	2.832.732,79	2.451.663,80	2.051.763,10	399.900,70	53,22%

Evolução gráfica 2013-2017



Da análise do quadro pode-se verificar um aumento generalizado em cada rubrica, motivado principalmente pelo arranque do novo quadro comunitário.

De 2016 para 2017 a estimativa orçamental registou um aumento de 1.870.253,00 € para dar resposta às empreitadas já candidatas e que iremos de ver mais à frente.

Os projetos que de seguida se referem podem ser vistos em pormenor no mapa em anexo denominado “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos”.

2.6.1. Objetivo 1 – Funções Gerais

Enquadram-se neste objetivo os programas relativos à gestão e equipamento dos serviços da autarquia, designadamente seus edifícios, instalações de serviços e viaturas.

Obj	Designação	Financ. Definido	Compromisso	Faturado	Pago	Divida	Grau de execução
01	Prog. 1 - Administração Geral (Edif. e Instalações Municipais)	15.706,00	13.089,74	11.049,21	11.049,21	0,00	70,35%
	Prog. 2 - Equipamentos e Serviços	173.122,00	91.172,67	84.089,10	57.512,00	26.577,10	33,22%
	Prog. 3 - Seg. Ordem Publica	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 01 - Funções Gerais	188.829,00	104.262,41	95.138,31	68.561,21	26.577,10	36,31%

91

Dos pagamentos efetuados destacam-se os seguintes projetos:

Designação	Pago	% do Pago
Contrato de manutenção - Servidores e Ativos de rede	29.287,22	42,72%
Aquisição de Instalações - "Estudio 121"	10.194,36	14,87%
Sistema de Registo e Gestão de Assiduidades	5.535,00	8,07%
Microsoft - Educação	4.378,17	6,39%
AIRC - Informix	3.611,28	5,27%
AIRC - Aplicações	2.509,20	3,66%
Sub-total	55.515,23	80,97%
Restantes projetos	13.045,98	19,03%
Total	68.561,21	100,00%

Verifica-se que 80,97 % da verba foi gasta em apenas 6 projetos.



2.6.2 Objetivo 2 – Funções sociais

Englobam-se nestas funções os programas de investimento nas áreas do ensino, habitação, ordenamento do território, águas e saneamento, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, social, cultural, recreativa e desportiva.

O objetivo 2 apresenta um grau de execução de 65,12 %.

Obj	Designação	Financ. Definido	Compromisso	Faturado	Pago	Divida	Grau de execução
02	Prog. 1 - Educação	733.245,50	697.061,86	679.298,38	630.741,93	48.556,45	86,02%
	Prog. 4 - Saneamento	87.983,00	81.397,32	11.901,57	9.544,60	2.356,97	10,85%
	Prog. 5 - Águas	15.447,00	10.367,97	10.367,97	8.494,58	1.873,39	54,99%
	Prog. 6 - Resíduos Sólidos	246.282,00	237.566,73	235.695,72	233.931,73	1.763,99	94,99%
	Prog. 7 - Habitação Social	345.102,00	309.541,49	303.208,23	292.615,31	10.592,92	84,79%
	Prog. 8 - Cemitério Municipal	23.326,50	21.482,90	21.482,89	21.482,89	0,00	92,10%
	Prog. 9 - Espaços Verdes	617.902,00	312.958,70	284.991,27	207.797,68	77.193,59	33,63%
	Prog. 10 - Cultura	151.039,00	81.609,32	42.238,98	42.238,98	0,00	27,97%
	Prog. 14 - Desporto e vida saudável	124.366,00	115.097,30	102.970,00	81.956,49	21.013,51	65,90%
	Prog. 20 - Projeto "10 Mil Vidas"	2.900,00	2.565,00	2.565,00	0,00	2.565,00	0,00%
Total do Objetivo 02 - Funções Sociais		2.347.593,00	1.869.648,59	1.694.720,01	1.528.804,19	165.915,82	65,12%

Neste objetivo, a maior parte da despesa foi efetuada nos programas 1 e 9.

Dos pagamentos efetuados, os projetos abaixo, são responsáveis por 86,62 % do total.

Designação	Financiamento Definido	Compromisso	Pago	Divida	% no PAGO
Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade - Recuperação Pavilhão (ITI)	560.371,00	544.423,25	499.308,39	45.114,86	32,66%
Requalificação do Bairro Municipal da R.Gen.Humberto Delgado (Eficiência Energética)	298.600,00	280.363,27	278.458,01	0,00	18,21%
Limpeza Urbana - Aquisição de Equipamento Elétrico	205.000,00	204.910,62	204.910,62	0,00	13,40%
Conservação e Manutenção de Edifícios Escolares	147.812,00	147.325,10	128.796,14	765,48	8,42%
Requalificação dos Espaços Verdes	234.873,00	194.289,64	92.568,61	74.293,57	6,05%
Requalificação do Jardim de Casal de Terceiros	72.500,00	71.438,94	71.438,94	0,00	4,67%
Campos de Ténis - Aplicação de Relva Sintética	49.406,00	48.759,36	48.759,36	0,00	3,19%
Sub-total	1.568.562,00	1.491.510,18	1.324.240,07	120.173,91	86,62%
Restantes projetos	779.031,00	378.138,41	204.564,12	45.741,91	13,38%
Total	2.347.593,00	1.869.648,59	1.528.804,19	165.915,82	100,00%

Os principais projetos do objetivo 02 do PPI foram “Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade – Rec. Pavilhão”, “Req. Bairro General Humberto Delgado” e “Limpeza Urbana – Aquisição de Equipamento Elétrico”.

2.6.3. Objetivo 3 – Funções Económicas

Neste objetivo enquadram-se os investimentos nas áreas de mercados e feiras, ordenamento de trânsito, rede viária e arruamentos municipais, zona industrial, infraestruturas elétricas, transportes rodoviários, indústria e energia e turismo.

Obj	Designação	Financ. Definido	Compromisso	Faturado	Pago	Divida	Grau de execução
03	Prog. 6 - Industria e Energia	20.445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Prog. 7 - Ordenamento do Território	73.507,00	50.107,00	30.012,00	30.012,00	0,00	40,83%
	prog. 8 - Transportes Rodoviários	641.064,00	296.619,39	231.238,34	206.661,65	24.576,69	32,24%
	Prog. 9 - Ord. De Transito e Sinalização	508.920,00	461.768,06	358.285,14	198.351,55	159.933,59	38,97%
	Prog. 13 - Comercio	73.654,00	50.230,05	42.172,71	19.372,50	22.800,21	26,30%
	Prog. 14 - Turismo	1.000,00	97,29	97,29	0,00	97,29	0,00%
	Total do Objetivo 03 - Funções Economicas	1.318.590,00	858.821,79	661.805,48	454.397,70	207.407,78	34,46%

Neste objetivo, o grau de execução foi de 34,46 %, destacando-se o programa 8 e 9 que engloba as obras relativas à rede viária e o ordenamento do transito e sinalização.

Dos projetos que compõem este objetivo destacam-se:

Designação	Financiamento Definido	Compromisso	Pago	Divida	% no PAGO
Ciclovia - Freguesia de S. João Batista (PMUS)	443.052,00	413.045,94	174.278,14	140.549,28	38,35%
Cons. rede viária - Manutenção arruamentos, estacionamento e passeios	179.401,00	167.046,92	136.280,95	12.496,03	29,99%
Requalificação da Estrada do Bonito/Atalaia	67.635,00	66.587,31	56.733,18	9.854,13	12,49%
P.D.M - Revisão	73.507,00	50.107,00	30.012,00	0,00	6,60%
Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)	71.153,00	50.140,38	19.372,50	22.710,54	4,26%
Sinalética Rodoviária e Direcional	39.478,00	37.172,03	15.165,59	16.742,04	3,34%
Requalificação da Estrada da Barroca	90.800,00	50.236,68	8.147,52	0,00	1,79%
Conservação/Reparação/Adaptação - TURE	11.520,00	9.963,39	7.321,12	2.642,27	1,61%
Aquisição de terrenos	11.260,00	6.260,00	5.500,00	0,00	1,21%
Estac. subterrâneo - Conservação e manutenção	13.865,00	1.586,70	1.586,70	0,00	0,35%
Sub-total	1.001.671,00	852.146,35	454.397,70	204.994,29	100,00%
Restantes projetos	316.919,00	6.675,44	0,00	2.413,49	0,00%
Total	1.318.590,00	858.821,79	454.397,70	207.407,78	100,00%



3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 Análise do balanço

Do Balanço Analítico, (ponto 9.3), extraímos o seguinte quadro síntese:

BALANÇO À DATA DE 31-12-2017

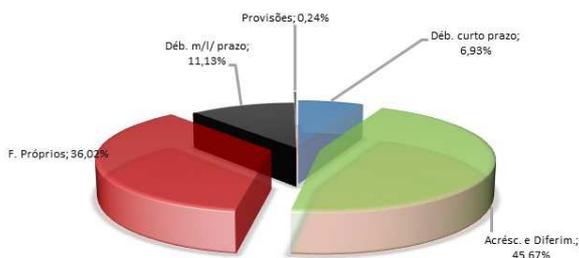
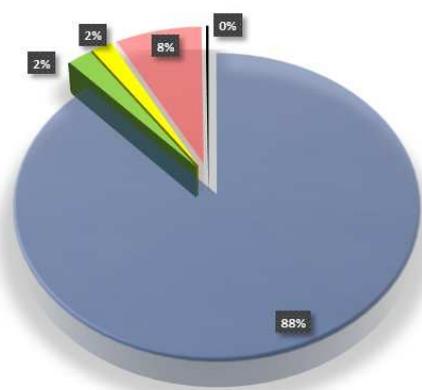
Activo	Valor	%	Fundos próprios + passivo	Valor	%
Imobilizado liquido	50.656.897,66	88,3%	Fundos próprios	20.670.804,41	36,0%
Existências	126.448,30	0,2%	Passivo		
Dívidas de terceiros	1.235.694,98	2,2%	Prov. para Riscos e Encargos	140.445,55	0,2%
Disponibilidades	1.053.360,25	1,8%	Débitos m/l/ prazo	6.389.724,87	11,1%
Acréscimos e diferimentos	4.318.432,18	7,5%	Débitos curto prazo	3.979.159,48	6,9%
			Acréscimos e diferimentos	26.210.699,06	45,7%
TOTAL	57.390.833,37	100,0%	TOTAL	57.390.833,37	100,0%

Através da análise do quadro, verifica-se que a principal rubrica do balanço é o imobilizado líquido, a qual corresponde a 88,3 % do ativo.

Os acréscimos e diferimentos surgem de seguida representando 7,5 % do total do ativo. Nesta rubrica está contabilizado os proveitos de 2017 que o município apenas irá concretizar como receita em 2018. Exemplo destes proveitos é o IMI, o IRS e a derrama.

As dívidas de terceiros surgem de seguida representando 2,2 % do total do ativo. Em relação às disponibilidades representam 1,8 % do total do ativo. Estão incluídos neste grupo os depósitos em instituições financeiras e caixa, bem como as aplicações de tesouraria.

Imob. Líquido Div. de Terc. Disponib. Acrésc. e Diferim. Existências



No que diz respeito aos Fundos Próprios + Passivo, a distribuição é feita na razão de 36,0 % para os primeiros e de 64,0 % para o segundo.

No passivo, 45,7 % não constituem um passivo que se venha a traduzir em endividamento, uma vez que, em grande parte trata-se de subsídios ao investimento.

3.1.1. Imobilizado

O **imobilizado**, reparte-se por investimentos financeiros (participações no capital de empresas), imobilizações corpóreas (móveis, imóveis e veículos), incorpóreas (projetos, software), imobilizações em curso (obras que o município tem em desenvolvimento) e bens do domínio público, no qual consideramos os bens de domínio público que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, designadamente bibliotecas, escolas primárias e pré-primárias, a cargo da autarquia, museus, cemitérios, muros, silos, parques, albufeiras, canais, estradas e arruamentos, caminhos, redes de saneamento, redes de distribuição de água, praças e jardins, redes de iluminação pública, estações de tratamento de águas residuais, estações elevatórias e abrigos de passageiros.

Em 31 de Dezembro de 2017, o imobilizado bruto do município era de 92.355.273,17 € e as amortizações acumuladas eram de 34.643.098,06 €.

O valor líquido contabilístico dos bens (móveis, imóveis e veículos) era de 50.656.897,66 €.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
41	Investimentos financeiros	519.774,82	0,00	519.774,82	0,00
42	Imobilizações corpóreas	38.470.526,35	54.207,68	38.416.318,67	0,00
43	Imobilizações incorpóreas	917.141,24	0,00	917.141,24	0,00
44	Imobilizações em curso	2.024.730,67	1.335.147,80	689.582,87	0,00
45	Bens de domínio público	50.374.886,40	5.617.708,28	44.757.178,12	0,00
48	Amortizações acumuladas	48.213,69	34.691.311,75	0,00	34.643.098,06
Totais Gerais:		92.355.273,17	41.698.375,51	85.299.995,72	34.643.098,06

Em 2017 na transferência de imobilizações em curso para imobilizações corpóreas destaca-se o encerramento contabilístico das seguintes empreitadas:

- Recuperação do Pavilhão da Escola EB 2,3 Ruy Andrade
- Requalificação do Bairro Municipal da Rua General Humberto Delgado
- Conservação da Rede Viária (R. José Saramago, Duque de Saldanha, Trav. Ligação Duque de Saldanha e R. Forno do Grilo)
- Construção de Jardim Publico na Rua José Saramago
- Requalificação do Arruamento Bonito / Atalaia

Os projetos neste momento em curso são (representam 1,36 do Imobilizado Líquido):

Designação	Saldo
Imobilizações Corpóreas em Curso	152.111,25
Remodelação do Cine -Teatro S. João	96.870,29
Reabilitação do Mercado Municipal	42.083,04
Recup. Moradia R.Engº Pascoal Brito 23	10.592,92
Projeto 10 Mil Vidas (Equipamentos)	2.565,00
Imobilizações Incorpóreas em Curso	27.675,00
Revisão do Plano Diretor Municipal	27.675,00
Imobilizações Corpóreas em Curso (Domínio Público)	509.796,62
Execução de Ciclovias - Freg.S. João Batista	294.812,48
Requalificação Espaços Verdes	166.862,18
Requalificação Estrada da Barroca	8.147,52
Reab.Red. Abastec.Água na Urbanização Olival	11.675,45
Const.Garagem e Muro Ved.-R.D.João II-17 e 19	26.472,44
Emp.Loteam.Zona Envolvente Escola Tílias	1.826,55
TOTAL	689.582,87

3.1.2. Existências

Quanto às **existências finais**, o seu valor cifra-se em 126.448,30 €.

RUBRICAS	MECADORIAS	MT. PRIMAS, SUBS., CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	0,00	124.646,21	124.646,21
Compras	991.658,80	208.974,63	1.200.633,43
Regularização de existências	0,00	3.491,89	3.491,89
Existências finais	0,00	126.448,30	126.448,30
CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	991.658,80	210.664,43	1.202.323,23

Mercadorias:

Água – refere-se à água adquirida às Aguas do Vale do Tejo para posterior venda;

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

Trata-se de bens destinados à produção que não incorporam materialmente nos produtos finais. Estes bens têm como destino diversos serviços municipais, tais como, Saneamento, Obras, Oficinas, Desporto, Jardins, Cemitério, Mercados, entre outros.

Junta-se de seguida quadro com valor das existências finais por hierarquia de material:

DESIGNAÇÃO	VALOR
ÁGUAS	40.349,25
ELECTRICIDADE	15.039,21
MATERIAL PARA JARDINS E REGA	11.296,33
MATERIAL DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE	10.029,15
SANEAMENTO - ESGOTOS	7.792,14
MATERIAL PARA PINTURA	7.319,58
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	5.977,27
VESTUÁRIO, FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS USO PESSOAL	5.927,17
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	4.694,57
MATERIAL AUTO	3.374,69
ARRUAMENTOS E VIADUTOS (PAVIMENTAÇÃO)	3.311,15
RESÍDUOS SÓLIDOS	3.082,09
ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO	2.431,76
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DIVERSOS	2.188,60
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	1.021,36
MATERIAL PARA SOLDADURA	776,79
PARAFUSOS, PORCAS, ANILHAS, BROCAS, BUCHAS	758,84
MATERIAL PARA CORTE E DE REBARBAR	495,63
MATERIAL DIVERSO	582,72
TOTAL	126.448,30

3.1.3. Dívidas de terceiros.

No que respeita às dívidas de terceiros a curto prazo, estas totalizavam 1.026.028,99 €.

O elevado valor das dívidas de terceiros de curto prazo, deve-se sobretudo a:

- O valor da água, saneamento e RSU faturado:
 - Em novembro de 2017 que só será pago pelos utentes em janeiro de 2018
 - Em dezembro de 2017 que só será pago pelos utentes em fevereiro de 2018
- Valor em dívida de várias entidades das quais se destacam:

Construções Rodrigues & M. Vieira, Lda – 186.291,02 €

Natureza da dívida: Valor faturado referente a ocupações da via pública.

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – 22.058,83€

Natureza da dívida: Referente ao protocolo de participação na obra de Recuperação do Pavilhão d Ruy Andrade.

Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública – 45.936,83 €

Natureza da dívida: Renda das instalações da PSP na Rua 5 de Outubro

Tecnovia – Sociedade de Empreitadas SA – 32.762,50 €

Natureza da dívida: Referente à participação do Município nas receitas do estacionamento à superfície.

Fundo Ambiental – 104.581,54 €

Natureza da dívida: Participação referente ao equipamento elétrico adquirido pelo Município (Varredora, Veículos com caixa basculante, aspirador urbano e triciclo).

Agência para o Desenvolvimento e Coesão , I. P.– 93.039,19 €

Natureza da dívida: Participação referente às empreitadas Requalificação dos Espaços Verdes, Ciclovia Freguesia S. João Batista e Recuperação do Pavilhão da Ruy Andrade.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – CIMT – 22.652,53 €

Natureza da dívida: Participação referente ao processo de Desmaterialização e Gestão de Processos com o Município.

Estas entidades representam 507.322,44 €.



Foi reforçada a provisão para cobranças duvidosas, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL que refere:

“O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.”

A provisão atual é de 301.762,82 €.

Estes valores são representados por dívidas de clientes (ligações de água, saneamento,..), de contribuintes e utentes (dívidas de consumo de água e de saneamento/rsu, mercados, ...).



3.1.4. Disponibilidades e aplicações financeiras

Os valores em caixa e bancos eram:

Caixa – 11.102,17 €

Bancos – 1.042.258,08 €

Veja-se nas páginas seguintes o “*Resumo Diário de Tesouraria*” referente ao dia 31/12/2017:



RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Data	Nº Pág.
29/12/2017	1

Número	Ano
246	2017

MUNICÍPIO DO ENTRANCAMENTO

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saida do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
CAIXA	8 129,33	496 178,15	504 307,48	493 205,31	11 102,17
FUNDOS DE MANEIO	5 150,00	0,00	5 150,00	5 150,00	0,00
BANCOS					
À ORDEM					
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 00350282000000173018	25 328,41	67 157,83	92 486,24	17 056,48	75 429,76
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820001879583035	69,66	0,00	69,66	0,00	69,66
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002089123017	1 804,11	0,00	1 804,11	0,00	1 804,11
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002097143076	86 611,61	0,00	86 611,61	0,00	86 611,61
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002341233098	11 575,69	0,00	11 575,69	0,00	11 575,69
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002752613008	225 909,82	22 822,06	248 731,88	0,00	248 731,88
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002526523080	39 224,08	0,00	39 224,08	0,00	39 224,08
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 00350308000000223068	166 808,44	41 582,70	208 391,14	187 172,82	21 218,32
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300000808018425913	2 845,42	3 390,52	6 235,94	1 000,00	5 235,94
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300000808034018857	58 044,90	0,00	58 044,90	3 890,64	54 154,26
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004528340599005	140,70	0,00	140,70	0,00	140,70
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004528713321505	2 486,67	0,00	2 486,67	1 750,73	735,94
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004532874563305	84 151,15	1 570,90	85 722,05	2 910,08	82 811,97
Banco : TOTTA SANTANDER Conta : 001800003516179600112	165 718,99	115 429,94	281 148,93	138 252,00	142 896,93
Banco : TOTTA SANTANDER Conta : 001800032511875302038	252 830,09	0,00	252 830,09	7 963,60	244 866,49
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740000576000689	1 884,22	8 000,00	9 884,22	0,00	9 884,22
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740002920000063	6 135,34	190,49	6 325,83	5 500,00	825,83



RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Data	Nº Pág.
29/12/2017	2
Número	Ano
246	2017

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
BANCOS					
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740003051001861	20,52	3 320,15	3 340,67	0,00	3 340,67
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740003073001849	64,08	2 606,00	2 670,08	0,00	2 670,08
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740003128000849	2 942,27	586,39	3 528,66	2 549,50	979,16
Banco : Banco BPI, S.A. Conta : 001000002217788010152	4 394,09	0,00	4 394,09	0,00	4 394,09
Banco : Banco BPI, S.A. Conta : 001000002217788010249	2 909,48	1 747,21	4 656,69	0,00	4 656,69
Banco : Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Crl Conta : 004554314028172478965	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco : Caixa Económica Montepio Geral Conta : 003601649910000006008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :	1 141 899,74	268 404,19	1 410 303,93	368 045,85	1 042 258,08
APLICAÇÕES DE TESOURARIA					
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Disponibilidades :	1 155 179,07	764 582,34	1 919 761,41	866 401,16	1 053 360,25
DOCUMENTOS	60 544,07	0,00	60 544,07	0,00	60 544,07
Total de Movimentos de Tesouraria :	1 215 723,14	764 582,34	1 980 305,48	866 401,16	1 113 904,32
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	826 049,92	122 979,31	949 029,23	215 590,86	733 438,37
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	329 129,15	2,99	329 132,14	9 210,26	319 921,88

Decomposição do Saldo em Numerário Para o Dia Seguinte	Em Dinheiro	11 102,17
	Em Cheques e Vales Postais	0,00

3.1.5. Acréscimo de proveitos

Segundo o POCAL deverão ser contabilizados na conta “271 – Acréscimos de proveitos” os proveitos a reconhecer no próprio exercício cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) futuro (s).

Foram identificados 4.314.386,12 € de proveitos desta natureza, cuja cobrança só irá ser feita em 2018.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
27	Acréscimos e diferimentos	8.675.839,12	4.361.453,00	4.314.386,12	0,00
271	Acréscimos de proveitos	8.675.839,12	4.361.453,00	4.314.386,12	0,00
2719	Outros acréscimos de proveitos	8.675.839,12	4.361.453,00	4.314.386,12	0,00
Totais Gerais:		8.675.839,12	4.361.453,00	4.314.386,12	0,00

Estão incluídas nesta conta:

Faturação de água, saneamento e RSU no mês de janeiro de 2017, correspondente ao período de consumo dezembro de 2016. Ou seja, o proveito é de 2017 mas a receita só dá entrada no ano de 2018 (195.364,01 €).

Renda proveniente de um contrato de concessão com a EDP referente à Iluminação Pública. Esta renda corresponde ao 4º trimestre do ano de 2017 (72.211,39 €).

Previsão de recebimento das seguintes receitas:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (2.562.848 €)
- Derrama (170.013 €)
- IRS (1.147.754 €)

Estes impostos constituem proveitos de 2017 mas apenas são recebidos em 2018.

Receita recebida em janeiro de 2018, mas que diz respeito a proveitos de 2017, como é o caso dos Impostos Diretos transferidos pela Autoridade Tributária (IMI, IMT, IUC e Derrama).

Entre outras.



3.1.6. Fundos Próprios

Os **Fundos Próprios** apresentam o valor de 20.670.804,41 €.

3.1.7. Passivo

Quanto aos **débitos a médio e longo prazo**, referem-se aos empréstimos a médio e longo prazos contratados pelo município e cujo valor em dívida é de 7.331.006,56 €.

Os empréstimos estão divididos em:

Exigível a Médio e Longo Prazo – 6.389.724,87 €

Exigível a Curto Prazo (N+1) – 941.281,69 €

Estes valores correspondem aos seguintes empréstimos:



Balancete Acumulado

Analtico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro		Ano: 2017				
Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito	
23	Empréstimos obtidos	5.132.516,58	12.463.523,14	0,00	7.331.006,56	
231	Em moeda nacional	5.132.516,58	12.463.523,14	0,00	7.331.006,56	
2311	De curto prazo	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	
23111	Empréstimos bancários	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	
231111	Instituições financeiras monetárias residentes	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	
2311110103	Banco BPI, S.A.	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	
2312	De médio e longo prazo	4.632.516,58	11.963.523,14	0,00	7.331.006,56	
23121	Empréstimos bancários	1.091.159,18	7.284.367,70	0,00	6.193.208,52	
231211	Instituições financeiras monetárias residentes	1.091.159,18	7.284.367,70	0,00	6.193.208,52	
2312111	Caixa Geral de Depósitos	387.994,94	2.741.178,12	0,00	2.353.183,18	
231211101	C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.450,00	88.290,63	0,00	74.840,63	
231211103	C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	131.200,00	218.847,29	0,00	87.447,29	
231211105	C.G.D.-Zona Industrial	23.745,00	180.063,36	0,00	156.318,36	
231211106	C.G.D.-Saneamento Financeiro - 465.810 €	31.083,69	31.083,69	0,00	0,00	
231211107	C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	14.600,00	133.820,25	0,00	119.220,25	
231211108	C.G.D.-Financ. Div. Invest. - 2.855.000 €	173.916,25	2.089.272,90	0,00	1.915.356,65	
2312113	Banco Espírito Santo	122.508,00	747.131,96	0,00	624.623,96	
231211301	B.E.S.-Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00	43.711,20	0,00	36.811,20	
231211302	B.E.S.-Saneamento Básico	10.248,00	51.272,17	0,00	41.024,17	
231211303	B.E.S.-Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00	41.508,92	0,00	34.956,92	
231211304	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00	28.943,67	0,00	23.183,67	
231211305	B.E.S.-Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00	458.957,00	0,00	385.541,00	
231211306	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00	122.739,00	0,00	103.107,00	
2312114	Banco BPI	121.204,56	1.498.840,87	0,00	1.377.636,31	
231211401	B.P.I.-Recinto Multiusos	39.524,01	276.084,90	0,00	236.560,89	
231211402	B.P.I.-EB1 + JI Sul - 1.265.000 €	81.680,55	955.295,97	0,00	873.615,42	
2312114021	EB1+JI Sul - Parte excecionada	23.405,57	273.766,19	0,00	250.360,62	
2312114022	EB1+JI Sul - Parte não excecionada	58.274,98	681.529,78	0,00	623.254,80	
231211403	B.P.I.-Cemitério e Req.Est. Barroca(até 546.900€)	0,00	96.900,00	0,00	96.900,00	
231211404	B.P.I.-Obras Participadas(até 479.560€)	0,00	170.560,00	0,00	170.560,00	
2312115	Banco Santander Totta	459.451,68	2.297.216,75	0,00	1.837.765,07	
231211501	TOTTA - Empréstimo PAEL	459.451,68	2.297.216,75	0,00	1.837.765,07	
23122	Empréstimos bancários MLP (Vencimento em N+1)	873.260,49	1.731.692,18	0,00	858.431,69	
231221	Instituições financeiras monetárias residentes	873.260,49	1.731.692,18	0,00	858.431,69	
2312211	Caixa Geral de Depósitos	407.829,25	795.607,94	0,00	387.778,69	
231221101	C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.374,00	26.824,00	0,00	13.450,00	
231221103	C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	131.189,00	262.389,00	0,00	131.200,00	
231221105	C.G.D.-Zona Industrial	23.744,00	47.489,00	0,00	23.745,00	
231221106	C.G.D.-Saneamento Financeiro (465.810 €)	53.287,00	84.370,69	0,00	31.083,69	
231221107	C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	14.600,00	29.200,00	0,00	14.600,00	
231221108	C.G.D.-Financ. Div. Invest. (2.855.000 €)	171.635,25	345.335,25	0,00	173.700,00	
2312213	Banco Espírito Santo	122.508,00	245.016,00	0,00	122.508,00	
231221301	B.E.S.-Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00	13.800,00	0,00	6.900,00	
231221302	B.E.S.-Saneamento Básico	10.248,00	20.496,00	0,00	10.248,00	
231221303	B.E.S.-Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00	13.104,00	0,00	6.552,00	
231221304	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00	11.520,00	0,00	5.760,00	
231221305	B.E.S.-Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00	146.832,00	0,00	73.416,00	
231221306	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00	39.264,00	0,00	19.632,00	
2312214	Banco BPI	113.201,56	231.616,56	0,00	118.415,00	
231221401	B.P.I.-Recinto Multiusos	38.927,01	78.427,01	0,00	39.500,00	
231221402	B.P.I.-EB1 + JI Sul (1.265.000 €)	74.274,55	153.189,55	0,00	78.915,00	
2312214021	EB1+JI Sul - Parte excecionada	21.285,57	43.900,57	0,00	22.615,00	
2312214022	EB1+JI Sul - Parte não excecionada	52.988,98	109.288,98	0,00	56.300,00	
2312215	Banco Santander Totta	229.721,68	459.451,68	0,00	229.730,00	
231221501	TOTTA - Empréstimo PAEL	229.721,68	459.451,68	0,00	229.730,00	
23123	Outros empréstimos obtidos	2.380.310,83	2.576.827,18	0,00	196.516,35	
231231	Direção-Geral do Tesouro	2.334.716,75	2.353.434,35	0,00	18.717,60	
23123101	DGTF - PREDE - 187.392 €	37.500,00	56.217,60	0,00	18.717,60	
23123102	DGTF - PAEL - 3.181.877,53 Euros	2.297.216,75	2.297.216,75	0,00	0,00	
231232	Banco Europeu Investimento	45.594,08	223.392,83	0,00	177.798,75	
23123201	Escola Básica Norte do Entroncamento	20.944,08	124.665,49	0,00	103.721,41	
23123202	Ciclovias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	8.750,00	35.058,37	0,00	26.308,37	
23123203	Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	15.900,00	63.668,97	0,00	47.768,97	
23124	Outros empréstimos obtidos (Vencimento em N+1)	287.786,08	370.636,08	0,00	82.850,00	
231241	Direção-Geral do Tesouro	267.201,00	304.701,00	0,00	37.500,00	
23124101	DGTF - PREDE (187.392 €)	37.479,00	74.979,00	0,00	37.500,00	
23124102	DGTF - PAEL (3.181.877,53 €)	229.722,00	229.722,00	0,00	0,00	
231242	Banco Europeu Investimento	20.585,08	65.935,08	0,00	45.350,00	
23124201	Escola Básica Norte do Entroncamento	20.585,08	41.285,08	0,00	20.700,00	
23124202	Ciclovias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	0,00	8.750,00	0,00	8.750,00	
23124203	Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	0,00	15.900,00	0,00	15.900,00	
Totais Gerais:		5.132.516,58	12.463.523,14	0,00	7.331.006,56	

Os **débitos a curto prazo** referem-se ao exigível a menos de 1 ano (curto prazo) e situam-se em 3.979.159,48 €.

Compõem-se de:

Designação	Valor (€)
A curto prazo	
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	941.281,69
Fornecedores	
Fornecedores gerais c/c	944.658,11
Fornecedores - Fat. Recepção e Conferência	280.080,14
Fornecedores de imobilizado - c/c	442.056,86
Factoring	89.201,17
Forn. Imobil. - Fat. em Recepção e Conferência	40.571,06
Total "Fornecedores"	1.796.567,34
Outros	
Estado e outros entes públicos	61.165,93
Administração autárquica	3.233,41
Outros credores	1.176.911,11
Total "Outros"	1.241.310,45
Total "Débitos curto prazo"	3.979.159,48

3.1.8. Acréscimos de custos (conta 273)

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício (s) posterior (es).

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2732	Remunerações a liquidar	638.252,26	1.306.930,60	0,00	668.678,34
27321	Remunerações	518.240,90	1.061.457,60	0,00	543.216,70
273211	Membros da Câmara	26.881,36	57.938,46	0,00	31.057,10
273212	Pessoal	491.359,54	1.003.519,14	0,00	512.159,60
2732121	Pessoal do quadro	491.359,54	1.003.519,14	0,00	512.159,60
27322	Encargos	120.011,36	245.473,00	0,00	125.461,64
273221	Membros da Câmara	6.384,34	13.760,40	0,00	7.376,06
273222	Pessoal	113.627,02	231.712,60	0,00	118.085,58
2732221	Pessoal do quadro	113.627,02	231.712,60	0,00	118.085,58
2739	Outros acréscimos de custos	183.520,21	358.130,87	0,00	174.610,66
Totais Gerais:		821.772,47	1.665.061,47	0,00	843.289,00

Fazem parte da conta 273 as seguintes subcontas:

- Remunerações a liquidar (2732), Juros a liquidar (2733), e outros acréscimos de custos (2739).

Em 2018, aquando do respetivo processamento, estas contas serão saldadas.

2732 «Remunerações a liquidar». - Compreende, entre outras, as remunerações (e respetivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorram no ano seguinte.

As férias são pagas no ano n+1 (movimento financeiro), mas o seu direito é adquirido no ano n (ano de origem e registo do custo).

A previsão destes custos para o ano de 2017 é de 668.678,34 €.

A conta 2739 (outros acréscimos de custos) diz respeito a faturação recebida em 2018 mas cujo o custo é referente a 2017.

3.1.9. Proveitos diferidos

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 «Subsídios para investimentos». - Incluem-se nesta conta os subsídios/transferências para investimento a que a autarquia local tem direito, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

Proveitos diferidos refere-se aos recebimentos dos vários fundos financeiros para investimentos municipais, conforme mapa seguinte:



Balancete Acumulado

Análítico

MUNICÍPIO DO ENTRANCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2017

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2745	Subsídios para investimentos	1.705.562,35	27.072.972,41	0,00	25.367.410,06
27451	Administrações Públicas	1.705.562,35	27.072.972,41	0,00	25.367.410,06
274511	Orçamento do Estado	1.705.562,35	27.072.972,41	0,00	25.367.410,06
2745111	Cooperação técnica e financeira	312.564,20	3.720.970,04	0,00	3.408.405,84
274511101	DGTT - MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
27451110111	Edifício 9	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
274511102	DGAL - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	32.918,36	434.684,97	0,00	401.766,61
274511104	CCDRLVT - REQUALIFICAÇÃO ZONA ENV. MERCADC	8.002,84	560.248,89	0,00	552.246,05
274511105	DGAL/CCDRLVT - PISCINA	9.530,48	657.603,08	0,00	648.072,60
274511108	INST. DESPORTO - PAVILHÃO	3.257,49	224.767,01	0,00	221.509,52
274511109	DGTT - Passagem Inferior	77.218,59	154.437,17	0,00	77.218,58
274511110	INSTITUTO GESTÃO FINANCEIRA DA JUSTIÇA	4.068,90	36.620,12	0,00	32.551,22
274511111	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2ª FASE	888,08	7.104,66	0,00	6.216,58
274511112	DGAL-REQ.ESP.URB.DESP.ZONAS V.LAZER	50.135,03	514.006,50	0,00	463.871,47
274511114	IMTT - 2ª FASE DOS TURE-1ª parte	17.670,00	35.340,47	0,00	17.670,47
274511115	IMTT - 2ª FASE DOS TURE-2ª parte	10.263,71	29.171,65	0,00	18.907,94
274511117	Ministério Educação-Escola Dr. Ruy Andrade	91.048,96	818.286,32	0,00	727.237,36
274511118	DGEST - Requalificação Pavilhão Ruy Andrade	183,82	44.117,66	0,00	43.933,84
274511119	Fundo Ambiental	7.377,94	104.581,54	0,00	97.203,60
2745112	FEDER	217.461,14	5.387.214,66	0,00	5.169.753,52
27451121	FEDER TRADICIONAL - QCA I - QCA II	77.405,53	662.414,67	0,00	585.009,14
2745112101	Infraestr. saneamento básico pavim. (overbook.)	6.765,37	13.530,70	0,00	6.765,33
2745112111	Arranjo Urbanístico Via Principal Centro Cidade	9.352,47	9.352,47	0,00	0,00
2745112112	Infraestruturas Lugares Fontainhas, C.Grilo e Covão	26.287,12	26.287,12	0,00	0,00
2745112113	Valorização do Complexo Turístico Bonito	9.731,61	19.463,21	0,00	9.731,60
2745112114	Conserv. rede viária, arruamentos passeios-2.Fase	12.798,47	25.596,92	0,00	12.798,45
2745112115	Pavilhão Polidesportivo - 1ª. Fase	8.108,11	559.459,52	0,00	551.351,41
2745112118	Passagem Inferior - Obra Compart. pelo PORLVT	4.362,38	8.724,73	0,00	4.362,35
27451122	QCA II - PROSIURB	4.653,39	321.083,98	0,00	316.430,59
274511221	Piscina	3.055,62	210.837,50	0,00	207.781,88
274511222	Pavilhão Polidesportivo	1.597,77	110.246,48	0,00	108.648,71
27451123	QCA III	135.402,22	4.403.716,01	0,00	4.268.313,79
274511231	EIXO 1	119.282,96	3.579.603,03	0,00	3.460.320,07
27451123101	Requalificação de espaços urbanos (MT12/011)	15.250,46	91.799,31	0,00	76.548,85
274511231011	R. EUA, Brito Capelo, A.M. Agostinho, L.G.	3.268,82	16.344,08	0,00	13.075,26
274511231012	R.J.F.Corujo, Viana de Lemos, J.Estrela Teriaga	3.470,35	20.822,11	0,00	17.351,76
274511231013	Pavimentação R. Almada Negreiros	2.472,92	12.364,58	0,00	9.891,66
274511231014	Pavimentação da R. Elias Garcia	3.483,71	24.385,99	0,00	20.902,28
274511231015	Rua B - Acessos à Galharda	2.554,66	17.882,55	0,00	15.327,89
27451123102	Saneamento básico Concelho-1.Fase (MT12/012)	22.650,98	131.543,12	0,00	108.892,14
274511231021	Rede esgotos - Prolongamento Rua Cia. Divisionária	3.732,17	22.393,05	0,00	18.660,88
274511231022	Rede de Esgotos R. Elias Garcia (11 Unidos - A.R.)	2.457,29	14.743,83	0,00	12.286,54
274511231023	Remod. Colectores R.R. Matos Torres e D. Pedro V	2.726,67	16.360,04	0,00	13.633,37
274511231024	Remod. rede águas R.F.Pessoa e Eng. Gomes Silva	4.454,12	26.724,63	0,00	22.270,51
274511231025	Remodelação da Rede de Águas do Casal da Galharda	2.490,49	12.452,50	0,00	9.962,01
274511231026	Reposição Pav. R. Luis Sommer	977,81	4.889,01	0,00	3.911,20
274511231027	Reposição Pav. R. Eng. E. Pichiocci G. Eng.M.Costa	1.550,93	7.754,60	0,00	6.203,67
274511231028	Rede Esg. R. Almada Negreiros e Casal Melão	3.604,92	21.629,44	0,00	18.024,52
274511231029	Pav.R. Elias Garcia (Dos 11 Unidos à R. A. Reis)	656,58	4.596,02	0,00	3.939,44
27451123103	Projecto qualificação zonas urbanas (MT12/013)	12.100,77	115.577,16	0,00	103.476,39
274511231031	Ruas D. Afonso Henriques / Vasco da Gama	2.620,96	15.725,83	0,00	13.104,87

Balancete Acumulado

Analtico

MUNICÍPIO DO ENTRANCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2017

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
274511231032	R.D.S., Lg Comun., Env. polid. desc., Lg. Frat.M.Moni	3.625,61	21.753,62	0,00	18.128,01
274511231033	Recinto multiusos - 1ª Fase (Mercado Semanal)	762,91	52.641,18	0,00	51.878,27
274511231034	Novo Acesso à Escola Secundária	2.090,50	10.452,41	0,00	8.361,91
274511231035	Remod. rede esg. pluv. e rede águas Afonso Henr.	2.588,53	12.942,69	0,00	10.354,16
274511231036	Alteração do Estacionamento na Rua da Coferpor	64,62	323,11	0,00	258,49
274511231037	Ampliação Estacionamentos na Coferpor	174,22	871,15	0,00	696,93
274511231038	Correcção perfil R.A.Sérgio, Cof., J.Lopes.	173,42	867,17	0,00	693,75
27451123104	Pavilhão polidesport.-2ª. Fase-Cobertura(MT11/022)	3.071,94	211.963,79	0,00	208.891,85
27451123105	Piscina-Cobertura, Acabamentos e Equipamento	7.600,73	524.450,06	0,00	516.849,33
27451123106	Requalificação urbana zona env.mercado municipal	14.006,07	980.424,56	0,00	966.418,49
27451123107	Recinto multiusos	10.762,66	742.623,63	0,00	731.860,97
27451123108	Rede de Ciclovias - R. Dr. Francisco Sá Carneiro	16.627,53	149.647,71	0,00	133.020,18
27451123109	Jardim de Infância Norte - Entrancamento	7.493,77	524.564,26	0,00	517.070,49
27451123110	Zona Industrial 2ª Fase - (Eixo 1 Medida 1.5/231)	9.718,05	107.009,43	0,00	97.291,38
274511233	EIXO 3	12.916,28	808.097,81	0,00	795.181,53
27451123301	Jardim Infância Norte	1.319,45	7.916,61	0,00	6.597,16
27451123302	Pavilhão Polidesportivo - 3ª. Fase	11.596,83	800.181,20	0,00	788.584,37
274511236	POE - PROGRAMA OPERACIONAL ECONOMIA	3.202,98	16.015,17	0,00	12.812,19
2745113	FSE - FUNDO SOCIAL EUROPEU (univa)	94,61	567,74	0,00	473,13
2745114	QREN	1.172.420,43	16.855.982,76	0,00	15.683.562,33
274511401	Escola Básica António Gedeão	81.460,21	1.141.849,99	0,00	1.060.389,78
274511402	Escola Básica Norte do Entrancamento	118.569,26	1.947.168,06	0,00	1.828.598,80
27451140201	Escola Básica Norte Entº-empregada	107.307,35	1.919.199,32	0,00	1.811.891,97
27451140202	Escola Básica Norte Entº-Equip.Informático	9.626,78	18.306,90	0,00	8.680,12
27451140203	Escola Básica Norte Entº-Material Didático	1.572,88	9.288,34	0,00	7.715,46
27451140204	Escola Básica Norte Entº-Mob. Escolar	62,25	373,50	0,00	311,25
274511403	Escola Básica da Zona Verde do Entrancamento	111.669,95	1.885.404,70	0,00	1.773.734,75
274511404	Escola Dr. Ruy d'Andrade	350.210,84	4.177.111,99	0,00	3.826.901,15
27451140401	Escola Ruy D'Andrade-Empregada	316.159,49	4.120.098,62	0,00	3.803.939,13
27451140402	Escola Ruy D'Andrade-Mobiliário Escolar	1.025,95	5.282,31	0,00	4.256,36
27451140403	Escola Ruy D'Andrade-Equipam.Informático	28.754,73	28.754,73	0,00	0,00
27451140404	Escola Ruy D'Andrade-Material Didático	4.270,67	22.976,33	0,00	18.705,66
274511405	Melhoria Acessibilidades Interconcelhias	52.929,10	953.104,41	0,00	900.175,31
27451140501	Melhoria Acess.Inter-Req.Acessos Formigos/C.Vidiga	14.791,67	266.299,96	0,00	251.508,29
27451140502	Melhoria Acess.Inter-Req.Urbana R.Elias Garcia	23.049,57	414.892,33	0,00	391.842,76
27451140503	Melhoria Acess.Inter-Alarg. Av.ª Forças Armadas	15.087,86	271.912,12	0,00	256.824,26
274511406	Ciclovias - Freguesia de N.ª Sra. Fátima	27.221,50	489.256,13	0,00	462.034,63
274511410	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 1	20.980,46	343.083,05	0,00	322.102,59
27451141001	Praça da Republica	4.160,25	57.332,49	0,00	53.172,24
27451141002	Jardim Parque José Pereira Caldas	16.820,21	285.750,56	0,00	268.930,35
274511411	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 2	181.281,91	2.650.574,04	0,00	2.469.292,13
27451141101	Largo José Duarte Coelho	14.125,27	198.010,41	0,00	183.885,14
27451141102	Largo José Duarte Coelho - Complementos	6.650,05	99.750,65	0,00	93.100,60
27451141103	Fonte Ornamental	4.529,19	67.937,78	0,00	63.408,59
2745114112	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 3A	74.613,38	1.039.797,22	0,00	965.183,84
274511411201	Req. Urb. Freg. S. João Baptista	25.401,74	344.269,54	0,00	318.867,80
274511411202	Exec.Rot.-Cruz. Av. Dr. J. Eduardo V. Neves/A. Cab	885,56	11.385,61	0,00	10.500,05
274511411203	Req. Urb. Bairro da Coferpor Nascente	9.453,24	122.886,52	0,00	113.433,28
274511411204	Man.Red. Viária-R.Af.Alb., R.Prof.J.F.Conujo, LgVa	2.010,93	23.602,44	0,00	21.591,51
274511411205	Req. Urbana - Bairro Coferpor (Nascente) - 2ª Fase	3.161,86	40.144,67	0,00	36.982,81
274511411206	R. Acesso ao Interior do Parque do Bonito	1.024,64	15.369,64	0,00	14.345,00

Balancete Acumulado

Analítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2017

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
274511411207	Req.Urb.Freg.N.Sr.Fátima-Lg de Stº. Ant.-Complem	1.177,50	19.486,25	0,00	18.308,75
274511411208	Req. Urb. - Bairro da Coferpor (Poente)	9.691,53	115.167,37	0,00	105.475,84
274511411209	Req.Urb. Freg.N.Sr. Fátima	21.806,38	347.485,18	0,00	325.678,80
2745114113	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 3B	26.734,85	368.459,26	0,00	341.724,41
274511411301	R. 1º de Maio e R. Pedro Álvares Cabral	8.357,18	133.665,92	0,00	125.308,74
274511411302	R. Luis Falcão de Sommer (Ilumin. Publica)	1.559,77	23.396,58	0,00	21.836,81
274511411303	R. Luis Falcão de Sommer (Jogos de Água)	3.205,18	47.139,46	0,00	43.934,28
274511411304	R. Luis Falcão de Sommer (Mobiliário Urbano)	3.071,45	5.828,14	0,00	2.756,69
274511411305	R. D. Nuno Álvares Pereira	1.623,01	24.342,76	0,00	22.719,75
274511411306	Bairro Frederico Ulrich	8.918,26	134.086,40	0,00	125.168,14
2745114114	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 4	14.070,54	225.027,68	0,00	210.957,14
274511411401	Rede Aberta Multi-serviços	14.070,54	225.027,68	0,00	210.957,14
2745114115	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 5	40.558,63	651.591,04	0,00	611.032,41
274511411501	Const. Eq. Apoio para Animação - Rest. Bonito	40.558,63	651.591,04	0,00	611.032,41
27451141601	Env. Campos Sintéticos - Arranjos Ext. Z.Env.Pisc.	64.894,25	929.243,04	0,00	864.348,79
27451141602	Env. Campo Relvado e Bancada Poente	17.356,85	223.314,98	0,00	205.958,13
27451141603	Parque Radical	18.073,51	253.352,50	0,00	235.278,99
27451141605	Edif. Apoio aos Campos de Tenis	3.004,56	45.068,39	0,00	42.063,83
27451141606	Parque Infantil - Parque do Bonito	5.466,86	87.451,83	0,00	81.984,97
27451141607	Modulo para Parque Radical	877,45	13.161,66	0,00	12.284,21
274511417	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 7	622,46	39.846,94	0,00	39.224,48
27451141701	Remodelação da Biblioteca Municipal	622,46	39.846,94	0,00	39.224,48
274511418	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 8	7.640,20	107.207,36	0,00	99.567,16
27451141801	Remodelação do Centro Cultural	7.640,20	107.207,36	0,00	99.567,16
274511419	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro)-Op.14-G.Monit.Parc	3.041,68	10.768,13	0,00	7.726,45
274511420	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 15	3.112,39	33.000,72	0,00	29.888,33
27451142001	Centro de Convívio	3.112,39	33.000,72	0,00	29.888,33
274511421	Execução do Parque Verde do Bonito	81.820,76	1.311.855,40	0,00	1.230.034,64
27451142101	Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase	81.820,76	1.311.855,40	0,00	1.230.034,64
274511422	Operação Centro-03-0350-FEDER-023061	15.084,84	184.405,52	0,00	169.320,68
27451142201	ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	15.084,84	184.405,52	0,00	169.320,68
274511423	Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	7.101,39	29.753,92	0,00	22.652,53
27451142301	Médio Tejo - Gestão em SIG	1.363,87	1.363,87	0,00	0,00
27451142303	SAMA - Médio Tejo Online (Rest. Inf. Tecnologicas)	5.737,52	5.737,52	0,00	0,00
27451142304	Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo Des.T.Estratég	0,00	22.652,53	0,00	22.652,53
2745115	PORTUGAL 2020	3.021,97	1.108.237,21	0,00	1.105.215,24
2745115001	Req.Bairro Municipal R.Gen.H.Delgado	1.195,35	286.884,11	0,00	285.688,76
2745115002	Ciclovias - Freguesia S. João Batista	0,00	197.400,72	0,00	197.400,72
2745115003	Remodelação Cine Teatro S. João	0,00	46.667,47	0,00	46.667,47
2745115004	Requalificação Espaços Verdes	0,00	122.430,16	0,00	122.430,16
2745115005	Reabilitação do Mercado Diário	0,00	16.466,63	0,00	16.466,63
2745115006	Recup.Pavilhão Gimnodesportivo Ruy Andrade	1.826,62	438.388,12	0,00	436.561,50
Totais Gerais:		1.705.562,35	27.072.972,41	0,00	25.367.410,06

Os Balancetes apresentados revelam todos os projetos executados pelo Município do Entroncamento que beneficiaram de apoio financeiro quer da administração central (através de contratos-programa) quer da União Europeia, através do FEDER e do FSE.

Assim de acordo com o POCAL os movimentos efetuados através da conta 2745 são:

A crédito

Verbas recebidas ou contratos de financiamento assinados .

A débito

Dando cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, os subsídios para investimento devem ser considerados proveitos diferidos durante a vida útil do investimento. Ou seja, existe uma correlação entre os custos e os proveitos. Assim, o subsídio (proveitos) vai sendo repartido pelos diversos anos em que se utiliza o bem (vida útil).



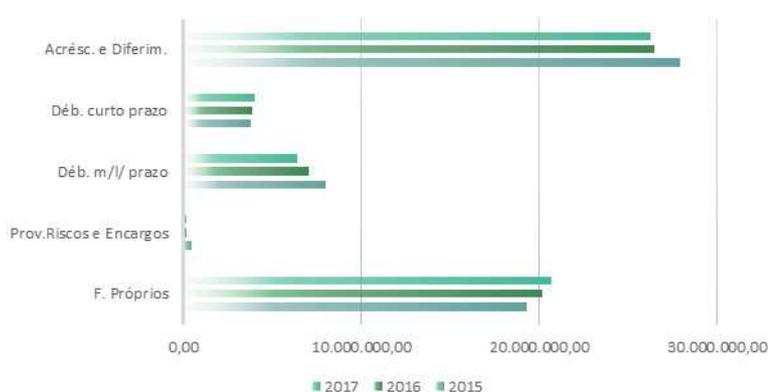
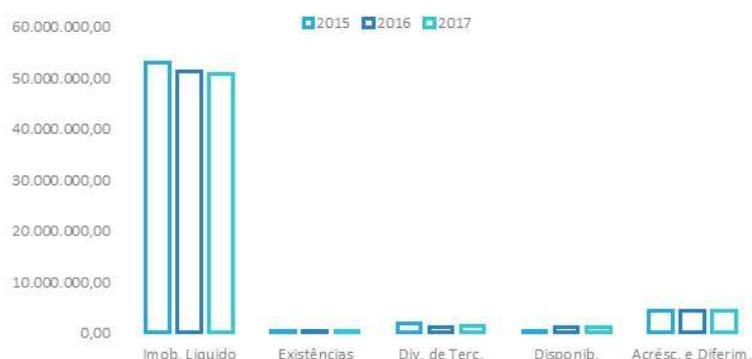
3.2. Evolução do balanço

Activo	2015	2016	2017	Var. 17/16	Fundos próprios + passivo	2015	2016	2017	Var. 17/16
Imobilizado líquido	52.975.238,00	51.152.731,40	50.656.897,66	-0,97%	Fundos próprios	19.291.745,63	20.142.386,27	20.670.804,41	2,62%
Existências	106.606,24	124.646,21	126.448,30	1,45%	Passivo				
Dividas de terceiros	1.739.221,84	1.026.028,99	1.235.694,98	20,43%	Prov. /Riscos e Enc.	473.865,63	164520,55	140.445,55	-14,63%
Disponibilidades	311.858,85	998.684,43	1.053.360,25	5,47%	Débitos m// prazo	7.997.960,62	7.066.792,39	6.389.724,87	-9,58%
Acrésc. e diferimentos	4.307.934,02	4.363.539,42	4.318.432,18	-1,03%	Débitos curto prazo	3.787.694,61	3.822.591,14	3.979.159,48	4,10%
					Acrésc. e diferimentos	27.889.592,46	26.469.340,10	26.210.699,06	-0,98%
Total	59.440.858,95	57.665.630,45	57.390.833,37	-0,48%	Total	59.440.858,95	57.665.630,45	57.390.833,37	-0,48%

O ativo registou uma ligeira redução de 0,48 %.

A rubrica que mais se destaca é o imobilizado líquido que registou uma redução de 0,97 %, ou seja, 495.833,74 €.

Apesar das obras do novo Quadro Comunitário “Portugal 2020” já terem arrancado, a sua execução, não foi suficiente para superar o valor das amortizações ao ano e com isso aumentar o imobilizado líquido.



A rubrica dos fundos próprios registou um aumento de 2,62 % face ao ano anterior, devido ao resultado líquido positivo de 506.758,14 €.

As rubricas do passivo registaram uma redução de 2,14 % (803.2015,22 €), contudo, se a análise for feita apenas considerando o passivo exigível (retirando os acréscimos e diferimentos) regista-se uma redução de 4,93 % (-544.574,18 €) face aos valores registados em 2016.

Os acréscimos e diferimentos registaram uma redução de 0,98 %, devido ao facto de ter sido um ano com poucos recebimentos de fundos comunitários.

3.3. Análise da demonstração de resultados por natureza

Ver mapa no ponto 9.4.

CÓD	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Proveitos			
71	Vendas e prestações de serviços	2.790.166,77	20,39%
72	Impostos e taxas	4.377.740,09	32,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.663.243,50	34,09%
78	Proveitos e ganhos financeiros	24.609,38	0,18%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.825.155,01	13,34%
Total de proveitos		13.680.914,75	100,00%
Custos			
61	Custo das merc. vendidas e matérias consumidas	1.202.323,23	8,79%
62	Fornecimentos e serviços externos	3.326.954,69	24,32%
63	Transferências e subsídios e prestações sociais	283.134,23	2,07%
64	Custos com o pessoal	5.162.180,22	37,73%
65	Custos e perdas operacionais	120.011,05	0,88%
66	Amortizações do exercício	2.776.812,40	20,30%
67	Provisões do exercício	58.279,97	0,43%
68	Custos e perdas financeiros	123.254,30	0,90%
69	Custos e perdas extraordinários	121.206,52	0,89%
Total de custos		13.174.156,61	96,30%
Resultado do exercício		506.758,14	3,70%

O exercício de 2017 terminou com um resultado positivo no valor de 506.758,14 €.

Os proveitos registaram um valor de 13.680.914,75 €, por sua vez, os custos fixaram-se em 13.174.156,61 €, ou seja, 3,70 % abaixo dos proveitos.

As rubricas com maior peso nos proveitos foram “impostos e taxas” e “transferências e subsídios obtidos”. As 2 no seu conjunto representam 66,08 % do total dos proveitos obtidos.

No que diz respeito aos custos as rubricas com maior peso foram: custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, com um peso conjunto de 62,05 % no total de proveitos.

Veja-se de seguida a evolução dos últimos 3 anos:

CÓD	DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	Var. 17/16
Proveitos					
71	Vendas e prestações de serviços	2.990.109,81	2.884.456,74	2.790.166,77	-3,3%
72	Impostos e taxas	4.217.019,58	4.050.201,41	4.377.740,09	8,1%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.490.417,75	4.505.467,09	4.663.243,50	3,5%
78	Proveitos e ganhos financeiros	40.053,52	158.947,32	24.609,38	-84,5%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.109.953,07	2.251.720,30	1.825.155,01	-18,9%
Total de proveitos		13.847.553,73	13.850.792,86	13.680.914,75	-1,23%
Custos					
61	Custo das merc. vendidas e mat.consumidas	1.177.272,49	1.121.702,86	1.202.323,23	7,2%
62	Fornecimentos e serviços externos	3.162.957,18	3.094.374,60	3.326.954,69	7,5%
63	Transf. e subsídios e prestações sociais	206.971,55	179.577,89	283.134,23	57,7%
64	Custos com o pessoal	4.982.222,58	5.029.794,57	5.162.180,22	2,6%
65	Custos e perdas operacionais	83.878,47	100.179,21	120.011,05	19,8%
66	Amortizações do exercício	2.791.426,97	2.579.329,31	2.776.812,40	7,7%
67	Provisões do exercício	109.575,46	195.844,80	58.279,97	-70,2%
68	Custos e perdas financeiros	209.006,37	168.013,43	123.254,30	-26,6%
69	Custos e perdas extraordinários	109.864,55	611.020,05	121.206,52	-80,2%
Total de custos		12.833.175,62	13.079.836,72	13.174.156,61	0,7%
Resultado do exercício		1.014.378,11	770.956,14	506.758,14	

Face ao ano anterior verifica-se:

- Vendas e Prestações de Serviços – Redução de 3,3 % (- 94.289,97 €)
- Impostos e Taxas – Aumento de 8,1 % (327.538,68 €)
- Transferências e Subsídios obtidos – Aumento de 3,5 % (+ 157.776,41 €)
- Proveitos e Ganhos financeiros – Redução de 84,5 % (-134.337,94 €)
- Proveitos e Ganhos extraordinários – Redução de 18,9 % (-426.565,29 €)

A redução registada em “**proveitos e ganhos financeiros**” deve-se ao pagamento dos juros de mora de IMI e IMT dos últimos 12 anos (118.623,80 €). As verbas relativas ao atraso no pagamento destes impostos municipais estavam retidas na Autoridade Tributária, mas o Governo decidiu transferi-las para as câmaras, uma vez que se trata de receitas municipais. Esta verba entrou como proveitos de 2016 e tendo em conta que se tratou de uma situação isolada, não se voltou a verificar em 2017.

Nos “**proveitos e ganhos extraordinários**” destaca-se os seguintes movimentos:

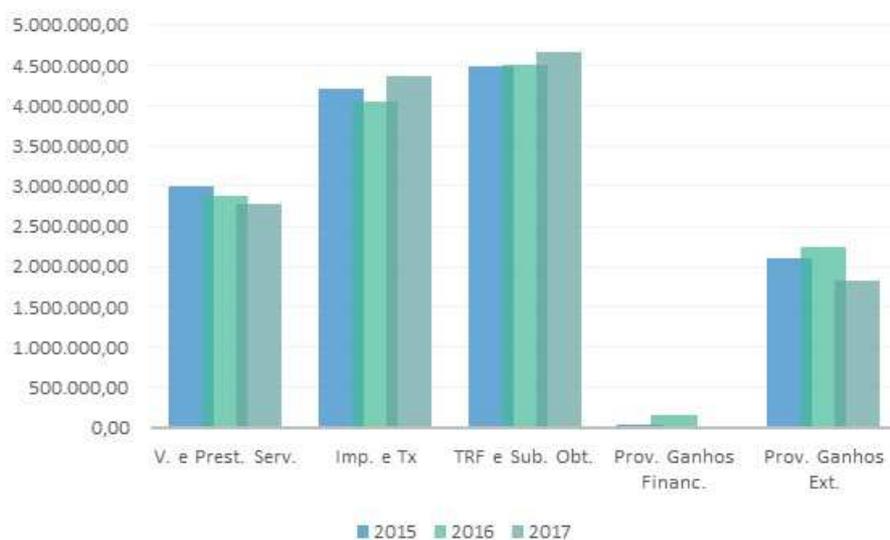
- Acionamento de caução referente a diversos alvarás de loteamento e correção de defeitos em empreitadas (126.468,65 €);
- Patrocínios das Festas da Cidade (14.394,30 €)
- Patrocínio Feira de Abril (2.032,52 €)
- Participação nos resultados da Tagusgás (2.563,49 €)



- Correção na estimativa feita em 2016 para a “Derrama”. A estimativa ficou 36.414,29 € abaixo do que foi efetivamente cobrado.

- Contabilização na rubrica “transferências de capital” da **especialização aos subsídios para investimento** (totalizou 1.542.262,41 €).

De seguida é feita a representação gráfica da evolução das várias rubricas dos proveitos nos últimos 3 anos.



No que diz respeito aos custos verifica-se um aumento de 94.319,89 € face ao ano anterior.

No geral verifica-se o seguinte:

Descrição	Dif. 2017-2016	Dif. %	
Custo das Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	80.620,37	7,19%	↑
Fornecimento e serviços externos	232.580,09	7,52%	↑
Transferências e subsídios concedidos	103.556,34	57,67%	↑
Custos com pessoal	132.385,65	2,63%	↑
Custos e perdas operacionais	19.831,84	19,80%	↑
Amortizações do exercício	197.483,09	7,66%	↑
Provisões do exercício	-137.564,83	-70,24%	↓
Custos e perdas financeiros	-44.759,13	-26,64%	↓
Custos e perdas extraordinárias	-489.813,53	-80,16%	↓
Total	94.319,89		

Da análise do quadro acima verifica-se um aumento generalizado de praticamente todas as rubricas dos custos:

- Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (+ 80.620,37 €)

Esta rubrica contabiliza os materiais que passam pelo armazém municipal. Uma das principais reduções, como se irá ver mais à frente, prende-se com a redução nos consumos para as máquinas e viaturas (gasóleo) e na faturação de água por parte das AVT.

- Fornecimento e serviços externos (+ 232.580,09 €)

Nesta rubrica destaca-se principalmente a rubrica de “Trabalhos Especializados”, a qual obteve um aumento face ao ano anterior no valor de 13,22 %, ou seja, 136.233,46 €. Este aumento deve-se à recolha e tratamento dos efluentes (+ 24,38 %) e Resíduos Sólidos (+8,97 %).

- Transferências e Subsídios Concedidos (+ 103.556,34 €)

Este aumento deve-se principalmente à mudança de contabilização da rubrica “Programa Operacionais” que regista o valor de 75.411,48 € e que diz respeito aos programas CEI e CEI+ do Centro de Emprego, ou seja, pessoal inscrito no Centro de Emprego e que prestou serviço no Município.

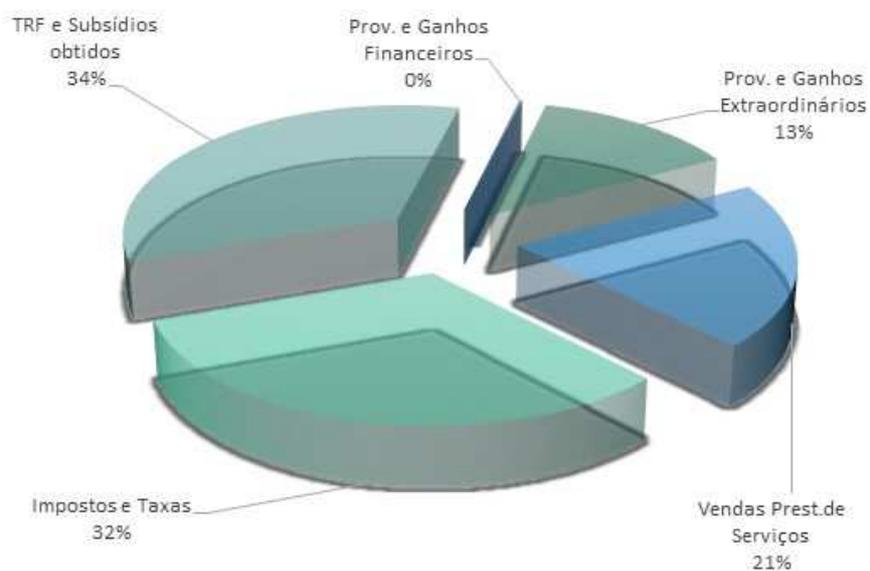
- Custos com Pessoal (+ 132.385,65 €)

Este aumento deve-se a:

- O aumento o salario mínimo nacional de 530 € para 557 €;
- Aumento nos seguros de acidentes de trabalho;
- Aumentos nos outros custos com pessoal, nomeadamente ADSE.

3.3.1 Proveitos

O gráfico seguinte demonstra o peso das rubricas que constituíram em 2017 a base do financiamento do município, no total de proveitos.



De seguida é feita uma análise mais pormenorizada acerca de cada uma das Rubricas dos proveitos.

Vendas e Prestações de Serviços (Conta 71)

A rubrica “vendas e prestações de serviços” registou em 2017 uma redução de 3,38 % face ao ano anterior, ou seja, menos 94.289,97 €.

DESIGNAÇÃO	2017	2016	Variação
Água	888.138,94	903.514,06	-1,73%
Saneamento	576.382,08	586.261,61	-1,71%
Resíduos sólidos	467.896,30	475.799,19	-1,69%
Água - Tarifa Fixa	352.520,83	356.794,99	-1,21%
Fornecimento de Refeições Escolares	118.190,74	122.350,42	-3,52%
Rendas	103.225,83	89.171,61	13,62%
Transportes Urbanos	78.382,87	82.804,39	-5,64%
Parque de Estacionamento - Superfície	57.739,00	56.682,50	1,83%
Parques de estacionamento	32.101,56	29.176,80	9,11%
Piscinas Municipais	22.312,74	24.355,94	-9,16%
Taxa de Recursos Hidricos (Águas)	17.461,45	16.099,20	7,80%
Prolongamento de Horários Escolares	16.577,64	19.902,26	-20,05%
Serviços culturais	14.073,96	13.679,33	2,80%
Actividades Diversas	13.236,38	22.925,23	-73,20%
Taxa de Recursos Hidricos (Saneamento)	10.390,91	10.164,52	2,18%
Electricidade	8.168,13	56.165,31	-587,62%
Trabalhos por conta de particulares	4.860,70	1.806,91	62,83%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3.859,12	2.280,64	40,90%
Fornecimento de Processos de Concursos	3.550,00	1.250,00	64,79%
Campos de Relva Artificial para Futebol	3.299,59	3.940,61	-19,43%
Mercados e feiras	1.918,15	2.090,10	-8,96%
TURE - Venda de cartões/passe	1.048,03	1.215,80	-16,01%
Campos de Ténis	1.043,05	1.858,40	-78,17%
Pavilhão Desportivo Municipal	784,21	1.855,57	-136,62%
Outros	551,99	3.618,74	-555,58%
Outros bens	471,44	71,62	84,81%
Ligação de Ramais e Contratos de Água	154,50	648,90	-320,00%
Livros e documentação Técnica	51,78	82,99	-60,27%
Reembolsos e Restituições	-3.259,28	-953,45	70,75%
Anulações	-4.965,87	-1.157,45	76,69%
TOTAL GERAL	2.790.166,77	2.884.456,74	-3,38%

“Água”, “Saneamento”, “Resíduos Sólidos” e “Tarifa Fixa” são responsáveis por proveitos no valor de 2.284.938,15 € o que significa 79,22 % do total das vendas e prestações de serviços.

“Fornecimento e Refeições Escolares” diz respeito ao valor que os encarregados de educação pagam pelas refeições. O valor manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

“Rendas” com um proveito no valor de 103.225,83 € diz respeito a:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Habitacões	40.733,77
Rendas Bar Salgueiro Maia	6.324,72
Stands Feira Festas da Cidade	16.761,18
Máquinas Vending	585,36
Edifício das Piscinas Antigas	11.365,18
Esquadra da Polícia de Segurança Pública	3.022,56
Bar/Esplanada junto aos Campos Sintéticos	1.247,52
Restaurante do P. Bonito	18.000,00
Arrend.Infr.limp.unidades mini prod.solar fotovolta	5.095,76
Direito de superfície - Bombeiros	89,78
Total	103.225,83

“**Transportes urbanos**” registou um proveito de 78.382,87 €. Face ao ano anterior houve um aumento de 5,64 %.

“**Parque de Estacionamento – Superfície**” refere-se aos proveitos provenientes do contrato de concessão de estacionamento à superfície.

De acordo com os valores comunicados pela Tecnovia – Sociedade de Empreitadas SA, foi faturado em 2017 o valor de 115.478 € cabendo ao município, de acordo com a clausula 5ª do contrato de concessão, o valor de 57.739 €, ou seja, 50 % do valor faturado.

A rubrica “**Parque de Estacionamento**” diz respeito aos proveitos referentes ao Parque de Estacionamento Subterrâneo.

Registou um proveito de 32.101,56 €.

Com as entradas nos recintos desportivos (Piscinas Municipais, Campos Sintéticos, Campos de Ténis e Pavilhão Municipal), registaram-se proveitos no valor de 27.439,59 €.

Impostos e Taxas (Conta 72)

Vd. também pontos 2.3.1.1 a 2.3.1.4.

Da análise do quadro acima verifica-se que os proveitos obtidos na rubrica “*impostos e taxas*” obtiveram um aumento de 8,09 %, ou seja, mais 327.538,68 € quando comparado com o ano anterior.

DESIGNAÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
Impostos Diretos	3.829.164,90	3.651.409,68	4,87%
Imposto municipal sobre imóveis	2.562.848,00	2.554.930,00	0,31%
Imposto único de circulação	447.529,53	421.700,26	6,13%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	648.774,37	561.148,42	15,62%
Derrama	170.013,00	113.631,00	49,62%
Impostos Indiretos	364.577,25	192.497,48	89,39%
Mercados e feiras	23.037,67	9.242,73	149,25%
Loteamentos e obras	313.367,05	73.720,40	325,08%
Ocupação da via pública	13.112,43	43.898,38	-70,13%
Publicidade	2.699,34	2.095,34	28,83%
Outros	12.360,76	63.540,63	-80,55%
Taxas	209.706,82	248.846,25	-15,73%
Mercados e feiras	151.469,61	184.673,88	-17,98%
Loteamentos e obras	17.831,63	35.047,97	-49,12%
Ocupação da via pública	15.381,78	3.937,93	290,61%
Outras	25.023,80	25.186,47	-0,65%
Reembolsos e restituições	-25.704,60	-42.483,54	-39,50%
Anulações	-4,28	-68,46	-
TOTAL GERAL	4.377.740,09	4.050.201,41	8,09%

Na rubrica “**impostos diretos**” verificou-se um aumento de 4,87 % face ao ano anterior, ou seja, mais 177.755,22 €.

A principal diferença vem do “Imposto Municipal sobre Transações” registando um aumento de 87.625,95 € face ao ano anterior.

Os valores registados no IMI e derrama dizem respeito a uma previsão dos valores a cobrar em 2018, ou seja, em relação a estes impostos a receita a arrecadar em 2018 diz respeito a um proveito de 2017.



Na rubrica “**impostos indiretos**” verificou-se um aumento de 89,39 % face ao ano anterior, ou seja, mais 172.079,77 €.

O principal destaque foi para:

- A rubrica “**Loteamentos e Obras**” com um aumento de 239.646,65 € face ao ano anterior.

No que diz respeito às **Taxas** registou-se uma redução de 15,73 %, ou seja, -39.139,43 €.

O valor negativo registado em “reembolsos e restituições” diz respeito aos reembolsos e restituições feitas ao longo de 2017 nos seguintes impostos:

DESIGNAÇÃO	2017
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	18.224,90
Imposto municipal sobre imóveis	6.774,60
Imposto único de circulação	339,34
Ocupação da via pública	289,80
Publicidade	75,96
TOTAL GERAL	25.704,60

Transferências e Subsídios Obtidos (Conta 74)

Esta rubrica regista as transferências que a entidade tem direito, designadamente nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento de Estado respeitante a cada ano económico.

DESIGNAÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
Transferências correntes do Orçamento de Estado	4.139.689,25	3.986.808,70	3,83%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.807.370,00	1.674.627,00	7,93%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	0,00%
Participação no IRS	1.147.754,00	1.101.863,00	4,16%
Outras Transferências Correntes obtidas	909.658,25	935.411,70	-2,75%
Transferências capital do Orçamento de Estado	200.819,00	186.070,00	7,93%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	200.819,00	186.070,00	7,93%
Empresas	322.735,25	332.588,39	-2,96%
TOTAL GERAL	4.663.243,50	4.505.467,09	3,50%

121

Em 2017 o Município obteve proveitos de “Transferências e Subsídios Obtidos” no valor de 4.663.243,50 €, registando uma variação positiva de 3,50 % face ao ano anterior.

No que diz respeito ao Fundo de Equilíbrio Financeiro verifica-se um aumento quer em transferências correntes quer em transferências de capital.

Em relação ao Fundo Social Municipal não se registaram variações, ou seja, os valores foram iguais aos do ano anterior.

A Participação no IRS regista um aumento de 4,16 % face ao ano anterior, ou seja, mais 45.891,00 €.

O valor em causa diz respeito à receita que o Município irá efetivamente receber em 2018 mas que é considerado como um proveito de 2017 (MAPA XIX do OE 2018).

Os proveitos registados na rubrica “outras transferências correntes” dizem respeito a:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Ministério Educação Ciência - Pessoal N/ Docente	575.263,60
DREL - Acordo Cooper. Pré-Escolar	117.316,17
Ministério Educação Ciência-Gestão Parque Escolar	67.434,15
DREL - Enriquecimento curricular (AEC)	66.154,91
C. Emprego T. Novas - Programa Inserção CEI +	40.606,50
ISS - Instituto da Segurança Social	25.479,48
IEFP - GIP	10.717,42
IMT-Instituto da Mobilidade e dos Transportes	4.906,00
DREL - Refeições Escolares (1º Ciclo)	973,05
Direcção-Geral Administ. Interna - Adm. Eleitoral	806,97
TOTAL GERAL	909.658,25

Proveitos e Ganhos Financeiros (Conta 78)

Em 2017 registou-se proveitos desta natureza no valor de 24.609,38 €, tal como demonstra o quadro seguinte.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
78	Proveitos e ganhos financeiros	120.619,71	145.229,09	0,00	24.609,38
781	Juros obtidos	120.619,71	128.638,18	0,00	8.018,47
7812	Juros de mora	120.512,20	127.513,28	0,00	7.001,08
7813	Juros compensatórios	107,51	1.124,90	0,00	1.017,39
783	Rendimentos de imóveis	0,00	16.189,30	0,00	16.189,30
7831	Terrenos e recursos naturais	0,00	16.189,30	0,00	16.189,30
784	Rendimentos de participações de capital	0,00	401,61	0,00	401,61
7843	FAM - FUNDO APOIO MUNICIPAL	0,00	401,61	0,00	401,61
Totais Gerais:		120.619,71	145.229,09	0,00	24.609,38

122

Deste valor 8.018,47 € correspondem a juros obtidos, 16.189,30 € a rendas de imóveis e 401,61 € referente a rendimentos de participações de capital.

O proveito registado em rendimentos de imóveis diz respeito à renda de terrenos pela instalação de antenas de empresas de telemóveis.

Comparando com o ano anterior verificou-se uma redução dos proveitos desta natureza em 84,52 %, tal como demonstra o quadro abaixo:

Designação	2017	2016	Varição
Juros bancários	0,00	18,08	-100,00%
Juros de mora / compensatórios	8.018,47	148.019,80	-94,58%
Rendimentos de imóveis	16.189,30	10.909,44	48,40%
Rendimentos de participações de capital	401,61	0,00	0,00%
Total Geral	24.609,38	158.947,32	-84,52%

Esta redução deve-se ao pagamento dos juros de mora de IMI e IMT dos últimos 12 anos (118.623,80 €) no ano anterior. As verbas relativas ao atraso no pagamento destes impostos municipais estavam retidas na Autoridade Tributária, mas o Governo decidiu transferi-las para as câmaras, uma vez que se trata de receitas municipais. Tratou-se de uma situação pontual que em 2017 já não se verificou.

Na rubrica “juros de mora / compensatórios” são registados os juros cobrados pelo município a entidades por atrasos no pagamento nas vendas e prestações de serviços e compensações por atrasos na liquidação de impostos (IMI, IMT, IUC).

Proveitos e Ganhos Extraordinários (Conta 79)

Designação	Valor
Ganhos em existências	3.528,70
Outros	3.528,70
Alienação de imobilizações corpóreas	12.063,10
Terrenos no cemitério	12.063,10
Benefícios de penalidades contratuais	2.432,04
Multas	378,00
Taxas de Relaxe	2.052,20
Multas - Estacionamento	1,84
Reduções de amortizações e provisões	30.195,43
Provisões	30.195,43
Correções relativas a exercícios anteriores	79.005,21
Reposições não abatidas aos pagamentos	748,13
Outros	78.257,08
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.697.930,53
Transferências de capital	1.542.262,41
Iva cobrado	531,90
Outros	155.136,22
Total Geral	1.825.155,01

Na rubrica “Transferências de Capital”

Contabilização da **especialização aos subsídios para investimento** (totalizou 1.542.262,41 €).

Na medida em que forem sendo amortizados os imobilizados objeto de comparticipação comunitária, é transferida para a conta em questão o valor da amortização desses investimentos na percentagem do financiamento que obteve.

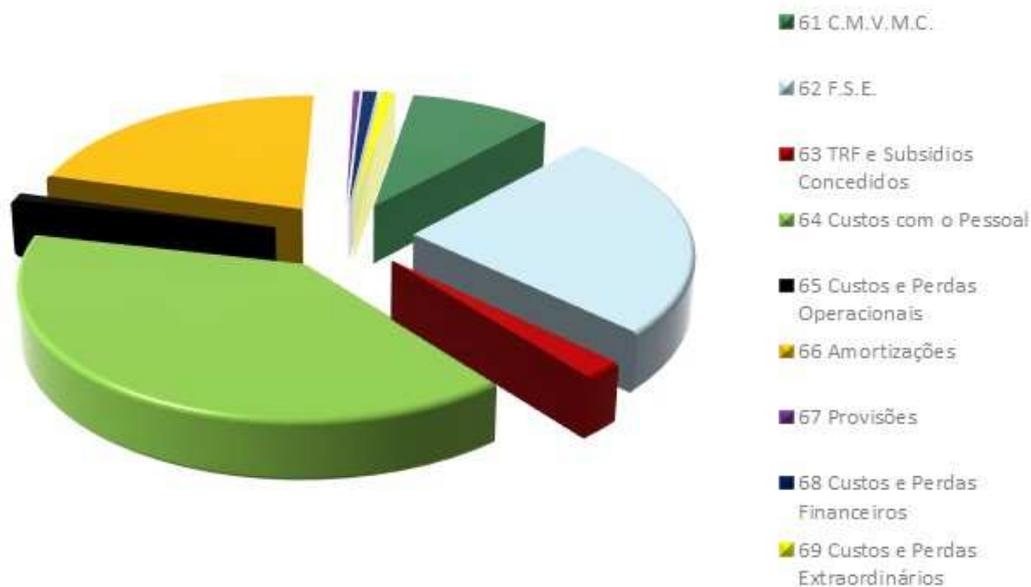
Na rubrica “Outros – proveitos e ganhos extraordinários (155.136,22 €)”:

- Acionamento de caução referente a diversos alvará de loteamento e correção de defeitos em empreitadas (126.468,65 €);
- Patrocínios das Festas da Cidade (14.394,30 €)
- Patrocínio Feira de Abril (2.032,52 €)
- Participação nos resultados da Tagusgás (2.563,49 €)

Na rubrica “Outros- Correções de Exercícios Anteriores” destaca-se a correção na estimativa feita em 2016 para a “Derrama”. A estimativa ficou 36.414,29 € abaixo do que foi efetivamente cobrado.

Na rubrica “Provisões” houve a anulação de provisões feitas em anos anteriores relacionadas com dividas e terceiros (6.120,43 €) e processos judiciais em curso (24.075 €), uma vez que o risco no final do ano já não se verificava.

3.3.2. Custos



Analisando o gráfico, conclui-se que existem 2 rubricas que constituem a base de funcionamento corrente do município: “custos com pessoal” e “fornecimentos e serviços externos”.



Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (Conta 61)

O CMVMC é obtido a partir da fórmula:

$$\text{CMVMC} = \text{Existências iniciais} + \text{Compras} - \text{Existências Finais}$$

São assim considerados custos do exercício, o valor das mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e diversas que estavam em armazém no início do ano, adicionadas às compras e subtraídas das que ficaram em armazém no final do ano.

125

Em 2017 esta rubrica registou um custo no valor de 1.202.323,23 € distribuído por:

Mercadorias: 991.658,80 €

Refere-se ao valor cobrado pelas Águas do Vale do Tejo relativamente ao consumo de água.

Em relação ao ano anterior verifica-se um aumento de 86.525,78 €.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: 210.664,43 €

Refere-se ao consumo de materiais para garantir o bom funcionamento dos serviços municipais.

Do valor acima referido 116.539,15 € (55,32 %) corresponde ao consumo de gasóleo pelas viaturas municipais.

Fornecimentos e Serviços Externos (Conta 62)

A conta 62 – Fornecimentos e serviços externos, regista, a débito despesas com:

- As aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis;
- Serviços prestados por entidades externas;

Já nos referimos a estas despesas no ponto 2.4.1.2. colocando a ênfase no aspeto orçamental, e justificando o conteúdo das rubricas mais importantes.

Existem diferenças entre os dois mapas, tendo em conta os princípios organizativos de que cada um deles parte.

DESIGNAÇÃO	2017	2016	Variação
Trabalhos especializados	1.030.545,85	894.312,39	13,22%
Electricidade	795.934,12	836.772,45	-5,13%
Outros fornecimentos e serviços	612.077,70	647.284,88	-5,75%
Conservação e reparação	332.520,88	206.322,47	37,95%
Encargos de cobrança	86.515,20	88.730,57	-2,56%
Comunicação	86.330,74	82.135,91	4,86%
Combustíveis	82.444,73	108.540,86	-31,65%
Honorários	67.489,98	64.209,67	4,86%
Rendas e alugueres	57.790,48	34.281,70	40,68%
Seguros	51.475,91	49.938,00	2,99%
Vigilância e segurança	42.121,52	43.889,63	-4,20%
Limpeza, higiene e conforto	36.350,17	2.238,89	93,84%
Publicidade e propaganda	14.025,14	8.314,51	40,72%
Artigos para oferta	8.524,31	6.624,14	22,29%
Contencioso e notariado	5.569,05	1.257,77	77,41%
Ferramentas e utensílios	5.366,09	5.918,24	-10,29%
Deslocações e estadas	5.218,28	5.505,87	-5,51%
Despesas de representação	2.793,82	1.330,42	52,38%
Material de escritório	2.787,17	4.998,52	-79,34%
Outros fluídos	1.027,65	212,18	79,35%
Livros e documentação técnica	45,90	1.555,53	-3288,95%
TOTAL GERAL	3.326.954,69	3.094.374,60	6,99%

Esta conta registou custos no valor de 3.326.954,69 €, representando um aumento de 6,99 % face ao ano anterior.



Analisando o quadro da folha anterior pode-se verificar que as maiores despesas foram ao nível de:

- Trabalhos Especializados
- Eletricidade
- Outros Fornecimentos e Serviços
- Encargos de Cobrança
- Conservação e Reparação
- Combustíveis

127

Estas despesas representam 91 % do total das aquisições de bens e serviços.

Na rubrica “**Trabalhos especializados**” são contabilizados serviços que a CME não consegue superar pelos seus próprios meios e por isso tem de recorrer a entidades externas.

A sua composição era a seguinte:

DESIGNAÇÃO	2017	2016	Variação
Recolha e Tratamento de Efluentes	540.478,27	408.703,66	24,38%
Tratamento de Resíduos Sólidos	301.554,16	274.502,95	8,97%
Contratos de manutenção e assistência técnica	67.311,18	78.619,57	-16,80%
Outros	59.768,00	61.160,26	-2,33%
Trabalhos de impressão	35.178,45	32.849,59	6,62%
Serviços jurídicos e contabilísticos	35.178,45	14.620,97	58,44%
Serviços Informáticos	12.853,44	2.723,22	78,81%
Serviços de ensaios e análises técnicas	7.903,98	2.154,50	72,74%
Inspeções de viaturas	2.142,76	2.188,17	-2,12%
Serviços de arquitectura e engenharia	0,00	16.789,50	0,00%
TOTAL GERAL	1.062.368,69	894.312,39	15,82%

Existem 3 rubricas responsáveis por 85,60 % dos custos verificados em “trabalhos especializados” são elas:

Recolha e tratamento e efluentes – Refere-se ao tratamento de águas residuais.

Face ao ano anterior verifica-se um aumento de 24,38 %, ou seja, mais 131.774,61 €.

Tratamento de Resíduos Sólidos – Refere-se à recolha e tratamento de resíduos sólidos pela Resitejo. Face ao ano anterior verificou-se um aumento de 8,97 %, ou seja, mais 27.051,21 €.

Este aumento deve-se à atualização dos preços por parte da Resitejo.

Contratos de manutenção e assistência técnica – Refere-se principalmente aos custos inerentes à utilização dos programas da AIRC e respetiva assistência, contrato referente ao registo eletrónico de assiduidades, contrato de manutenção de elevadores.



Outros – Refere-se principalmente ao contrato de desmaterialização e gestão de processos de interação com os municípios e prestações de serviços para corte e limpeza de vegetação em vários pontos da cidade.

No que diz respeito à “**eletricidade**” a rubrica divide-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	2017	2016	Variação
Iluminação Pública - Electricidade	465.719,39	459.776,14	1,28%
Piscinas Municipais - Electricidade	33.474,93	35.593,89	-6,33%
Escola Básica do Bonito	26.923,25	27.377,94	-1,69%
Parque de Estac. Subterraneo - Electricidade	26.289,44	21.643,76	17,67%
E.E. Centro de Convívio	25.377,31	31.617,94	-24,59%
Ed. P. do Conc. - Electricidade	25.339,73	23.864,80	5,82%
Escola Básica da Zona Verde - Electricidade	24.920,78	17.636,82	29,23%
Campo de Jogos - Electricidade	24.802,21	22.542,70	9,11%
Outras Instalações - Electricidade	23.796,36	32.875,18	-38,15%
Mercado Diário - Electricidade	16.998,29	18.510,62	-8,90%
Edifício do DUOP - Electricidade	13.968,81	14.708,44	-5,29%
Centrais Elevatórias (ETAR) - Electricidade	12.861,70	62.696,31	-387,47%
Centro Escolar Sul (Escola António Gedeão)	11.320,55	11.107,31	1,88%
Pavilhão Polidesportivo - Electricidade	11.035,88	11.183,61	-1,34%
DEVA - Electricidade	9.064,14	2.616,27	71,14%
Oficinas e Viaturas - Electricidade	7.491,89	7.542,53	-0,68%
Jl Sophia de Mello Breyner - Electricidade	7.345,72	8.689,30	-18,29%
Recinto Multiusos - Electricidade	5.352,37	4.978,54	6,98%
Centro de Convívio - Electricidade	4.703,50	4.709,97	-0,14%
Serv. Culturais - R. Junta Freguesia (2º andar)	4.415,50	4.926,41	-11,57%
Biblioteca Municipal - Electricidade	3.752,14	3.967,69	-5,74%
Escola Primária Nº 2 (EB) - Electricidade	3.208,97	1.683,32	47,54%
Centro Cultural - Electricidade	2.230,59	718,05	67,81%
CENPRE e GIP - Electricidade	1.475,03	1.947,10	-32,00%
Escola Primária Nº 3 (EB) - Electricidade	1.395,44	1.352,24	3,10%
Cemitério - Electricidade	1.356,52	1.027,87	24,23%
Cine-teatro S. João - Electricidade	892,17	817,14	8,41%
Escola de Trânsito - Electricidade	421,51	409,73	2,79%
Fontes Ornamentais	0,00	250,83	0,00%
TOTAL GERAL	795.934,12	836.772,45	-5,13%

85,80%

Os custos com “**eletricidade**” registaram um valor de 795.934,12 € o que significa uma redução de 5,13 % face ao ano anterior. Esta redução teve origem no ponto de entrega “Centrais Elevatórias (ETAR)”, o qual, passou a ser faturado diretamente às Águas do Vale do Tejo, situação que não acontecia em anos anteriores.

Existem 9 rubricas responsáveis por 85,80 % do total do custo.

A rubrica “**outras instalações**” respeita a semáforos, jardins, fontes na Rua Falcão de Sommer e Largo José Duarte Coelho, iluminação das passagens inferiores da via férrea, entre outros.



A composição da conta “outros fornecimentos e serviços” era a seguinte:

DESIGNAÇÃO	2017	2016	Variação
Actividades culturais e turísticas	197.460,56	132.824,81	32,73%
Refeições	182.644,16	187.324,01	-2,56%
Serviços de educação	62.090,94	65.710,07	-5,83%
Produtos Alimentares	34.025,01	26.290,23	22,73%
Livros Escolares	29.165,45	11.045,65	0,00%
IMI - Transferência para as Freguesias	24.295,48	25.630,46	0,00%
Material escolar	21.916,98	1.807,10	91,75%
Outros	17.403,11	15.133,73	13,04%
Árvores, Plantas e Flores	11.124,25	5.607,68	49,59%
Encargos c/ Cobrança de Água - CTT	5.467,02	6.135,54	-12,23%
Cursos/Formações/Seminários	4.615,70	2.229,19	51,70%
Numeros de Policia e Placas Toponimicas	2.892,49	503,50	82,59%
Jornais e Revistas	2.710,71	3.092,43	0,00%
Material Desportivo, Cultural e Recreativo	2.386,46	4.086,06	-71,22%
Tintas / Div. Mat. de Preparação	2.283,82	1.679,88	26,44%
Despesas com Alojamentos	1.899,20	443,00	76,67%
Condomínios	1.767,72	1.419,96	19,67%
Artigos de Decoração	1.538,18	453,87	70,49%
Bolsas de Estudo	1.267,98	4.134,56	-226,07%
Passes de Estudante	1.065,62	919,25	13,74%
Indemizações a Terceiros	823,57	3.033,96	-268,39%
Portagens	748,01	317,89	57,50%
Chaves, Fechaduras, e Cadeados	744,80	1.502,21	-101,69%
Fundos Bibliograficos e Audiovisuais	480,08	100,86	78,99%
Copos, Talheres, Pratos, Toalhas, Outros	346,01	530,03	-53,18%
Material eléctrico	312,14	0,00	100,00%
Informática - Acessórios	271,41	151,95	44,01%
Direitos de Autor	145,00	5.056,05	-3386,93%
Produtos Farmaceuticos	131,99	455,65	-245,22%
Material Didático	53,85	21,16	60,71%
Cativação no F.E.F. - DGAL	0,00	1.859,00	0,00%
Centro de Emprego	0,00	137.154,16	0,00%
Emolumentos	0,00	0,00	0,00%
Produtos Quimicos	0,00	0,73	0,00%
Sementes, Fertilizantes e Pesticidas	0,00	174,90	0,00%
Ato Isolado	0,00	400,00	0,00%
Material Honorifico e de Representação	0,00	55,35	0,00%
TOTAL GERAL	612.077,70	647.284,88	-5,75%

82,57%



Da análise do quadro da folha anterior verifica-se que existiram 5 rubricas responsáveis por 82,57 % do total dos custos apurados.

Nas “**atividades culturais e turísticas**” estão incluídos os custos com as festas da cidade e outros espetáculos culturais que ocorreram ao longo do ano de 2017. Quando comparado com o ano anterior verifica-se um aumento de 32,73 %.

Em relação às “**refeições**” diz respeito ao fornecimento de refeições para os jardim-de-infância e Escolas Primárias. Este serviço é feito pela UNISELF e registou uma redução de 2,56 % face ao ano anterior.

Na rubrica “**serviços de educação**” estão incluídos custos com prestações de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento.

Na rubrica “**produtos alimentares**” estão os custos provenientes do cartão entroncamento solidário, o qual, atribui produtos alimentares a pessoas carenciadas.

A rubrica “**Livros Escolares**” refere-se aos custos com o programa Estudar na Cidade, onde foi oferecido os livros de fichas ao pré-escolar e um vale de 30 € ao 2º e 3º ciclo para aquisição de livros e material escolar. O custo foi de 29.165,45 €

“Conservação e reparação” conforme o próprio nome indica, inclui custos com a manutenção dos diversos equipamentos e edifícios, a saber:

DESIGNAÇÃO	2017
Edifícios e outras construções	217.098,94
Parques e Jardins - Cons. Reparação	86.321,05
Rede Viária - Cons. Reparação	25.288,99
Campo de Jogos Municipal - Cons. Reparação	18.940,61
Piscinas Municipais - Cons. Reparação	18.062,11
Habitação Social - Cons. Reparação	14.466,31
Escola Básica Zona Verde	6.958,98
Rede de Esgotos - Cons. Reparação	5.648,52
Cemitério - Cons. Reparação	4.805,57
Escola Básica do Bonito	4.648,92
Passagem Inferior - Cons. Reparação	4.504,56
Rede de Águas - Cons. Reparação	4.068,97
Edifício do D.U.O.M. - Cons. Reparação	3.835,59
Edifício Paços do Concelho - Cons. Reparação	3.573,47
Edifício Restaurante/Bar/Esplanada Bonito	2.911,71
Escola Dr. Ruy de Andrade - Cons. Reparação	2.838,23
Escola Básica António Gedeão	2.027,82
Pavilhão Desportivo - Cons. Reparação	2.011,88
P. de Estacion. (P. Salg. Maia) - Cons. Reparação	1.409,02
Outros - Cons. Reparação	1.198,02
Recinto Multiusos - Cons. Reparação	972,75
Campo de Ténis - Cons. Reparação	572,90
Oficinas Municipais - Cons. Reparação	473,53
Centro Cultural - Cons. Reparação	410,50
Jardim Infância Sophia Mello Breyner	338,69
Abrigos Tures	296,14
CENPRE	206,17
Mercado Municipal - Cons. Reparação	193,17
Edifício da Biblioteca Municipal - Cons. Reparação	110,71
Posto Turismo - Cons. Reparação	1,60
Centro de Convívio - Cons. Reparação	1,25
Cine-teatro S. João - Cons. Reparação	1,20
Equipamento básico	13.204,71
Serviço de parques e jardins	8.948,96
Serviço de desporto	2.193,57
Serviço de obras	751,47
Serviço de águas	609,59
Serviço de resíduos sólidos	444,97
Serviço de saneamento	256,15
Equipamento de transporte	74.310,09
Serviço de resíduos sólidos	27.815,23
TURE'S	22.936,81
Serviços de obras	10.136,30
Serviço de parques e jardins	4.143,77
Serviço de desporto	3.409,83
Serviço de águas	2.218,61
Presidência	1.492,64
Serviço de saneamento	690,12
Serviço de cultura	652,97
Serviço de eletricidade	357,93
ESER - escola de trânsito	173,91
Serviço de proteção civil	124,86
Serviços administrativos	90,00
Ação social - CPCJ	64,61
Equipamento de transporte - Outros	2,50
Serviço de educação	0,00
Ferramentas e utensílios	6,90
Equipamento administrativo	2,50
Outras conservações e reparações	27.897,74
TOTAL GERAL	332.520,88



Na rubrica “conservação e reparação” registou-se um custo de 332.520,88 €. Face ao ano anterior registou-se um aumento de 37,92 %, ou seja, mais 126.098,41 €.

Designação	2017	2016	Variação
Edifícios e outras construções	217.098,94	74.568,02	65,65%
Equipamento básico	13.204,71	17.385,38	-31,66%
Equipamento de transporte	74.310,09	68.932,87	7,24%
Outros	27.907,14	45.536,20	-63,17%
Total	332.520,88	206.422,47	37,92%

Vejamos agora outras contas com subdivisões e respetivos custos suportados em 2017:

DESIGNAÇÃO	2017
Combustíveis	82.444,73
Gás	79.509,80
Outros	2.097,05
Gasóleo	837,88
Rendas e alugueres	57.790,48
Edifícios	17.304,00
Terrenos	10.248,00
Outros	29.762,20
Escola Camões	476,28
Comunicação	86.330,74
Serviços Postais	59.382,25
Comunicações Fixas	8.018,85
Comunicações Móveis	7.615,97
Internet	7.392,74
Outras	3.170,93
Rádio comunicações	750,00
Seguros	51.475,91
Seguros de Máquinas e Viaturas	25.119,53
Responsabilidade Civil	6.520,27
Bombeiros	5.484,73
Multirriscos	5.301,53
Atividades Culturais e Desportivas	8.544,51
Autarcas	505,34
Centro de Emprego	0,00
Publicidade e propaganda	14.025,14
Jornais	5.812,51
Diário da Republica	3.600,13
Rádios	3.075,00
Outros	1.537,50
Limpeza, higiene e conforto	36.350,17
Mercado Municipal	27.724,20
Piscina Municipal	6.844,95
Outros	1.781,02
Vigilância e segurança	42.121,52
Parque de Estacionamento	10.627,80
Mercado Semanal	17.576,00
Guardas Noturnos	10.800,00
Festas da Cidade	1.060,00
Educação	502,23
Desporto	677,04
Oficinas Municipais	572,05
Outros	306,40



Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (Conta 63)

Refere-se aos apoios atribuídos a entidades diversas (coletividades, clubes, associações).
Vd. ponto 2.4.1.4 e mapa nominal no ponto 8.3.4 dos Anexos ao Balanço

DESIGNAÇÃO	2017	%
Instituições sem fins lucrativos	95.905,02	33,87%
Programas Ocupacionais	75.411,48	26,63%
Municípios	46.329,42	16,36%
Outros	27.000,00	9,54%
Freguesias	24.781,63	8,75%
Outras (Famílias)	8.788,73	3,10%
Associações de municípios	4.917,95	1,74%
TOTAL GERAL	283.134,23	100,00%

133

Registou em 2017 custos no valor de 283.134,23 €.

Estes custos tiveram origem em:

“Instituições sem fins lucrativos” diz respeito aos apoios concedidos aos clubes e outras entidades sem fins lucrativos.

Os 95.905,02 € dizem respeito às seguintes entidades:

Entidade	Total Anual
APOIOS PERMANENTES	85.150,00
Academia Cultural e Recreativa Dança Entroncamento	1.440,00
Associação Escoteiros de Portugal-Grupo 84	1.620,00
Associação Filarmónica e Cultural	4.560,00
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	660,00
Casa do Benfica	3.360,00
Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE)	7.740,00
Centro Recreativo do Casal do Grilo	2.640,00
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	14.520,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	14.520,00
Conferência de S. Vicente Paulo da Paroquia de N. Sr. Fátima	5.340,00
Conferência S. João Batista - Paroquia da Sagrada Família	500,00
Corpo Nacional de Escutas- Agrup.(542)	1.620,00
Entrocartes	190,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas	5.160,00
Grupo Recreativo 1º de Outubro 1911	2.400,00
Liga dos Combatentes- núcleo regional Entroncamento	480,00
Núcleo de Andebol do Entroncamento	900,00
Núcleo Sportinguista	840,00
Orfeão do Entroncamento	1.680,00
Outonos da Vida	460,00
União Futebol do Entroncamento	14.520,00
APOIOS PONTUAIS	10.755,02
Clube Amador de Pesca do Entroncamento	500,00
Núcleo Sportinguista do Entroncamento	6.120,40
Casa do Pessoal do Município do Entroncamento	239,62
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	1.500,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	1845
Academia Cultural e Recreativa Dança Entroncamento	300
Gabinete de Apoio à Vítima	250
TOTAL GERAL	95.905,02



A rubrica “**Programas Operacionais**” registou um custo de 75.411,48 € e diz respeito aos programas CEI e CEI+ do Centro de Emprego, ou seja, pessoal inscrito no Centro de Emprego e que prestou serviço no Município.

“**Municípios**” refere-se à comparticipação que coube ao município na gestão do canil intermunicipal.

“**Outros – Admin. Local – Continente**” refere-se aos apoios deliberados para a Associação dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento

“**Freguesias**” diz respeito ao contrato de delegação de competências nas Juntas de Freguesia (manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, entre outros).

“**Outras entidades**” refere-se principalmente aos seguintes apoios:

- Encoprof = 3.360 €
- Agrupamento de Escolas Cidade Ferroviária = 5.427,33 € (referente ao subsídio do ensino pré-escolar e visitas de estudo efetuadas ao longo de 2017).
- Bolsas de Estudo (1.811,40 €)

“**Associação de Municípios**” refere-se aos projetos desenvolvidos pela CIMT.

Custos com o Pessoal (Conta 64)

As despesas com o pessoal em 2017 atingiram o valor de 5.162.180,22 €, registando um aumento de 2,56 % relativamente ao ano de 2016.

DESIGNAÇÃO	2017	%	2016	%	Variação
Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	266.781,29	5,2%	241.961,90	4,8%	9,30%
Remuneração Mensal	215.645,61	4,2%	195.120,57	3,8%	9,52%
Despesas de Representação	31.251,24	0,6%	30.500,37	0,6%	2,40%
Ajudas de Custo	174,47	0,0%	115,31	0,0%	0,00%
Senhas de Presença	4.669,95	0,1%	5.700,44	0,1%	-22,07%
Membros da Assembleia	15.040,02	0,3%	10.525,21	0,2%	30,02%
Remunerações do pessoal	3.354.632,44	65,0%	3.329.986,80	66,2%	0,73%
RCTFP por tempo indeterminado	3.354.632,44	65,0%	3.312.584,66	64,2%	1,25%
Pessoal com contrato a termo certo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Estágios profissionais	0,00	0,0%	17.402,14	0,3%	-
Suplementos de remunerações	385.268,90	7,5%	365.948,03	7,3%	5,01%
Trabalho extraordinário	7.847,83	0,2%	4.034,42	0,1%	48,59%
Trabalho em regime de turnos	76.186,67	1,5%	73.149,58	1,4%	3,99%
Abono para falhas	24.680,60	0,5%	24.427,74	0,5%	1,02%
Subsídio de refeição	267.544,63	5,2%	254.743,93	4,9%	4,78%
Ajudas de custo	8.481,22	0,2%	7.425,04	0,1%	12,45%
Vestuário e artigos pessoais	527,95	0,0%	2.167,32	0,0%	-310,52%
Outros suplementos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Prestações sociais directas	22.322,27	0,4%	24.166,20	0,5%	-8,26%
Subsídio familiar a crianças e jovens	15.550,98	0,3%	16.536,44	0,3%	-6,34%
Outras prestações familiares	6.771,29	0,1%	7.629,76	0,1%	-12,68%
Pensões	0,00	0,0%	4.917,10	0,1%	-
Encargos sobre remunerações	854.873,24	16,6%	841.419,94	16,7%	1,57%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	66.953,85	1,3%	31.091,29	0,6%	53,56%
Outros custos com o pessoal	211.348,23	4,1%	190.303,31	3,8%	9,96%
TOTAL GERAL	5.162.180,22	100,0%	5.029.794,57	100,0%	2,56%

A rubrica “**Remunerações de pessoal a tempo indeterminado**” com uma despesa de 3.354.632,44 € regista uma variação positiva de 1,25 % face ao ano anterior. Em 31/12/2017 o Município tinha 310 funcionários (não considerando o executivo).

O aumento do salário mínimo nacional de 530 € para 557 €, ou seja, mais 27 € mensais justifica o aumento registado.

Em 2015 não se registaram quaisquer admissões a termo certo, sendo que todos os funcionários têm um contrato por tempo indeterminado.

A rubrica “**estágios profissionais**” não registou custos, uma vez que não houve estágios profissionais.



Os “**suplementos de remunerações**” tiveram um aumento de 19.320,87 € face ao ano anterior.

Nesta rubrica destaca-se o aumento horas extraordinárias em 3.813,41 € e o consequente aumento do trabalho em regime de turnos em 3.037,09 €.

De destacar ainda o aumento da rubrica “**subsídio de refeição**” em 12.800,70 €. Este aumento é o reflexo do aumento do subsídio de refeição de 4,27 € para 4,52 € em janeiro e depois para 4,77 € no mês de agosto.

Encargos sobre remunerações

Os “encargos com remunerações” registaram um aumento de 1,57 %, ou seja, 13.453,30 €.

Inclui-se nesta rubrica os encargos da entidade patronal à Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, estando diretamente relacionada com o nº de funcionários ao serviço.

Outros Custos com Pessoal

A rubrica “**outros custos com pessoal**” refere-se a despesas com:

- Verbas retidas nas transferências do OE para o Serviço Nacional de Saúde (art.144 da Lei nº 42/2016 de 31 dezembro. O valor retido ascendeu a 89.085,33 €.
- Encargos com RO’S que se traduzem em despesas dos beneficiários da ADSE no setor publico e privado (com acordos com a ADSE). Em 2017 o município suportou encargos desta natureza no valor de 81.611,08 €.
- Outros encargos com saúde pagos juntamente aos vencimentos no valor de 40.651,82 €.

Outros Custos e Perdas Operacionais (Conta 65)

Relativamente aos “outros custos e perdas operacionais” atingiram um valor 120.011,05 €.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
65	Outros custos e perdas operacionais	125.325,18	5.314,13	120.011,05	0,00
651	Impostos e taxas	79.705,44	5.314,13	74.391,31	0,00
6511	Imposto sobre o rendimento	622,67	0,00	622,67	0,00
6512	Outros impostos	79.082,77	5.314,13	73.768,64	0,00
65121	Imposto Municipais S/ Imóveis	2.413,94	0,00	2.413,94	0,00
65122	Contribuição Audio Visual - L30/2003	3.163,36	179,09	2.984,27	0,00
65123	Taxa de Recursos Hídricos	44.560,89	3.755,88	40.805,01	0,00
65127	Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)	23.207,09	111,39	23.095,70	0,00
651299	Outros impostos e taxas	5.737,49	1.267,77	4.469,72	0,00
652	Quotizações	45.619,74	0,00	45.619,74	0,00
6523	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL MEDIO TEJO	36.913,32	0,00	36.913,32	0,00
6524	ANMP	4.815,78	0,00	4.815,78	0,00
6526	AMVT - Associação Municípios do Vale Tejo	3.890,64	0,00	3.890,64	0,00
Totais Gerais:		125.325,18	5.314,13	120.011,05	0,00

As despesas referentes ao “**IMI**”, referem-se à fração onde atualmente funcionam alguns serviços como é o caso da CPCJ e ao terreno onde está inserido a Escola Básica do Bonito.

“**Taxa de recursos hídricos**” é um custo suportado pelo município, que visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

“**Taxa de Gestão de Resíduos**” é um custo suportado pelo município e que é cobrado pela Resitejo. Esta taxa está de acordo com a alínea a), do nº 3, do artigo 16.º da Lei 82-D/2014 de 31 de dezembro de 2014.

“**Quotizações**” regista um custo de 45.619,74 €.

A ADIRN não procedeu à faturação da quotização apesar do Município ainda fazer parte da mesma.

A quotização da CIMT, ANMP e AMVT compõem o valor acima referido.

Amortizações do Exercício (Conta 66)

Diz respeito às amortizações sobre o imobilizado registado nas contas da classe 4 do plano de contas, a saber:

- 42 – Imobilizado corpóreo
- 43 – Imobilizado incorpóreo
- 45 – Bens do domínio público

Vd. ponto 6 do Volume II

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
66	Amortizações do exercício	2.776.812,40	0,00	2.776.812,40	0,00
662	Imobilizações corpóreas	868.288,56	0,00	868.288,56	0,00
6622	Edifícios e outras construções	586.258,26	0,00	586.258,26	0,00
66221	Edifícios	383.869,01	0,00	383.869,01	0,00
66222	Outras construções	202.389,25	0,00	202.389,25	0,00
6623	Equipamento básico	127.505,18	0,00	127.505,18	0,00
66231	Software	26.474,82	0,00	26.474,82	0,00
66239	Outros	101.030,36	0,00	101.030,36	0,00
6624	Equipamento de transporte	81.571,23	0,00	81.571,23	0,00
66242	Equipamento de transporte-Viaturas-Adm. Geral	81.571,23	0,00	81.571,23	0,00
6625	Ferramentas e utensílios	1.624,93	0,00	1.624,93	0,00
6626	Equipamento administrativo	53.773,29	0,00	53.773,29	0,00
66261	Software	454,51	0,00	454,51	0,00
66269	Outros	53.318,78	0,00	53.318,78	0,00
6628	Outras imobilizações corpóreas	17.555,67	0,00	17.555,67	0,00
663	Imobilizações incorpóreas	12.380,36	0,00	12.380,36	0,00
6639	Outras imobilizações incorpóreas	12.380,36	0,00	12.380,36	0,00
665	Bens de domínio público	1.896.143,48	0,00	1.896.143,48	0,00
6652	Edifícios	700.388,66	0,00	700.388,66	0,00
6653	Outras construções e infraestruturas	1.193.857,00	0,00	1.193.857,00	0,00
6655	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.609,23	0,00	1.609,23	0,00
6659	Outros bens de domínio público	288,59	0,00	288,59	0,00
Totais Gerais:		2.776.812,40	0,00	2.776.812,40	0,00

Os custos com amortizações registaram em 2017 o valor de 2.776.812,40 €. Este tipo custo representa 21,8 % do total dos custos.

Em comparação com os valores registados em 2016 (2.579.329,31 €), houve um aumento de 7,11 % o que resulta, principalmente, da transferência de obras em curso para imobilizado corpóreo.



Provisões do Exercício (Conta 67)

Vd. ponto 3.1.3.

Foram constituídas e reforçadas provisões para clientes, contribuintes e utentes que estão em situação devedora. O valor das provisões do exercício é de 58.279,97 €.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
671	Para cobranças duvidosas	58.279,97	0,00	58.279,97	0,00
Totais Gerais:		58.279,97	0,00	58.279,97	0,00

Foram feitas as seguintes provisões:

Para cobranças duvidosas - 58.279,97 €

Este valor divide-se em dívidas de água, saneamento, RSU, rendas e faturação e emitida a clientes diversos.

Em relação às águas, saneamento e RSU a distribuição foi a seguinte:

Dívidas com mais de 6 meses e até 12 meses (50% restante)					
(os 50 % anteriores foram provisionados em 31.12.2016)					
	Mês	Ano	Valor	%	Provisão
ÁGUA	Dezembro	2015	2.096,86	11,28%	1.048,43
	Janeiro	2016	2.072,19	11,15%	1.036,10
	Fevereiro	2016	1.974,02	10,62%	987,01
	Março	2016	2.000,57	10,77%	1.000,29
	Abril	2016	2.342,53	12,61%	1.171,27
	Maior	2016	8.097,73	43,57%	4.048,87
				18.583,90	Total (1)

DÍVIDAS COM MAIS DE 12 MESES (100 %)					
	Mês Fact.	Ano	Valor	%	Provisão
ÁGUA	Junho	2016	3.802,88	14,97%	3.802,88
	Julho	2016	4.596,77	18,10%	4.596,77
	Agosto	2016	4.827,27	19,01%	4.827,27
	Setembro	2016	3.298,47	12,99%	3.298,47
	Outubro	2016	3.901,97	15,36%	3.901,97
	Novembro	2016	4.971,42	19,57%	4.971,42
			25.398,78	Total (2)	25.398,78

DÍVIDAS COM MAIS DE 6 MESES E ATÉ 12 MESES (50 %)					
(Os 50 % restantes serão provisionados em 31.12.2018)					
	Mês Fact.	Ano	Valor	%	Provisão
ÁGUA	Dezembro	2016	11.473,92	31,34%	5.736,96
	Janeiro	2017	5.118,44	13,98%	2.559,22
	Fevereiro	2017	4.136,69	11,30%	2.068,35
	Março	2017	4.630,39	12,65%	2.315,20
	Abril	2017	5.353,68	14,62%	2.676,84
	Maior	2017	5.894,72	16,10%	2.947,36
			36.607,84	Total (3)	18.303,92

Total a provisionar (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(7)+(8)	
	(1) 9.291,95
	(2) 25.398,78
	(3) 18.303,92
	52.994,65

Custos e Perdas Financeiras (Conta 68)

DESIGNAÇÃO	2017	%	2016	%	Var. (2017-2016)
Juros de Empréstimos Bancários	96.641,87	78,41%	126.995,75	75,59%	-31,41%
De curto prazo	774,45	0,63%	2.339,81	1,39%	-202,13%
De médio e longo prazos	95.867,42	77,78%	124.655,94	74,19%	-30,03%
Caixa Geral de Depósitos	25.426,07	20,63%	30.586,34	18,20%	-20,30%
C.G.D. - Construção 32 Fogos Habitação Social	406,97	0,33%	555,50	0,33%	-36,50%
C.G.D. - Financiamento p/ Div. Investimentos	0,00	0,00%	20,04	0,01%	-
C.G.D. - Zona Industrial	2,04	0,00%	200,55	0,12%	-9730,88%
C.G.D. Saneamento Financeiro	0,00	0,00%	45,75	0,03%	-
C.G.D. Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner	0,00	0,00%	68,93	0,04%	-
CGD - Financ. Div. Investimentos	25.017,06	20,30%	29.695,57	17,67%	-18,70%
Novo Banco	7.328,91	5,95%	8.460,06	5,04%	-15,43%
NB - Requal. Espaços Públicos	420,90	0,34%	483,49	0,29%	-14,87%
NB - Saneamento Básico	576,07	0,47%	681,91	0,41%	-18,37%
NB - Project. Qualific. Z. Urbanas	399,70	0,32%	459,13	0,27%	-14,87%
NB - Pavilhão - Cobertura	325,06	0,26%	384,55	0,23%	-18,30%
NB - Pavilhão Polidesportivo 3ª. Fase	1.183,11	0,96%	1.361,15	0,81%	-15,05%
NB - Requalificação Zona Env.Mercado Municipal	4.424,07	3,59%	5.089,83	3,03%	-15,05%
Banco BPI,SA	17.189,09	13,95%	18.462,08	10,99%	-7,41%
BPI-Recinto Multiusos	89,98	0,07%	594,00	0,35%	-560,15%
BPI - Escola Básica António Gedeão	15.850,65	12,86%	17.868,08	10,63%	-12,73%
B.P.I.-Cemitério e Req.Est. Barroca(até 546.900€)	1.144,23	0,93%		0,00%	100,00%
B.P.I.-Obras Comparticipadas(até 479.560€)	104,23	0,08%		0,00%	100,00%
Direcção-Geral do Tesouro	11.178,28	9,07%	66.247,48	39,43%	-492,64%
DGTF - PREDE - 187.392,00 €	563,20	0,46%	996,30	0,59%	-76,90%
DGTF - PAEL - 3.219.262,96 Euros	10.615,08	8,61%	65.251,18	38,84%	-514,70%
BEI - Agência para o Desenvolvimento e Coesão	502,23	0,41%	899,98	0,54%	-79,20%
Escola Básica Norte do Entroncamento	294,90	0,24%	564,80	0,34%	-91,52%
Ciclovias - Freguesia Nossa Senhora de Fátima	73,62	0,06%	101,57	0,06%	-37,97%
Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	133,71	0,11%	233,61	0,14%	-74,71%
Banco Santander Totta	34.242,84	27,78%	0,00	0,00%	100,00%
TOTTA - PAEL	34.242,84	27,78%		0,00%	100,00%
Outros Juros	9.870,95	8,01%	15.560,01	9,26%	-57,63%
Juros de mora	5.465,26	4,43%	8.656,70	5,15%	-58,40%
Juros de Leasing	0,00	0,00%	14,28	0,01%	-
Juros de acordos	4.405,69	3,57%	6.889,03	4,10%	-56,37%
Outros custos e perdas financeiros	16.741,48	13,58%	25.457,67	15,15%	-52,06%
Encargos Bancários	506,69	0,41%	295,68	0,18%	41,64%
TPA-Terminais Pagamento Automático	3.310,00	2,69%	2.884,75	1,72%	12,85%
Encargos com Cobrança Água	12.654,56	10,27%	21.347,10	12,71%	-68,69%
Encargos com Empréstimos	270,23	0,22%	248,00	0,15%	8,23%
Outros	0,00	0,00%	682,14	0,41%	-
TOTAL GERAL	123.254,30	100,00%	168.013,43	100,00%	-36,31%

Em 2017 os custos com juros e encargos financeiros totalizaram 123.254,30 €. Face ao ano anterior verificou-se uma redução de 36,31 %, ou seja, **-44.759,13 €**.



Esta redução é fruto de:

- Redução dos juros de empréstimos de médio e longo prazo. Esta redução foi conseguida através das taxas de juro negativas e à renegociação do empréstimo PAEL;
- Redução dos encargos bancários fruto da renegociação dos tarifários aplicados pelos bancos;
- Redução dos juros de mora muito por culpa do empréstimo de curto prazo, o qual, permitiu uma melhor gestão de tesouraria. A redução dos juros de mora foi de 3.191,44 € e os custos do empréstimo de CP foram de 774,45 €, ou seja, em termos líquidos tivemos uma “mais valia” de 2.416,99 €.

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	106.512,82	142.555,76	781	Juros obtidos	8.018,47	148.037,88
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	16.189,30	10.909,44
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	401,61	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	16.741,48	25.457,67	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-98.644,92	-9.066,11	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		24.609,38	158.947,32			24.609,38	158.947,32

Custos e Perdas Extraordinários (Conta 69)

Em 2017 foram contabilizados “custos e perdas extraordinários” no valor de 121.206,52 €.

CL	DESIGNAÇÃO	2017
691	Transferências de capital concedidas	7.451,47
69101	Administração Autárquica	5.451,47
6910102	CÂMARA MUNICIPAL	5.451,47
691010208	Transferências de capital	5.451,47
69101020805	Administração local	5.451,47
6910102080501	Continente	5.451,47
691010208050104	Associações de municípios	5.451,47
69102	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	2.000,00
6910203	CULTURA, DESPORTO, TURISMO E TEMPOS LIVRES	2.000,00
691020308	Transferências de capital	2.000,00
69102030807	Instituições sem fins lucrativos	2.000,00
6910203080701	Instituições sem fins lucrativos	2.000,00
693	Perdas em existências	36,82
6938	Outras	36,82
694	Perdas em imobilizações	22.095,00
6942	Alienação de imobilizações corpóreas	22.095,00
6944	Sinistros	0,00
695	Multas e penalidades	4.530,55
6951	Multas fiscais	4.530,55
697	Correções relativas a exercícios anteriores	87.092,68
6972	Outras	87.092,68
TOTAL GERAL		121.206,52

Como “custos e perdas extraordinárias” destaca-se”:

“**Associação de Municípios**” refere-se a custos com projetos desenvolvidos pela CIMT mais propriamente dos projetos “modernização administrativa”.

“Instituições sem fins lucrativos”

Refere-se aos apoios dados para aquisição de viaturas para as entidades União de Futebol do Entroncamento e Academia Cultural e Recreativa de Dança do Entroncamento. Para cada entidade foi deliberado um apoio de 1.000 €.

“Alienação de Imobilizações Corpóreas”

O valor em questão diz respeito à menos valia registada com a venda do Lote Nº 1 na Zona Industrial. A venda foi feita por 7.275 € e o terreno estava inventariado por 29.370 € (avaliação das Finanças).

“Correções relativas a exercícios anteriores”

Diz respeito principalmente a:

- Correção da previsão do IMI. O valor previsto em 2016 foi superior ao efetivamente recebido.
- Correção de estimativa feita em 2016 referente às férias gozadas em 2017.

Os resultados extraordinários (diferença entre a conta 79 e a 69), saldaram-se por um proveito de 1.703.948,49 €.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	7.451,47	1.018,12	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	36,82	3.844,67	793	Ganhos em existências	3.528,70	2.160,62
694	Perdas em imobilizações	22.095,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	12.063,10	26.280,35
695	Multas e Penalidades	4.530,55	568,12	795	Benefícios de penalidades contratuais	2.432,04	2.804,07
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	30.195,43	501.124,42
697	Correções relativas a exercícios anteriores	87.092,68	528.842,25	797	Correções relativas a exercícios anteriores	79.005,21	323.871,00
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	76.746,89	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.697.930,53	1.395.479,84
	Resultados extraordinários	1.703.948,49	1.640.700,25				
		1.825.155,01	2.251.720,30			1.825.155,01	2.251.720,30



3.4. Análise do Resultado Líquido do Exercício

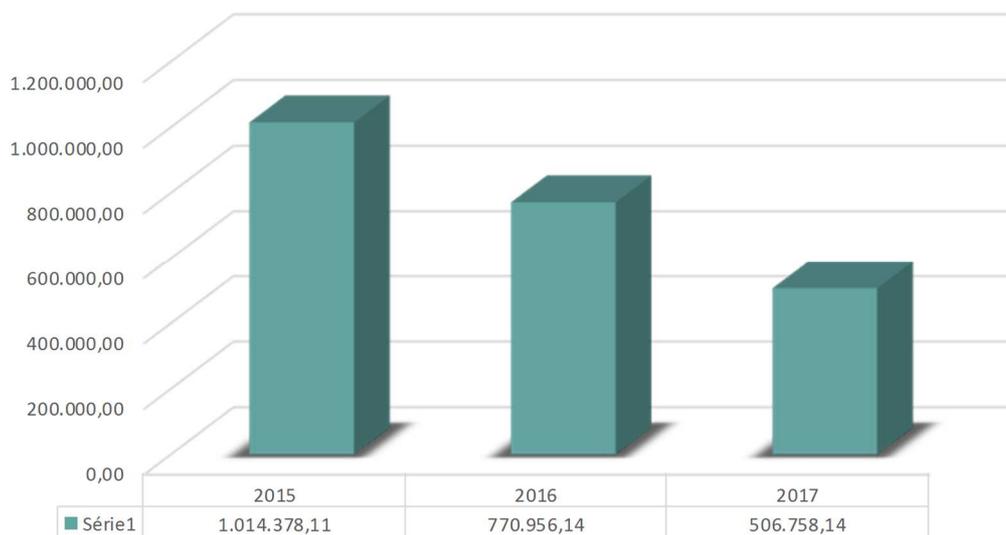
O ano de 2017 registou um resultado líquido de 506.758,14 €

Da análise efetuada destaca-se o seguinte:

Os proveitos registaram um valor de 13.680.914,75 €, ficando abaixo do registado no ano anterior (-169.878,11 €).

Os custos registaram um valor de 13.174.156,61 €, registando um acréscimo de 94.319,89 € face ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO NO PERIODO 2015 - 2017



4. DIVIDA DO MUNICIPIO

4.1 Estrutura da divida

RUBRICAS	Valor (€)	%
A MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	6.389.724,87	61,62%
A CURTO PRAZO		
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	941.281,69	9,08%
Fornecedores		
Fornecedores gerais c/c	944.658,11	9,11%
Fornecedores - Faturas em Recepção e Conferência	280.080,14	2,70%
Fornecedores de imobilizado - c/c	442.056,86	4,26%
Leasing	0,00	0,00%
Factoring	89.201,17	0,86%
Faturas em Recepção e Conferência	40.571,06	0,39%
Total "Fornecedores"	1.796.567,34	17,33%
Outros		
Estado e outros entes públicos	61.165,93	0,59%
Administração autárquica	3.233,41	0,03%
Devedores e credores diversos	1.176.911,11	11,35%
Total "Outros"	1.241.310,45	11,97%
Total de débitos de curto prazo	3.979.159,48	38,38%
DIVIDA TOTAL	10.368.884,35	100,00%

A divida de médio e longo prazo, composta no total de empréstimos bancários, era de 6.389.724,87 €. Esta rubrica representa 61,62 % do total da divida.

A curto prazo, a dívida era de 3.979.159,48 €, sendo:

- Empréstimos MLP (Vencimento n+1) – 941.281,69 €
- Fornecedores – 1.796.567,34 €
- Outros credores – 1.241.310,45 €.

Representa 38,38 % do total.

É incluído na divida de curto prazo o valor das amortizações dos empréstimos a vencer em 2018. Retirando este efeito as dividas de curto prazo baixam a sua percentagem na divida total, passando para 29,30 %, por sua vez, as dividas referentes a empréstimos bancários sobem para 70,70 % do total da divida.

Na rubrica “**devedores e credores diversos**” encontra-se incluída a divida referente à realização do capital social do **Fundo Apoio Municipal (FAM)**, para o qual o Município teve obrigatoriamente de participar por força do nº 1 do art.º 19 da Lei 53/2014 de 25 de agosto. A participação do município é de 496.358,86 €. Deste valor foram pagos em 2017 70.908 € e estão em divida 283.634,86 €.



Ainda dentro desta rubrica “**devedores e credores diversos**” estão ainda outras entidades, tais como:

ADSE - Direção-Geral de Proteção Social (5.962,80 €)

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Referente a quotas e projetos com participação dos vários municípios que a compõem (12.304,44 €)

Manuel Barroso Tavares - referente à compra do estúdio 121 (108.739,64 €)

Reconhecimento da dívida a Maria da Conceição Henriques Nunes Bento referente ao terreno da Escola do Bonito (500.000 €)

146

Para além destas entidades temos ainda:

Operações de Tesouraria – Referente a encargos de dezembro mas que só serão pagas em janeiro de 2017 (8.674,01 €)

Cauções / garantias de fornecedores de imobilizado (244.866,15 €)



4.2 Evolução da Dívida

RUBRICAS	2017	2016	2015	2014	VAR. (2017/2016)
A MÉDIO E LONGO PRAZO					
Dividas a Instituições de Crédito	6.389.724,87	7.066.792,39	7.997.960,62	8.662.915,49	-9,06%
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	941.281,69	928.075,00	902.381,93	889.846,26	
A CURTO PRAZO					
Fornecedores					
Fornecedores gerais c/c	1.224.738,25	1.409.382,31	1.630.825,12	1.619.882,55	-15,08%
Fornecedores de imobilizado - c/c	571.829,09	251.807,78	288.679,72	1.153.869,59	55,96%
Leasing	0,00	0,00	5.482,94	34.783,06	-
Total "Fornecedores"	1.796.567,34	1.661.190,09	1.924.987,78	2.808.535,20	7,54%
Outros					
Estado e outros entes públicos	61.165,93	63.447,28	63.933,38	63.463,93	-3,73%
Administração autárquica	3.233,41	1.387,56	18.841,78	1.378,57	57,09%
Devedores e credores diversos	1.176.911,11	1.168.491,21	877.549,74	392.225,50	0,72%
Total "Outros"	1.241.310,45	1.233.326,05	960.324,90	457.068,00	0,65%
Total de débitos de curto prazo	3.037.877,79	2.894.516,14	2.885.312,68	3.265.603,20	4,95%
DÍVIDA TOTAL	10.368.884,35	10.889.383,53	11.785.655,23	12.818.364,95	-5,02%
	-520.499,18				
		-1.416.770,88			
			-2.449.480,60		

Nota: Para fazer a comparação da evolução da dívida face aos anos anteriores optou-se por colocar a rubrica "Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)" como dívida de médio e longo prazo (no mapa da folha anterior é colocado em curto prazo), ou seja, a análise é feita usando a mesma base.

147

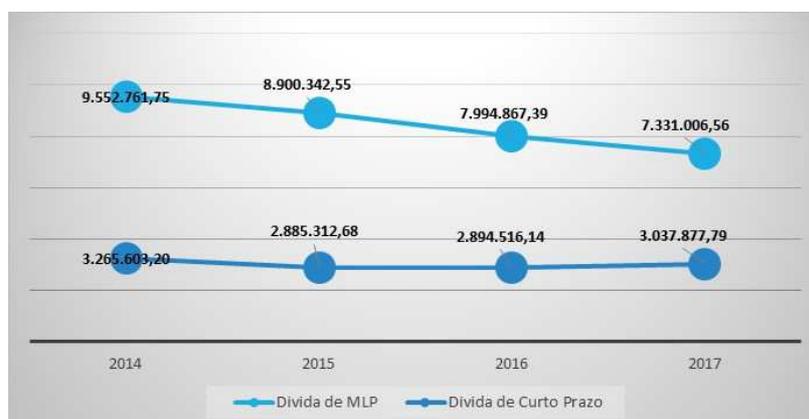
Da análise do quadro acima pode-se concluir que houve uma diminuição global da dívida em 5,02 %.

As dívidas de curto prazo aumentaram face ao ano anterior (7,54 %). Este aumento deve-se aos valores por pagar referentes a obras participadas que no final do ano eram no valor de:

Empreitada	Dívida
Pavilhão Ruy Andrade	42.396,56
Req. Espaços Verdes	74.293,57
Ciclovia S. J. Batista	114.076,84
Mercado Municipal	22.710,54
Total	253.477,51

Quando for recebida a respetiva participação será feito o pagamento.

Face aos anos anteriores a evolução foi a seguinte:



4.3 Aferição do Limite da Dívida Total

Com a publicação da Lei nº 72/2013 (LFL) os municípios passam a ter um limite à dívida total ao abrigo do art.º 52 da referida lei.

O artigo em questão refere o seguinte:

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Tendo em conta o **ponto 1** do artigo 53 o limite da dívida para o ano de 2017 era o seguinte:

Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
11.320.735	11.620.645	11.182.796	34.124.176	11.374.725

Limite dívida total 2017 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei

Limite da dívida total

17.062.088,14



No final de 2017 o cenário era o seguinte:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
17.062.088	01-01-2017						
	10.889.384	838.863	11.728.247	11.088.908		5.973.180	1.194.636
	31-12-2017						
	10.368.884	725.265	11.094.149	10.490.562		6.571.526	1.314.305
Variação da Dívida %							-5,40%
Variação do Excesso da Dívida %							
Utilização da Margem Disponível							1.792.982

O município cumpriu com os limites fixados no art.º 53 da LFL.

A dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 5,34 %.

Tendo em conta o que é referido no art.º 54 da LFL estão incluídas no quadro acima as entidades participadas pelo município.

À data de 31/12/2017 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de:

Para estes valores contribuíam as seguintes entidades:

Entidade	01-01-2017	% Participação	31-12-2017	% Participação
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	68.460,88	12,20%	46.199,60	11,90%
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	0,00	3,96%	0,00	3,96%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	375,13	0,32%	404,56	0,32%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo)	1.644,90	5,42%	4.450,54	5,42%
Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal	2.164,00	0,95%	2.651,08	0,88%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	759.474,10	4,34%	658.692,00	7,79%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	6.744,19	0,03%	12.867,08	0,03%
TOTAL	838.863		725.265	



4.4 Situação de Saneamento ou Recuperação Financeira

Tendo em conta o artigo 58º e 61º da Lei 73/2013 (LFL) é demonstrado de seguida se o município se encontra em situação de saneamento financeiro ou recuperação financeira.

O artigo 58º refere que o município deve contrair empréstimos para **saneamento financeiro**, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, **quando, no final do exercício:**

1 a) Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou

1 b) **O montante da dívida**, excluindo empréstimos, **seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º.

3 — Caso a dívida total prevista no artigo 52.º se **situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto nos artigos 61.º e seguintes.

Face a esta situação o cenário é o seguinte:

Municípios	Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Margem	Ultrapassa o limite da dívida total	Total receitas correntes cobradas líquidas (n-3+n-2+n-1)	Média das receitas correntes	Montante total de empréstimos	Dívida total excluindo empréstimos	Dívida total = ou > média das receitas correntes	Dívida total, excluindo empréstimos, > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos	Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e <= 3 * média das receitas correntes dos últimos três anos
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2), se (1)>(2)	(4)=(2)-(1), se (1)<(2)	(5)	(6)=(5)/3	(7)	(8)=(2)-(7)	(9)=(2)>=(6)	(10)=(6)*0,75<(8)	(11)=(2)>(6)*2,25 e (2)<=(6)*3
ENTRONCAMENTO	17.062.088	10.496.905	6.565.183		34.124.176	11.374.725	7.331.007	3.165.899	Não	Não	Não

Tendo em conta o quadro anterior o município não está numa situação de adesão obrigatória a um empréstimo de saneamento financeiro.



Tendo em conta o artigo 61 da LFL um município é obrigado a recorrer a um plano de **recuperação financeira** quando de encontre em situação de rutura financeira.

A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total excluindo dívidas não orçamentais	Total receitas correntes cobradas líquidas (n-3+n-2 +n-1)	Média das receitas correntes	Dívidas total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/3	(5)=(2)>(4)*3
17.062.088	10.496.905	34.124.176	11.374.725	Não

O art.º 56 da Lei 73/2013 de 3 de setembro refere ainda determinados mecanismos de alerta precoce:

Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal

Artigo 56.º

Alerta precoce de desvios

1 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

2 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

3 — No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 % são informadas as entidades referidas no n.º 1.

4 — O alerta referido nos números anteriores é emitido pela DGAL, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º.

5 — Os alertas referidos nos n.ºs 1 e 2 incluem ainda a evolução do rácio referido no n.º 1 ao longo dos três exercícios anteriores.

Face a estes mecanismos o cenário é o seguinte:

. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

O município não verificava a 31.12.2017 nenhum dos indicadores de alerta precoce.

4.5 – Pagamentos em Atraso

O nº 1 do artigo 74 da Lei do OE para 2017 refere que as entidades enquadradas no subsetor da administração local são obrigadas a reduzir no mínimo em 10 % dos pagamentos em atraso (PA) registados no SIIAL com mais de 90 dias à data de setembro de 2016.

No caso de incumprimento das reduções previstas no referido artigo há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n. os 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro.

Face ao exposto informa-se o seguinte (mapas em anexo):

Pagamentos registados no SIIAL (setembro 2016) = 0 €

Pagamentos registados no SIIAL (final de 2017) = 0 €

O município não tem pagamentos em atraso, estando assim em situação de cumprimento perante a Lei do OE para 2017.

4.6 – Prazo Médio de Pagamento

O 4º trimestre de 2017 fechou com um prazo médio de pagamento de 49 dias.

A evolução deste indicador nos últimos anos foi a seguinte:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1º Trimestre	167	160	84	91	79	57
2º Trimestre	165	147	76	91	73	56
3º Trimestre	172	122	71	92	72	54
4º Trimestre	175	96	84	84	60	49
Nota: Dados da DGAL						

4.7 – Fundos Disponíveis

No âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, regulamentada pelo decreto-lei 127/2012 de 21 junho o Município tem de proceder mensalmente ao calculo dos fundos disponíveis.

Consideram -se fundos disponíveis as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:

- a) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;*
- b). As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;*
- c) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;*
- d) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;*
- e) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;*
- f). As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas;*
- g). Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA.*

Com a entrada em vigor da Lei 7-A /2016 de 30 março e de acordo com o art.º 46º a previsão de receita própria passou a ser efetuada com base em 6 meses, alterando assim a alínea d do nº 1 do artigo 5º do Decreto lei 127/2012 de 21 de junho.

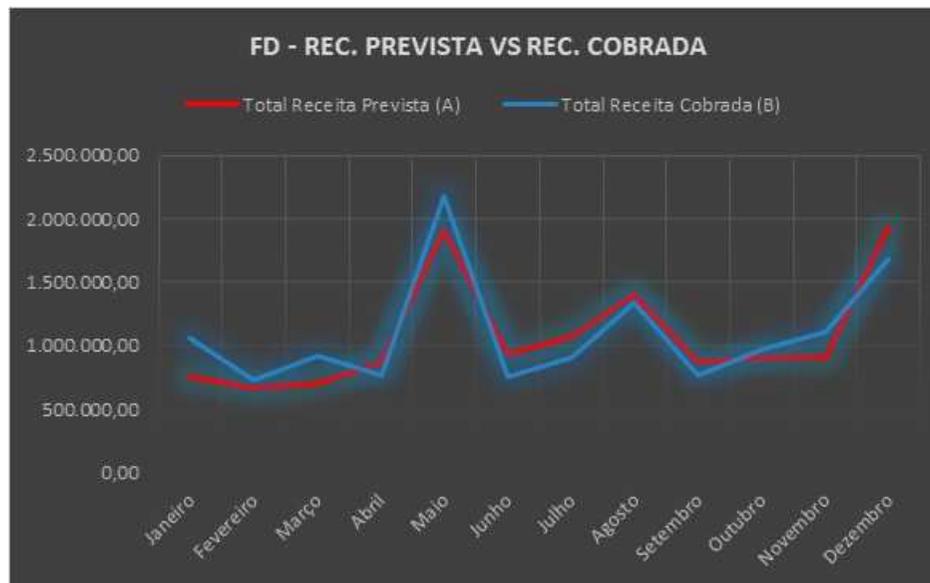
Na sequência deste calculo fica abaixo algumas análises com base nos valores de 2017:



AVALIAÇÃO ENTRE RECEITA PREVISTA E RECEITA COBRADA

Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Total Receita Prevista (A)	755.334,28	672.817,72	700.129,81	871.189,70	1.913.699,48	929.916,01	1.070.206,82	1.398.666,19	871.004,27	911.946,87	906.450,75	1.932.253,89	12.933.615,79
Total Receita Cobrada (B)	1.064.112,06	728.268,63	926.847,50	763.480,34	2.178.235,51	759.931,54	911.717,82	1.338.845,79	763.094,44	969.277,44	1.114.475,95	1.682.507,19	13.200.794,21
Diferença (A-B)	-308.777,78	-55.450,91	-226.717,69	107.709,36	-264.536,03	169.984,47	158.489,00	59.820,40	107.909,83	-57.330,57	-208.025,20	249.746,70	-267.178,42

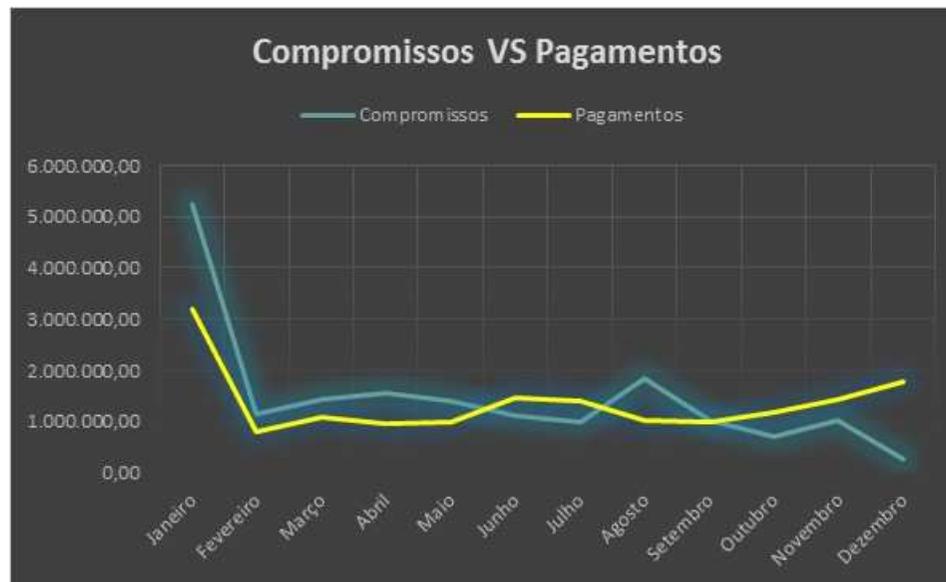
Nota: Não está incluído na previsão e na receita cobrada as rubricas dos empréstimos bancários, saldo de gerência e reembolsos e restituições.





COMPROMISSOS ASSUMIDOS VS PAGAMENTOS

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Compromissos	5.242.535,42	1.138.345,24	1.424.867,13	1.550.614,09	1.390.150,17	1.128.324,46	980.986,58	1.832.109,92	1.017.032,77	712.940,77	1.036.633,74	259.214,00	17.713.754,29
Pagamentos	3.201.935,75	806.098,93	1.084.213,73	944.800,06	994.623,29	1.458.643,62	1.389.357,40	1.012.101,26	995.733,16	1.166.312,92	1.423.674,09	1.768.456,78	16.245.950,99





FUNDOS DISPONIVEIS CALCULADOS

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Fundos Disponiveis	2.356.503,76	922.592,42	1.223.809,67	1.086.818,63	575.025,75	295.393,10	677.767,21	1.360.819,10	487.779,92	233.465,10	186.813,40	1.531.432,45





5 APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO

5.1 – Resumo dos principais indicadores

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2017 / 2016
Ativo líquido	59.440.858,95	57.665.630,45	57.390.833,37	-0,48%
Fundos próprios	19.291.745,63	20.142.386,27	20.670.804,41	2,62%
Passivo	40.149.113,32	37.523.244,18	36.720.028,96	-2,14%
Volume de Vendas	2.990.109,81	2.884.456,74	2.790.166,77	-3,27%
Impostos e Taxas	4.217.019,58	4.050.201,41	4.377.740,09	8,09%
Resultados Operacionais	-816.757,56	-860.678,00	-1.098.545,43	27,64%
Resultados Financeiros	-168.952,85	-9.066,11	-98.644,92	988,06%
Resultados Extraordinários	2.000.088,52	1.640.700,25	1.703.948,49	3,85%
Resultados Líquidos	1.014.378,11	770.956,14	506.758,14	-34,27%
Nº de Efetivos (1)	313	312	310	-0,64%

Rendibilidade dos Fundos Próprios a)	5,26%	3,83%	2,45%
Rendibilidade do Ativo b)	1,71%	1,34%	0,88%
Liquidez Geral c)	0,20	0,22	0,22
Autonomia Financeira d)	0,32	0,35	0,36
Solvabilidade e)	1,48	1,54	1,56
Ativo líquido / (Passivo - Acrec. Dif.)	4,85	5,22	5,46

(1) Não considerando cargos políticos

a) **Rendibilidade dos fundos próprios:** Resultados líquidos/Fundos próprios

b) **Rendibilidade do ativo:** Resultados líquidos/Ativo

c) **Liquidez geral :** Ativo Circulante/Passivo Circulante

d) **Autonomia Financeira:** Fundos próprios/Ativo líquido

e) **Solvabilidade:** Ativo líquido/Passivo

O ativo líquido é o valor do município após terem sido feitas as correções patrimoniais, ou seja, depois de terem sido deduzidas ao ativo o valor das provisões e amortizações referentes às diversas rubricas do ativo do balanço.

Face ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 0,48 %.

Os fundos próprios por sua vez registam um aumento de 2,62 % fruto do resultado líquido positivo registado.

O passivo registou um decréscimo de 2,14 % quando comparado com o ano anterior (com a inclusão dos acréscimos e diferimentos).

A rendibilidade dos fundos próprios fixou-se em 2,45 %. A rentabilidade dos fundos próprios determina a sobrevivência financeira da autarquia a longo prazo e a atração de capitais, quer próprios quer alheios.

O rácio de liquidez geral indica a aptidão da autarquia para satisfazer os seus compromissos a c/prazo.

Quando maior que 1 mais desafogada é a situação da organização.

Quando inferior a 1 significa que poderá haver dificuldades de tesouraria.

Quando igual a 1 todos os capitais circulantes são financiados por débitos a curto prazo.

No ano de 2015 verifica-se que, o município continua longe do objetivo ($> / = 1$) ficando por um rácio de 0,22.

O grau de autonomia financeira traduz a capacidade de o município financiar o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos.

Se tomarmos 0,50 como um valor normal, conclui-se que em 2017, este rácio ainda se encontra aquém do objetivo (0,36).

O grau de solvabilidade traduz a posição de independência do município face aos credores. Quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos, em caso de falência.

Quando o valor superior a 1, o Ativo é maior que o Passivo, pelo que as dividas a pagar estão garantidas pelos bens da autarquia. Sob este ponto de vista o município está numa posição cómoda, dado que possui um património imobiliário muito superior aos seus débitos, quer a curto quer a médio e longo prazo.

Se ao passivo retirarmos os acréscimos e diferimentos – que na realidade não constituem uma dívida, pelo menos no caso da conta 2745 – o grau de solvabilidade passa para 5,46.

5.2 Indicadores de Natureza Orçamental

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS RECEITAS	2015		2016		2017	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
impostos diretos / receitas correntes (cobrado líquido)	3.773.702,07 11.620.644,92	32,47%	3.484.676,10 11.182.796,36	31,16%	3.652.108,43 11.634.622,07	31,39%
transferências correntes / receitas correntes (cobrado líquido)	4.335.252,12 11.620.644,92	37,31%	4.384.373,48 11.182.796,36	39,21%	338.370,48 11.634.622,07	2,91%
transferências de capital / receitas de capital (cobrado líquido)	2.601.866,95 3.533.558,78	73,63%	888.821,71 1.527.311,18	58,20%	1.374.324,69 4.588.545,41	29,95%
receitas de empréstimos / receitas totais (cobrado líquido)	682.047,70 15.169.343,35	4,50%	511.686,13 12.747.386,24	4,01%	3.064.676,75 16.942.181,68	18,09%
receitas correntes (cobrado líquido) / receitas totais (cobrado líquido)	11.620.644,92 15.169.343,35	76,61%	11.182.796,36 12.747.386,24	87,73%	11.634.622,07 16.942.181,68	68,67%

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS DESPESAS	2015		2016		2017	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
despesas pessoal/ despesas correntes	5.005.663,77 9.856.258,46	50,79%	5.040.273,55 9.890.760,58	50,96%	5.199.479,36 10.392.495,86	50,03%
despesas correntes / despesas totais	9.856.258,46 15.285.874,07	64,48%	9.890.760,58 12.073.511,17	81,92%	10.392.495,86 16.245.950,99	63,97%
investimentos / despesas de capital	4.016.788,36 5.429.615,61	73,98%	670.177,87 2.182.750,59	30,70%	2.046.535,60 5.853.455,13	34,96%

RÁCIOS FINANCEIROS	2015		2016		2017	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
despesas c/ pessoal/ receitas correntes (cobrado líquido)	5.005.663,77 11.620.644,92	43,08%	5.040.273,55 11.182.796,36	45,07%	5.199.479,36 11.634.622,07	44,69%
(FEF + FSM+ P. IRS) / despesas totais	3.068.830,00 15.285.874,07	20,08%	3.290.283,00 12.073.511,17	27,25%	3.184.140,00 16.245.950,99	19,60%
despesas correntes / receitas correntes (cobrado líquido)	9.856.258,46 11.620.644,92	84,82%	9.890.760,58 11.182.796,36	88,45%	10.392.495,86 11.634.622,07	89,32%
despesas de capital / receitas de capital (cobrado líquido)	5.429.615,61 3.533.558,78	153,66%	2.182.750,59 1.527.311,18	142,91%	5.853.455,13 4.588.545,41	127,57%
receitas totais (cobrado líquido) / despesas totais	15.169.343,35 15.285.874,07	99,24%	12.747.386,24 12.073.511,17	105,58%	16.942.181,68 16.245.950,99	104,29%



5.3 Indicadores de Gestão Patrimonial

DESIGNAÇÃO	INDICADOR	2016		2017	
		VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
RÁCIOS DO IMOBILIZADO					
Envelhecimento Patrimonial					
Permite saber, em percentagem, qual a depreciação total do imobilizado.	Amortizações Acumuladas	31.891.123,34	38,40%	34.643.098,06	40,61%
	Património Final Bruto	83.043.854,74		85.299.995,72	
Depreciação Patrimonial no Exercício					
Permite saber, em percentagem, qual a depreciação do imobilizado no exercício em	Amortizações do Exercício	2.579.329,31	8,09%	2.776.812,40	8,02%
	Amortizações Acumuladas	31.891.123,34		34.643.098,06	
Especialização de Bens patrimoniais					
Permite saber, em percentagem, qual o peso das principais naturezas de imobilizado.	423 - Eq.Básico	3.099.289,13	3,73%	3.425.237,40	4,02%
	Património Final Bruto	83.043.854,74		85.299.995,72	
	426 - Eq.Adm.	2.596.761,86	3,13%	2.586.673,45	3,03%
	Património Final Bruto	83.043.854,74		85.299.995,72	
	422 - Edif.Outras.Const	24.926.123,26	30,02%	25.312.393,34	29,67%
	Património Final Bruto	83.043.854,74		85.299.995,72	
	453-.Outras.Const e Infraest.	34.185.369,32	41,17%	28.820.167,29	33,79%
Património Final Bruto	83.043.854,74	85.299.995,72			
44 - Imob. Em Curso	189.117,62	0,23%	689.582,87	0,81%	
Património Final Bruto	83.043.854,74		85.299.995,72		
Rotação Patrimonial Anual					
	Património Final Bruto	83.043.854,74	100,92%	85.299.995,72	102,72%
	Património Inicial Bruto	82.287.032,03		83.043.854,74	

5.4 Rácios de atividade – Recursos Humanos

INDICES DE ATIVIDADE	2015		2016		2017	
Despesas com horas extraord. Pessoal do quadro e contratado	$\frac{2.022,23}{2.825.208,72} \times 100$	0,07	$\frac{4.666,35}{2.772.240,09} \times 100$	0,17	$\frac{2.079,90}{2.743.465,60} \times 100$	0,08
Venc. Pessoal do quadro Despesas com pessoal	$\frac{2.825.208,72}{5.005.663,77} \times 100$	56,44	$\frac{2.772.240,09}{5.040.273,55} \times 100$	55,00	$\frac{2.743.465,60}{5.199.479,36} \times 100$	52,76
Venc. Pessoal contratado Despesas com pessoal	$\frac{0,00}{5.005.663,77} \times 100$	0,00	$\frac{0,00}{5.040.273,55} \times 100$	0,00	$\frac{0,00}{5.199.479,36} \times 100$	0,00
Despesas com o pessoal	$\frac{5.005.663,77}{15.992,54}$	15.992,54	$\frac{5.040.273,55}{16.154,72}$	16.154,72	$\frac{5.199.479,36}{16.772,51}$	16.772,51
Nº total de funcionários da câmara	313		312		310	

Principais conclusões:

- As despesas com os vencimentos do pessoal do quadro representam 52,76 % do total das despesas com o pessoal.
- Não houve registo de despesas com pessoal contratado a tempo certo.
- Cada trabalhador acarretou para o município um custo médio de 16.772,51 € no ano.



6. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes após o encerramento do exercício.



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme visto anteriormente, o resultado do exercício saldou-se por um resultado líquido positivo no valor de 506.758,14 €.

Propõe-se à Digníssima Assembleia, que o resultado líquido seja transferido para a conta 59 “resultados transitados”, e que parte do seu montante seja distribuído da seguinte forma:

1 – que 5%, no montante de 25.337,91 €, seja utilizado para reforçar a reserva legal, em cumprimento do ponto 2.7.3.5.

(Ver detalhe na folha 3)